

urbBA [25]

3, 4 E 5 DE NOVEMBRO | 2025

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UFBA
SALVADOR | BAHIA

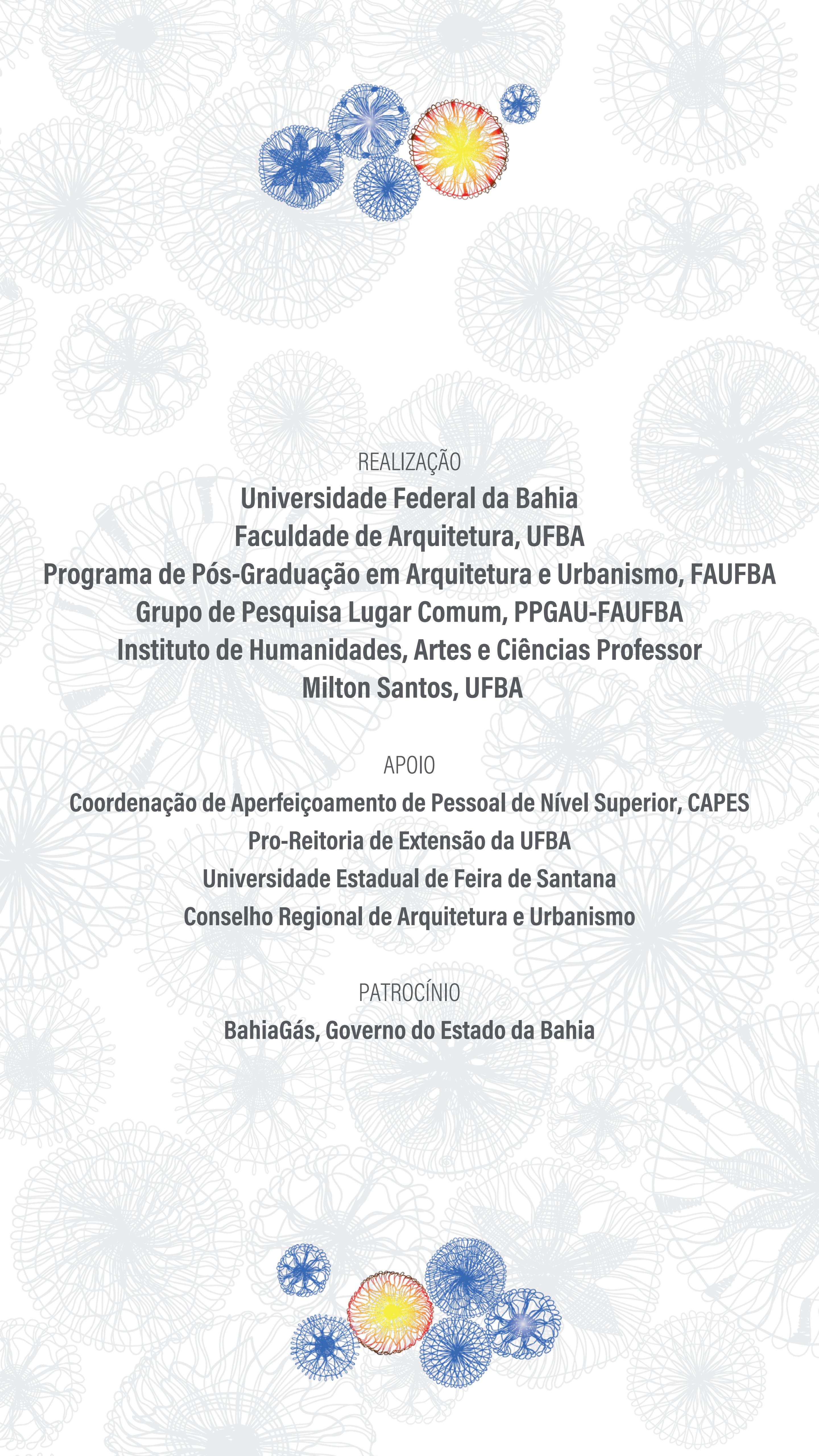
O QUE TEM O
URBANISMO
A DIZER SOBRE
DEMOCRACIA
VIOLENCIA
E CRISE CLIMÁTICA?

**CADERNO
DE RESUMOS**



urbBA [25]

SEMINÁRIO URBANISMO NA BAHIA



REALIZAÇÃO

**Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Arquitetura, UFBA**

**Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAUFBA
Grupo de Pesquisa Lugar Comum, PPGAU-FAUFBA
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor
Milton Santos, UFBA**

APOIO

**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES
Pro-Reitoria de Extensão da UFBA
Universidade Estadual de Feira de Santana
Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo**

PATROCÍNIO

BahiaGás, Governo do Estado da Bahia

APRESENTAÇÃO

A construção de um campo de conhecimento sempre se relaciona com os outros campos bem como com as complexas conjunturas que atravessa, uma espécie de exterioridade constitutiva (Mouffe, 2011) que faz com que a sua especificidade dependa sempre daquilo do que se diferencia e sua construção revele os princípios nos quais se ancola, com maior ou menor proximidade das hegemonias que estruturam a vida societal, política e ambiental.

O urbanismo, essa jovem disciplina, nomeada de forma diversa desde a virada do século XIX para o XX, não escapa a essa dupla condição, tendo se associado ou se distanciado de várias outras disciplinas, bem como buscado responder a distintos desafios nesse percurso, produzidos por diferentes configurações e hegemonias sociais e políticas. Como ação prática e contingente, enfrentou intensos processos de modernização, colaborou com ações colonialistas, cultivou a propriedade privada, sustentou imaginários ocidentais de ordenamento rigoroso de vida em comum, desprezou a história e seus repertórios locais e particularizados. Mas também se

quis socialista, buscou controlar a especulação, abriu-se para repertórios vernaculares, aliou-se a processos participativos, problematizou questões ambientais e de segurança coletiva.

Embora pudéssemos arrolar centenas de parâmetros, opções e alternativas que se sucedem, importa aqui sobretudo trazer para a discussão três problemáticas que nos parecem centrais na atualidade do urbanismo e da sociedade brasileira e que se expressam de forma combinada em nossas cidades: a democracia, a violência e a crise climática. Elas parecem colocar em crise a própria disciplina, dado que as respostas a serem dadas tensionam tanto o lugar ocupado pelo urbanismo nessa conjuntura profundamente regressiva quanto seus instrumentos e suas competências.

Referências:

MOUFFE, C. En Torno a lo Político. México: Fondo de Cultura Econômica, 2011.

PROGRAMAÇÃO GERAL

Segunda-feira, 3/11

9h-10h30
MASTABA

CONFERÊNCIA DEMOCRACIA

WILSON GOMES

Universidade Federal da Bahia

*Mediação:
ANA FERNANDES
(PPGAU/FAUFBA/Lugar Comum)*

10h30-13h
MASTABA

Mesa de Discussão DEMOCRACIA

Nabil Bonduki
Universidade de São Paulo

Celso A. Favero
Universidade Estadual da Bahia

Paulo Fabio Dantas Neto
Universidade Federal da Bahia

*Mediação:
ADRIANA NOGUEIRA LIMA
(DIREITO/UEFS/Lugar Comum)*

Terça-feira, 4/11

CONFERÊNCIA VIOLÊNCIA

WAGNER MOREIRA CAMPOS

IDEAS - Assessoria Popular

*Mediação:
ANGELA FRANCO
(IHAC/UFBA, PPGAU/FAUFBA/Lugar Comum)*

Mesa de Discussão VIOLÊNCIA

Paulo Afonso Cavichioli Carmona

Centro Universitário de Brasília

Gabriela Ashanti
Odara - Instituto da Mulher Negra

*Mediação:
ANY IVO
(PPGAU/FAUFBA)*

Quarta-feira, 5/11

CONFERÊNCIA CRISE CLIMÁTICA

ALEXANDRE ARAUJO COSTA

Universidade Estadual do Ceará

*Mediação:
THAIS PORTELA (PPGAU/FAUFBA)
MARTA RAQUEL ALVES (PPGAU/FAUFBA)*

Mesa de Discussão CRISE CLIMÁTICA

Francisco Milanez
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Liliane Hobeica
Universidade Federal da Bahia

Paulo Zangalli
Universidade Federal da Bahia

*Mediação:
LUIZ ANTONIÔ DE SOUZA
(PPGAU/FAUFBA)*

13h-14h

Intervalo

Intervalo

Intervalo

14h-17h

AUDITÓRIO 2
ATELIE E
MASTABA

SESSÕES TEMÁTICAS

18h-20h

MESA DE ABERTURA

Coquetel

Lançamento de Livros

EVENTO EXTERNO

urbBA[25] presente no evento

**NOSSO FUTURO COMUM:
Brasil, África e França**

*com a mesa:
"O que nossas cidades têm em comum?
Presentes e futuros em partilha e em disputa"*

ATENÇÃO! O evento externo **NOSSO FUTURO COMUM: Brasil, África e França** ocorrerá na Casa das Histórias de Salvador, Rua da Bélgica, no. 2, bairro do Comércio em Salvador, a partir das 15h30.

PROGRAMAÇÃO SESSÕES TEMÁTICAS

SEGUNDA-FEIRA, 3 DE NOVEMBRO

14h00 - 16h00

EIXO: DEMOCRACIA

SESSÃO TEMÁTICA 1

Territórios em disputa: espaço construído, comunidades e futuro comum
Coord.: Mayara Araújo (PPGAU/FAUFBA/Lugar Comum)

LOCAL: AUDITÓRIO 2

	ARTIGO	AUTOR_S	INSTITUIÇÃO
14h00 - 14h20	Construir no construído: (re)habitar imóveis ociosos no Centro de Vitória (ES)	Naomy Cristine Penha Rosa	UFES
14h20 - 14h40	O Espaço Dona Hellen de Agroecologia, Educação Popular e Cultura como prática de imaginação política e democrática	Heloisa da Silva Marques	Coletivo
14h40 - 15h00	A Baía de Todos os Santos em Disputa: Turismo Predatório versus Comunidades Tradicionais	Diego D'Amorim Barreto	UFBA
15h00 - 15h20	Tempos e pedras no caminho da Futuro Melhor	Camila Savioli Silveira	IPPUR/UFRJ
15h20 - 16h00	DEBATE		

EIXO: DEMOCRACIA

SESSÃO TEMÁTICA 2

Dilemas da Produção Democrática da Cidade
Coord.: Ariadne Moraes (PPGAU/FAUFBA)

LOCAL: ATELIÊ E

	ARTIGO	AUTOR_S	INSTITUIÇÃO
14h00 - 14h20	Democracia e produção do espaço urbano: os limites e potencialidades da atuação estatal do IAPI em Salvador BA	Lucas Santos Silva	UNEB
14h20 - 14h40	COMUNA OU NADA? Perspectivas e desafios do habitar no Estado Comunal da Venezuela	Sergio Antonino Bellino Roca	PPG-AU/UFBA
14h40 - 15h00	Reflexões sobre a gestão e o acompanhamento dos Planos Diretores nos campi na Universidade Federal de Uberlândia	Elaine Saraiva Calderari	UNB
15h00 - 15h20	Democracia tutelada: habitação operária e controle social em Valença-BA	Maria Luiza Wense Fernandes Borges	UNEB
15h20 - 16h00	DEBATE		

16h00 - 18h20

EIXO: VIOLÊNCIA

SESSÃO TEMÁTICA 3

Muros, invisibilidades e resistências: territórios em conflito

Coord.: Cláudio Carvalho (UESB)

LOCAL: AUDITÓRIO 2

16h00 - 16h20

O corpo negro sitiado: racismo e violência narrados na Literatura Contemporânea

Iana Gabriele Souza de Andrade

UCSal

16h20 - 16h40

Arquitetura do medo: O papel do crime e da polícia na configuração dos espaços urbanos

Vitória Tereza Ramos

Faculdade Pio Décimo de Canindé de São Francisco

16h40 - 17h00

Família, propriedade privada e Estado

Guilherme Carpintero de Carvalho

FAU-USP

17h00 - 17h20

Juventudes na cidade: Identidades de resistência no Território do Bem

Gabriele Dias Roriz

Universidade Federal do Espírito Santo

17h20 - 18h00

DEBATE

EIXO: DEMOCRACIA

SESSÃO TEMÁTICA ONLINE 1

Entre fragmentos e inclusões: desafios do planejamento contemporâneo

Coord.: Klinton de Melo Barbosa Junior (PPGAU/FAUFBA/Lugar Comum)

TRANSMISSÃO LOCAL: MASTABA - CONEXÃO 1

16h00 - 16h20

Fragmentação socioespacial em cidades médias: uma leitura crítica do setor sul de Bauru/SP

Maria Cecília Batista Feitoza Silva

UNESP

16h20 - 16h40

A perspectiva de gênero no planejamento urbano: um caminho para a construção de cidades mais inclusivas e democráticas na experiência da cidade de Arapiraca, Alagoas
Direito à cidade e regularização fundiária: uma análise do Programa Morar Legal em Vitória da Conquista (2017–2024)

Monick Ayslla de Oliveira Batista

UFAL

16h40 - 17h00

O "X" na porta: violência simbólica, invisibilidade urbana e memória coletiva em territórios em disputa

Raquel Gomes Valadares

FAINOR

17h00 - 17h20

André Augusto Araújo Oliveira

USP

17h20 - 18h00

DEBATE

TERÇA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO

14h00 - 16h00

EIXO: DEMOCRACIA

SESSÃO TEMÁTICA 4

Por cidades mais inclusivas: novos e velhos desafios

Coord.: Marcio Campos (PPGAU/FAUFBA)

LOCAL: AUDITÓRIO 2

	ARTIGO	AUTOR_S	INSTITUIÇÃO
14h00 - 14h20	A Expansão Urbana de Feira de Santana-BA e seus Reflexos na Dinâmica Imobiliária de São Gonçalo dos Campos-BA	Everton dos Santos Cazumbá	UEFS
14h20 - 14h40	Caminhar, eu preciso! Reflexões sobre caminhabilidade, gênero e envelhecimento	Verônica Vaz Oliveira Barbosa	PPGAU UFBA
14h40 - 15h00	As relações institucionais e as governanças na gestão dos territórios da vulnerabilidade social: caso do Morro do Alemão e as determinantes habitacionais, socioeconômicas e culturais dos seus moradores	Maurício Wilson Camilo da Silva	IPPUR UFRJ / PPGAU UFBA
15h00 - 15h40	DEBATE		

EIXO: DEMOCRACIA

SESSÃO TEMÁTICA ONLINE 2

Moradia, espaço público e desigualdades

Coord.: Marcos Bau Carvalho (FACOM/Lugar Comum)

TRANSMISSÃO LOCAL: MASTABA - CONEXÃO 2

	ARTIGO	AUTOR_S	INSTITUIÇÃO
14h00 - 14h20	Déficit habitacional e domicílios não ocupados: contradições da expansão imobiliária em Vitória-ES	Sabrina Rodrigues Margoto	Universidade Federal do Espírito Santo
14h20 - 14h40	Apropriação do Espaço Público e Direito à cidade: memórias e resistências no Centro Histórico de São Luís-MA	Beatriz Borges Oliveira Lima	Puc-Rio
14h40 - 15h00	Desigualdades socioespaciais e caminhabilidade em São Luís: uma análise por setores censitários a partir do Censo 2022	Melina Yumi Fujiwara	Universidade Ceuma
15h00 - 15h40	DEBATE		

EIXO: CRISE CLIMÁTICA

SESSÃO TEMÁTICA ONLINE 3

Urbanização e vulnerabilidade no contexto de crise climática

Coord.: Sanane Sampaio (PPGAU/FAUFBA/Lugar Comum)

TRANSMISSÃO LOCAL: ATELIÊ E - CONEXÃO 3

14h00 - 14h20

O aparente esverdecimento urbano diante da (in) existência de documentos normativos sobre as SbN em Curitiba/PR

AUTOR_S

INSTITUIÇÃO

Beatriz Fófano Chudzij

UFPR

14h20 - 14h40

Cidades vulneráveis: a crise climática e os desafios urbanos e ambientais no Semiárido Paraibano

Elaine da Silva Pereira

UEPB

14h40 - 15h00

À margem do rio e da cidade: vulnerabilidade urbana e insegurança ambiental frente à crise climática em Sapucaia do Sul/RS

Andressa Valentin

-

15h00 - 15h20

DEBATE

16h00 - 18h20

EIXO: CRISE CLIMÁTICA

SESSÃO TEMÁTICA 5

Do bem viver à justiça climática

Coord.: Patrícia Borja (Escola Politécnica/UFBA)

LOCAL: AUDITÓRIO 2

16h00 - 16h20

SEM MALDAR, AO TEU LADO: escuta aos rios Lucaia e dos Seixos por um reencontro com a cidade de Salvador

AUTOR_S

INSTITUIÇÃO

Bárbara Silva da Veiga Cabral

UFBA

16h20 - 16h40

O Bem Viver como catalizador da justiça climática: a práxis do Acampamento Marielle Vive, em Valinhos (SP)

Daniele Aparecida Silva

Unicamp

16h40 - 17h00

Arembepe entre o paraíso e a poluição: Contracultura, Industrialização e Emergência Climática

Maria Eduarda Azevedo Teles de Paiva

PPGAU/UFBA

17h00 - 17h40

DEBATE

EIXO: VIOLÊNCIA

SESSÃO TEMÁTICA ONLINE 4

Entre violência e resistência: corpos, territórios e cidade

Coord.: Mary Weinstein (UESB/Lugar Comum)

TRANSMISSÃO LOCAL: MASTABA - CONEXÃO 4

16h00 - 16h20

Urbanização como Violência na Cidade Pós-colonial

AUTOR_S

INSTITUIÇÃO

Lara Caldas

UnB

16h20 - 16h40

Corpos e Fabulações territoriais: uma inversão epistêmica contra a violência dos modelos urbanísticos contemporâneos

Andressa Pereira Maia

UFF

16h40 - 17h20

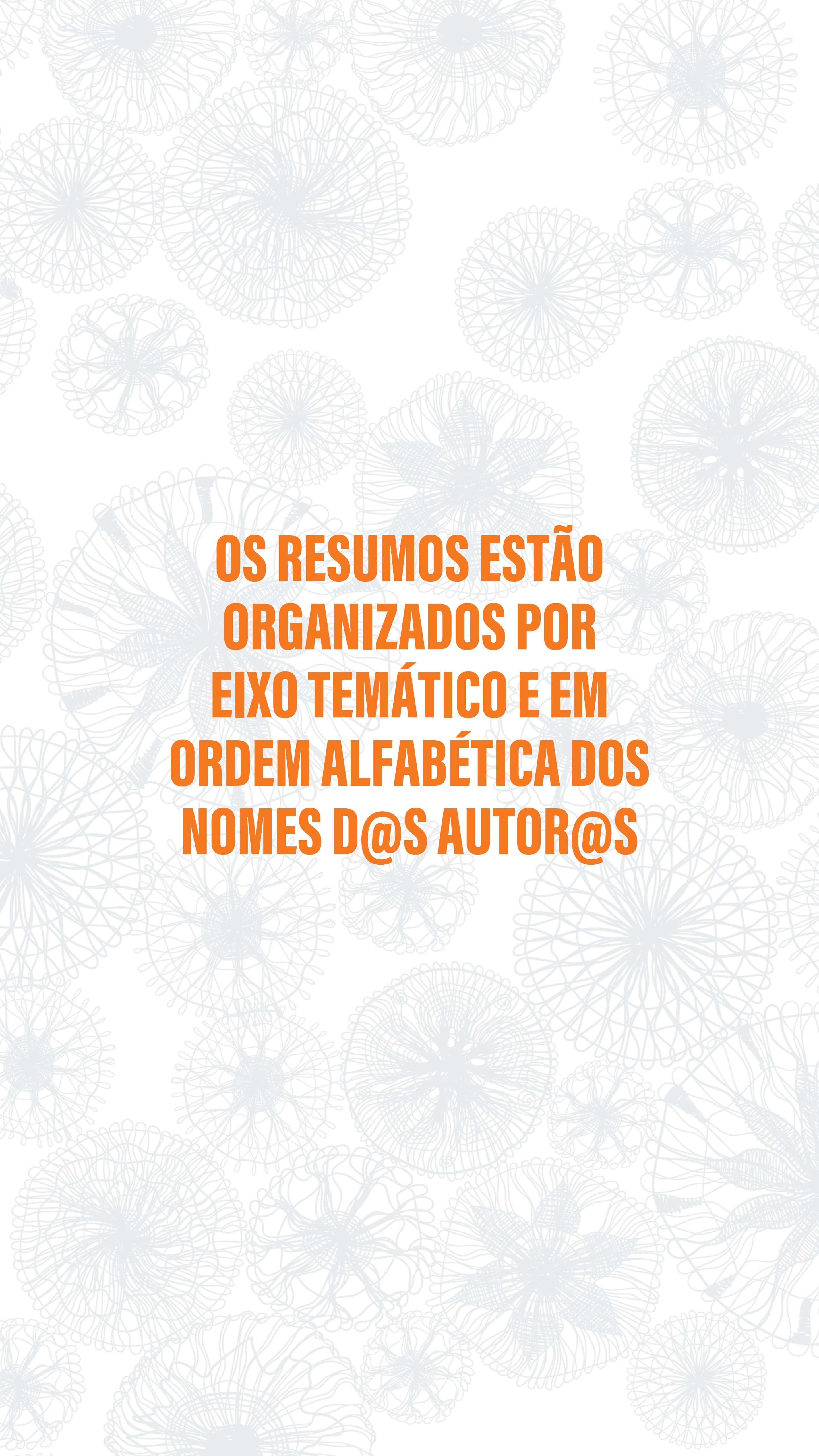
A Democracia em Conflito: Violência Estatal, (Des) Planejamento Urbano e a Luta pelo Direito à Cidade

Carmen Rosane Pereira da Silva Costa

IPPUR/UFRJ

17h20 - 18h00

DEBATE



**OS RESUMOS ESTÃO
ORGANIZADOS POR
EIXO TEMÁTICO E EM
ORDEM ALFABÉTICA DOS
NOMES D@s AUTOR@s**

urbBA [25]

EIXO
DEMOCRACIA

A democracia atravessa hoje uma crise recessiva, ainda que seus princípios sigam como fermento utópico para a construção de uma sociedade ancorada na emancipação, na garantia de direitos, na diversidade e na liberdade. Nos anos 1960, movimentos viçosos por direitos civis e contra o racismo e o colonialismo, liberdade de expressão, justiça social e princípios socialistas delinearam uma conjuntura de direitos expansiva e plural, embora conflitiva. Contudo, o espaço de vigência desses ideais se retraiu significativamente no século XXI, evidenciando uma recessão democrática em curso. Nesse campo, para o urbanismo, persistem como desafios centrais, entre outros:

- **Contrapor-se a novos agentes globalizados na produção do espaço e à sua intransparência;**
- **Enfrentar a fragilidade, insuficiência e flexibilização dos instrumentos do Estatuto da Cidade e demais normativas voltadas à democratização do espaço urbano;**
- **Contra a proliferação e a opacidade de normas privadas incorporadas pelo setor público;**
- **Revisitar fundamentos onto-epistemológicos do direito urbanístico;**
- **Superar a burocratização e a instrumentalização dos**

processos participativos;

- **Tensionar a descentralização da política urbana em face do pacto imobiliário-financeiro-eleitoral;**
- **Problematizar a expansão de ferramentas digitais – ditas “inteligentes” – na gestão e controle das cidades e novas formas de segregação e de exclusão;**
- **Responder aos impasses que redirecionam a produção do espaço mediante a despolitização-fragmentação da vida pública e a disseminação de valores de mercado, que minam o urbanismo como dimensão da res publica.**

Importa, sobretudo, perguntar se ainda há espaço para a imaginação política, para reconstruir a relação entre democracia e urbanismo a partir da participação cidadã, da valorização de decisões coletivas e do surgimento de rasgos de esperança, permitindo o resgate da democracia como obra comum e como comunidade de vida (Mbembe, 2025). Essa imaginação exige reconhecer potencialidades insurgentes nos territórios, nos movimentos sociais e nas práticas cotidianas de resistência e de criação, reafirmando o dissenso e a corresponsabilidade como caminhos para reconfigurar o urbanismo enquanto campo político vivo, aberto à reinvenção democrática.

Afinal, que possibilidades nosso campo de reflexão e ação ainda pode apontar para enfrentar tais desafios?

Referências:

MBEMBE, Achille. Democracia como comunidade de vida. São Paulo: N-1 Edições, 2025, 23p

RESUMOS

Eixo Democracia

*Os artigos estão organizados por eixo e em ordem alfabética
dos nomes d@s autor@s*

**Apropriação do Espaço Público e Direito à cidade:
memórias e resistências no Centro Histórico de São Luís-
MA**

Beatriz Borges Oliveira Lima

Tempos e pedras no caminho da Futuro Melhor

Camila Savioli Silveira

**A Baía de Todos os Santos em Disputa: Turismo
Predatório versus Comunidades Tradicionais**

Diego D'Amorim Barreto

**Reflexões sobre a gestão e o acompanhamento dos
Planos Diretores nos campi na Universidade Federal de
Uberlândia**

Elaine Saraiva Calderari, Caio Frederico e Silva

**A Expansão Urbana de Feira de Santana-BA e seus
Reflexos na Dinâmica Imobiliária de São Gonçalo dos
Campos-BA**

Everton dos Santos Cazumbá, Janio Laurentino de Jesus Santos

**O Espaço Dona Hellen de Agroecologia, Educação
Popular e Cultura como prática de imaginação política e
democrática**

*Heloisa da Silva Marques, Ana Carolina Machado, Camila Savioli Silveira, Monaliza de Souza
Ferreira, Patrícia Brandão Sousa, Saney Souza*

Democracia e produção do espaço urbano: os limites e potencialidades da atuação estatal do IAPI em Salvador BA

Lucas Santos Silva, Maria Luiza Wense Fernandes Borges

Fragmentação socioespacial em cidades médias: uma leitura crítica do setor sul de Bauru/SP

Maria Cecília Batista Feitoza Silva

Democracia tutelada: habitação operária e controle social em Valença-BA

Maria Luiza Wense Fernandes Borges, Lucas Santos Silva

As relações institucionais e as governanças na gestão dos territórios da vulnerabilidade social: caso do Morro do Alemão e as determinantes habitacionais, socioeconômicas e culturais dos seus moradores

Maurício Wilson Camilo da Silva

Desigualdades socioespaciais e caminhabilidade em São Luís: uma análise por setores censitários a partir do Censo 2022

Melina Yumi Fujiwara, Diego Victor Moreira Roland

A perspectiva de gênero no planejamento urbano: um caminho para a construção de cidades mais inclusivas e democráticas na experiência da cidade de Arapiraca, Alagoas

Monick Ayslla de Oliveira Batista, Dra Alice de Almeida Barros

Construir no construído: (re)habitar imóveis ociosos no Centro de Vitória (ES)

Naomy Cristine Penha Rosa, Martha Machado Campos, Andreia Fernandes Muniz, Yukio Shimakura Junior

Direito à cidade e regularização fundiária: uma análise do Programa Morar Legal em Vitória da Conquista (2017-2024)

Raquel Gomes Valadares, Ilana dos Santos Nunes

Déficit habitacional e domicílios não ocupados: contradições da expansão imobiliária em Vitória-ES

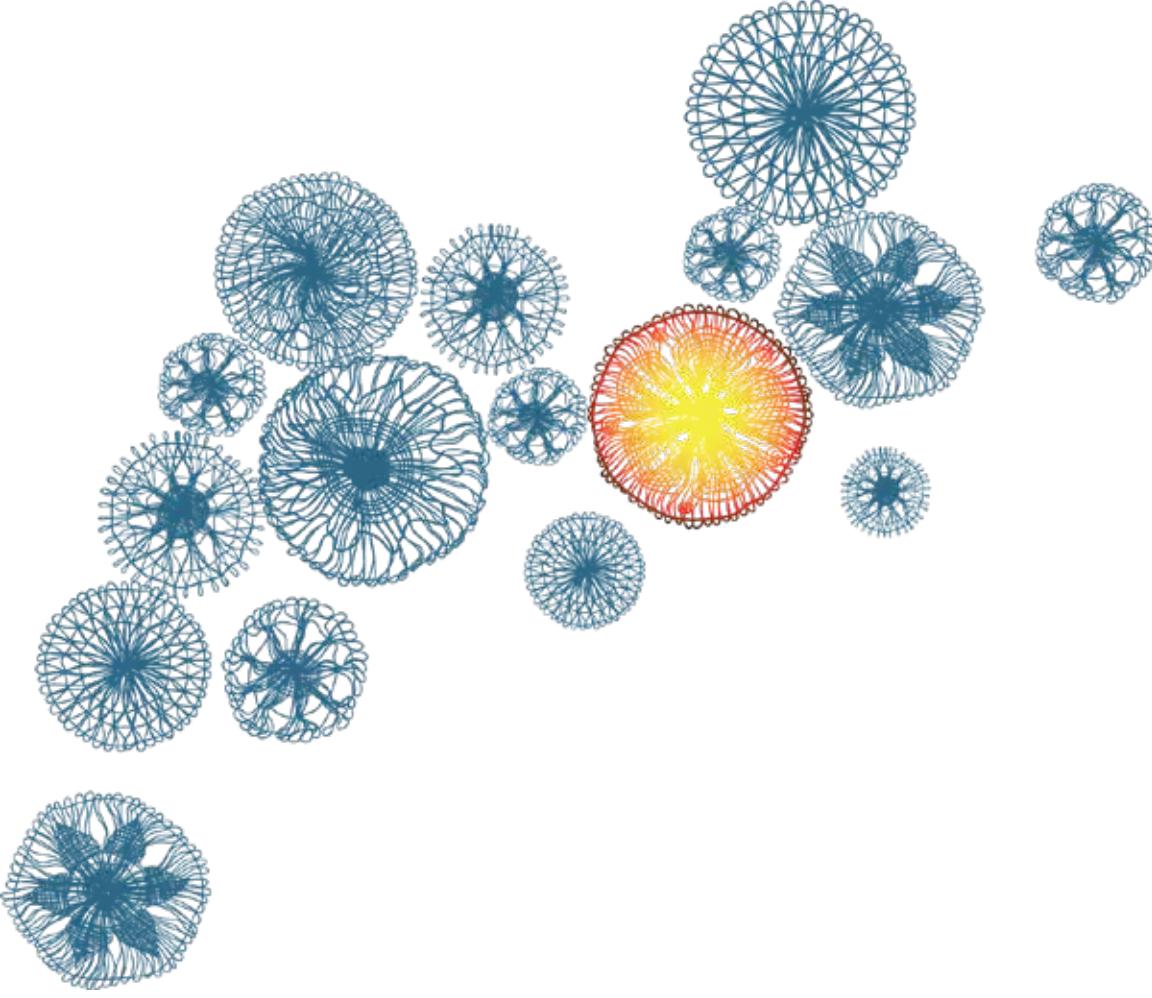
Sabrina Rodrigues Margoto, Liziane de Oliveira Jorge

COMUNA OU NADA? Perspectivas e desafios do habitar no Estado Comunal da Venezuela

Sergio Antonino Bellino Roca, Oswaldo Francisco Freitez Carrillo

Caminhar, eu preciso! Reflexões sobre caminhabilidade, gênero e envelhecimento

Verônica Vaz Oliveira Barbosa



Apropriação do Espaço Público e Direito à cidade: memórias e resistências no Centro Histórico de São Luís- MA

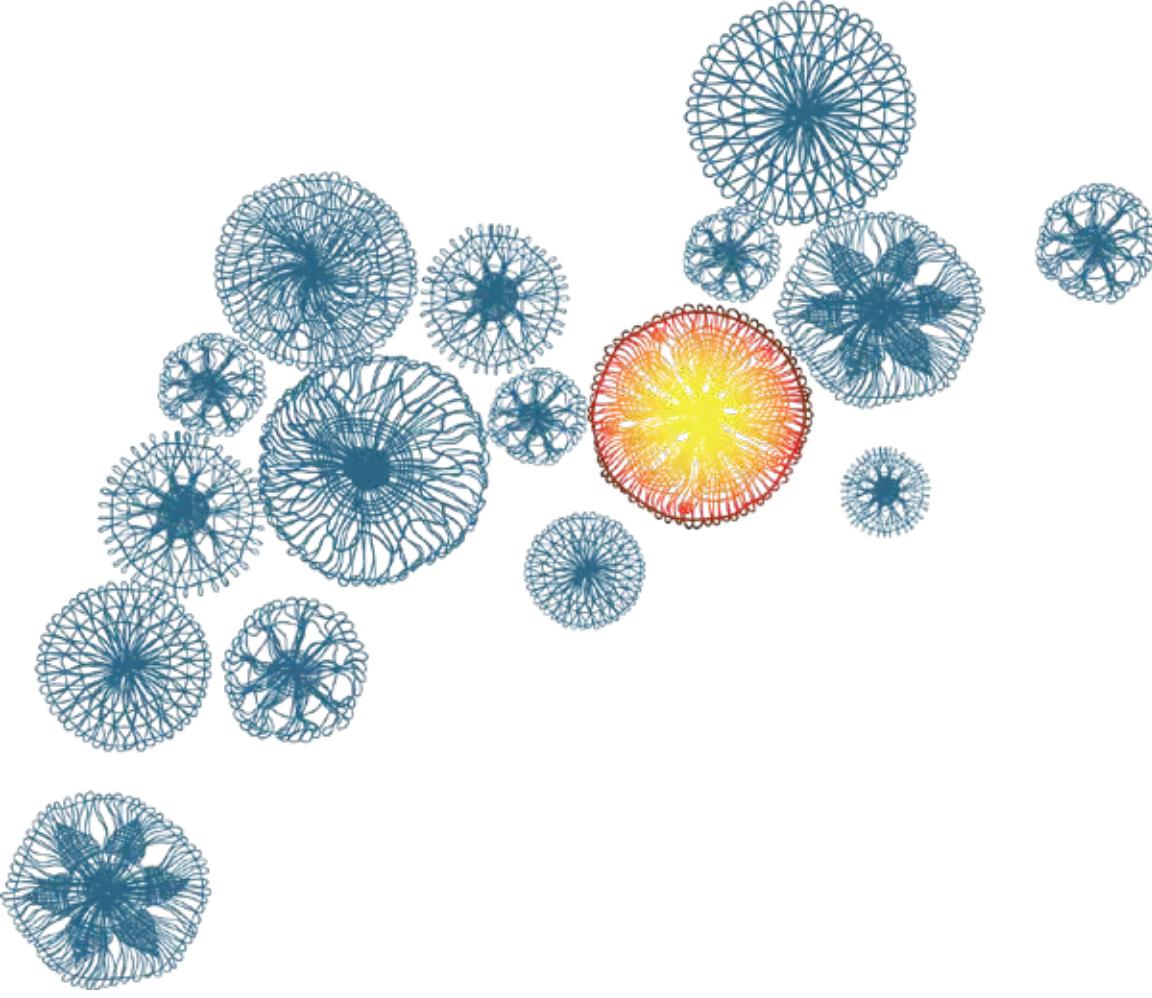
Beatriz Borges Oliveira Lima

Mestranda em Arquitetura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio), beatrizborges@aluno.puc-rio.br

Resumo: O artigo tem como objetivo compreender as práticas de apropriação de espaços públicos simbólicos e de pontos de encontro e vivência no Centro Histórico de São Luís, em especial a Rua da Estrela e a Praça Nauro Machado, compreendidos também como territórios dotados de territorialidades próprias. A análise possui caráter sócio-espacial e fundamenta-se no conceito de território como relações de poder espacializadas, conforme discutem Souza (2013) e Haesbaert (2011), evidenciando disputas entre usos afetivos e usos voltados ao turismo. Como procedimentos metodológicos, foram adotados: i) revisão de literatura; ii) levantamento fotográfico e documental; iii) realização de entrevistas e questionários. A partir dessas ferramentas, foi possível

identificar atores sociais como artistas, moradores e vendedores ambulantes, que expressam suas territorialidades nos espaços públicos por meio de práticas cotidianas e manifestações simbólicas. Destacam-se, entre essas expressões, as intervenções artísticas de coletivos, o Tambor de Crioula, o reggae e os pregões dos vendedores, que afirmam identidades culturais e representam formas de resistência. Observa-se, contudo, que as políticas recentes de preservação e revitalização do Centro Histórico, embora tenham como objetivo de promover melhorias urbanas, também contribuíram para processos de exclusão sócio-espacial. O estudo evidencia, portanto, a dicotomia entre a memória afetiva de moradores e visitantes e os interesses econômicos associados ao valor turístico do espaço.

Palavras-chave: Apropriação; Território; Centro Histórico; Espaços públicos.



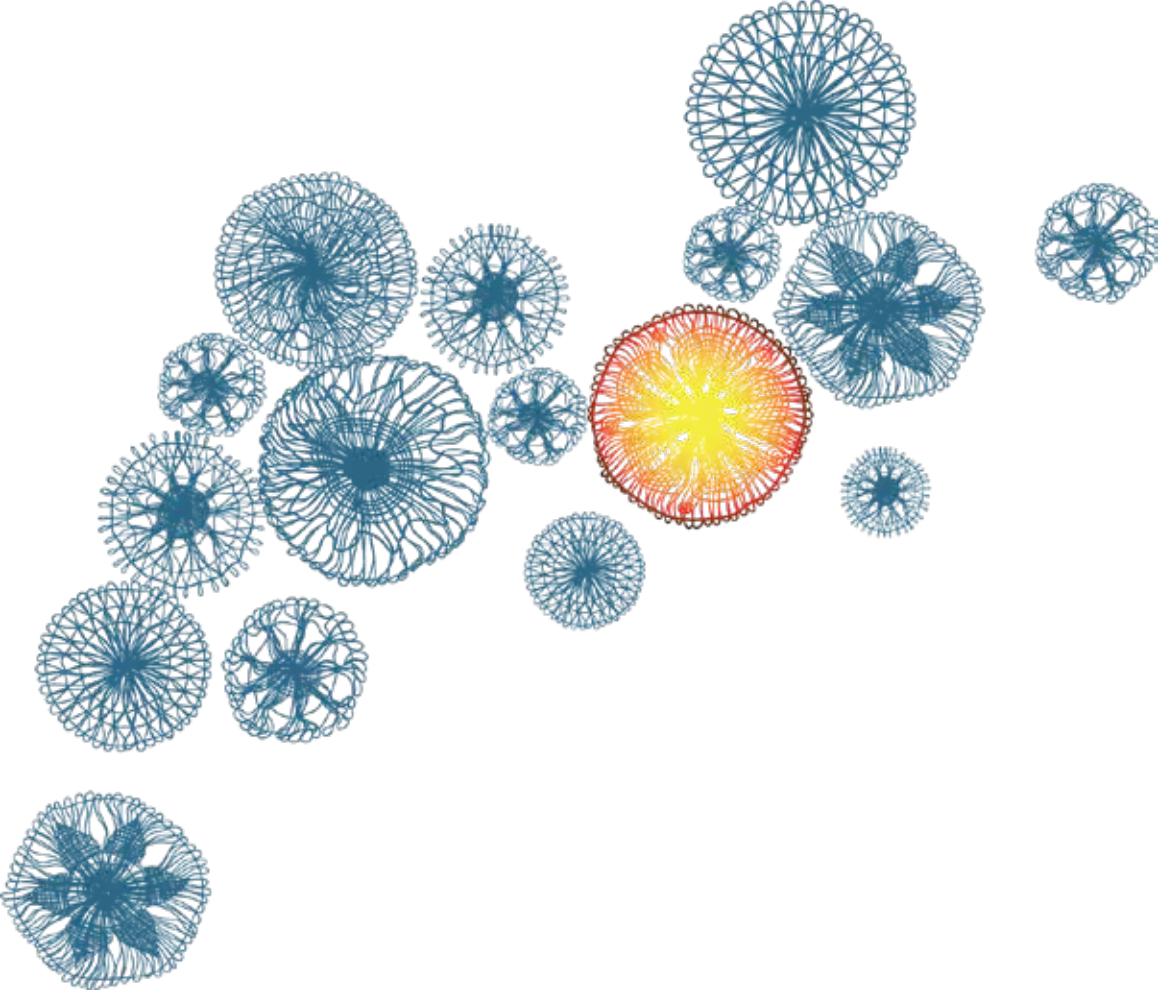
Tempos e pedras no caminho da Futuro Melhor

Camila Savioli Silveira

Doutoranda, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ, camila-savioli@hotmail.com

Resumo: O texto relata os desafios enfrentados pelos moradores da Comunidade Futuro Melhor, em São Paulo, entre 2022 e 2025. A ocupação, iniciada em 1995 e liderada por mulheres, buscava moradia digna frente às rodadas de presença-ausência ostensivas do poder público. Ao longo de 30 anos, os moradores enfrentaram remoções, enchentes e insegurança da posse, mesmo com o reconhecimento legal da área como ZEIS. A ausência de políticas efetivas à urbanização e regularização fundiária frente à presença de políticas que constroem narrativas que contrapõem a permanência à preservação ambiental revelam a manipulação dos tempos do conflito fundiário como estratégia de controle. O parque linear, ao invés de integrar a comunidade, torna-se mais um obstáculo à regularização. As “pedras no caminho” operam a despolitização-fragmentação territorial, dificultando o direito à

permanência. A luta e articulação comunitárias, se adaptam continuamente a cada nova rodada de intervenções num ciclo de incertezas e disputas. Perseverança e resistência tem sido a realidade possível nos interstícios das “disputas de lugar”, promovendo no descompasso de tempos a emergência dos novos contextos de possibilidade. Democracia para quem? é a pergunta lançada rumo à imaginação de um futuro onde a luta por sobrevivência deixe de ser necessária, permitindo que a democracia seja mais do que um ideal.



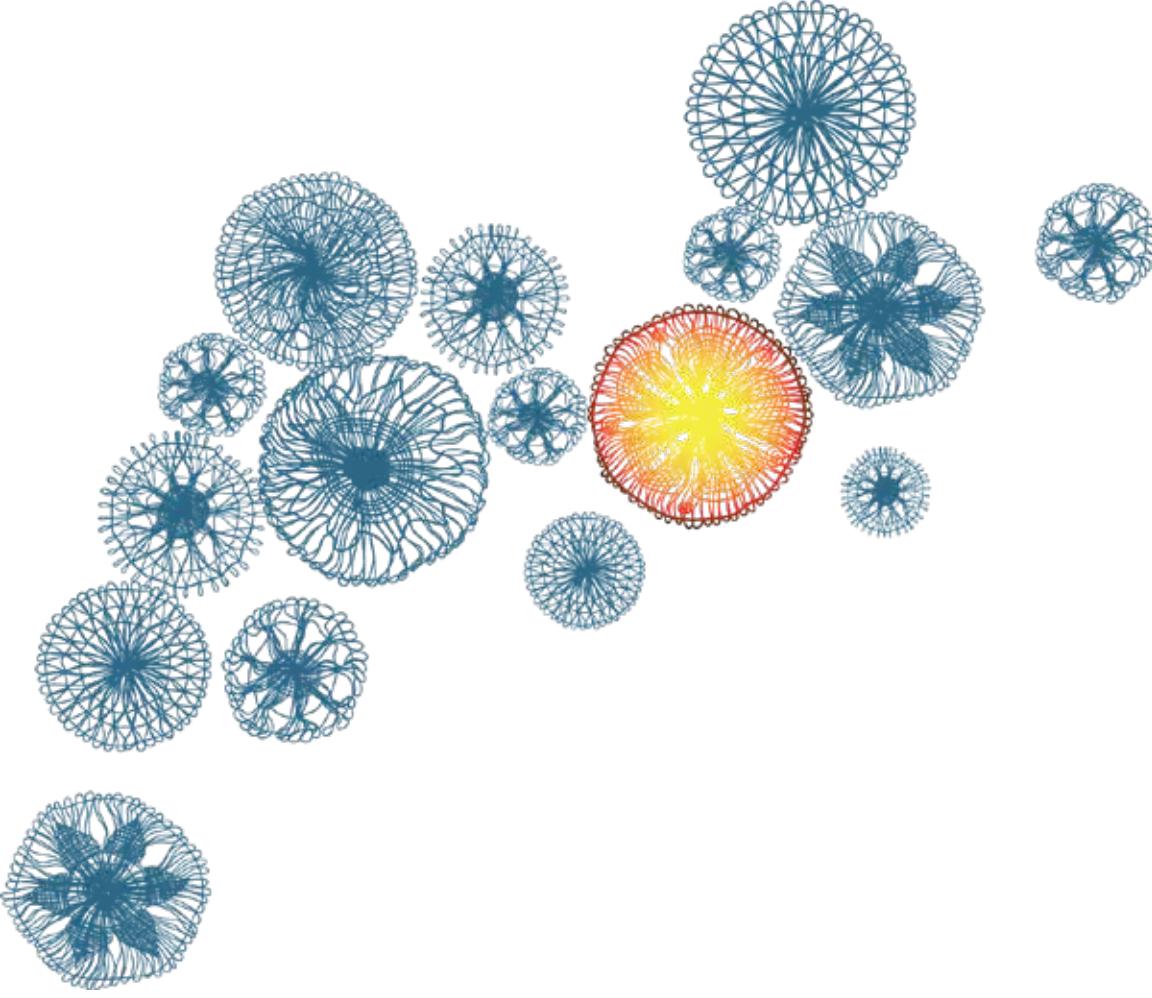
A Baía de Todos os Santos em Disputa: Turismo Predatório versus Comunidades Tradicionais

Diego D'Amorim Barreto

Estudante de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia,
e-mail:damorim.diego@gmail.com.

Resumo: A Baía de Todos os Santos, definida como Área de Proteção Ambiental passou a ser categorizada como uma Turística Baía de Todos-os-Santos, enfrentando um modelo de desenvolvimento turístico com o objetivo de atrair turistas de alto poder aquisitivo, priorizando o setor privado em detrimento das comunidades locais, da Ilha de Maré, Ilha de Bom Jesus dos Passos, Gamboa de Baixo e Ribeira, principalmente áreas de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). O impulsionamento da região como um destino turístico, com foco no setor náutico e cultural, faz parte de planos e projetos do Estado, que por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur Nacional Bahia), modificações em legislações municipais - PL 175/2024, Lei nº 9744/2023, Decreto nº 39.927/2025, que alteram

Lei de Ordenamento e Uso do Solo (LOUOS), a Lei que regulamenta a Áreas de Proteção Cultural e Paisagísticas (APCP) e Áreas de Proteção de Recursos Naturais (APNR) - e obras de requalificação de terminais náuticos e da avenida Lafayette Coutinho, produzem desigualdades, afetando diretamente os pescadores e marisqueiras da região. Já que resultam na exclusão e criminalização das atividades tradicionais de pesca e mariscagem, fundamentais para renda e subsistência da população local, evidenciando um turismo predatório que desconsidera a cultura e o modo de vida dessas comunidades em favor do desenvolvimento econômico.



Reflexões sobre a gestão e o acompanhamento dos Planos Diretores nos campi na Universidade Federal de Uberlândia

Dra. Elaine Saraiva Calderari

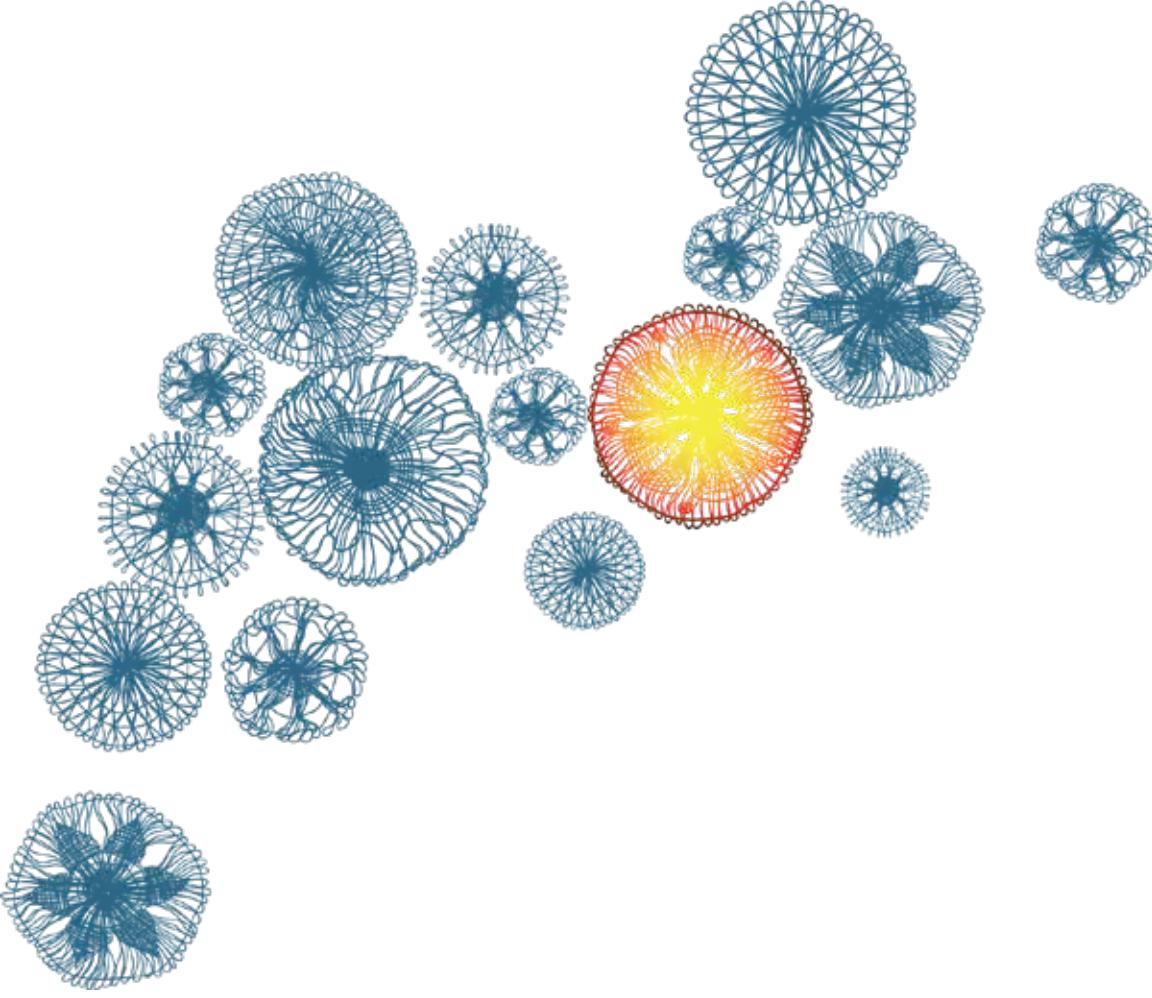
Doutora, Universidade de Brasília e elaine.ufu@ufu.br.

Dr. Caio Frederico e Silva

Doutor, Universidade de Brasília e caiosilva@unb.br

Resumo: Este trabalho analisa e compara os Planos Diretores dos novos campi da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) elaborados após a implementação do Plano REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) a partir de 2002), com foco na gestão e no acompanhamento das diretrizes físico-territoriais. A pesquisa identifica quatro eixos estratégicos recorrentes – Acessibilidade, Sustentabilidade Ambiental, Mobilidade e Segurança, e Vivência Universitária – que norteiam os projetos dos novos campi Glória, Pontal, Monte Carmelo e Patos de Minas. A partir dessa análise, propõe-se uma estrutura analítica unificada com metas

estratégicas, indicadores mensuráveis e painéis de transparência para monitoramento contínuo. A hipótese central é que os planos diretores, ao integrarem participação comunitária, gestão democrática e intencionalidade pedagógica, transcendem sua função técnica e passam a atuar como instrumentos de formação cidadã e gestão pública qualificada. O trabalho busca fortalecer a cultura de planejamento institucional e ampliar o compromisso da universidade com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a inclusão social e a democratização do espaço universitário. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em análise documental dos Planos Diretores aprovados pela UFU, revisão bibliográfica sobre planejamento participativo e legislação urbana (especialmente o Estatuto da Cidade), além da construção de matrizes comparativas dos quatro campi analisados. São utilizados parâmetros dos ODS e categorias de análise como inclusão, sustentabilidade, acessibilidade e vivência universitária. A sistematização dos dados permite propor indicadores institucionais e mecanismos de acompanhamento e transparência para a gestão física-territorial da UFU. O estudo também considera as especificidades metodológicas de cada plano e os contextos institucionais que influenciaram sua formulação.



A expansão urbana de Feira de Santana-BA e seus reflexos na dinâmica imobiliária de São Gonçalo dos Campos-BA

Everton dos Santos Cazumbá

Graduando de Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e-mail: evertondossantoscazumba@gmail.com

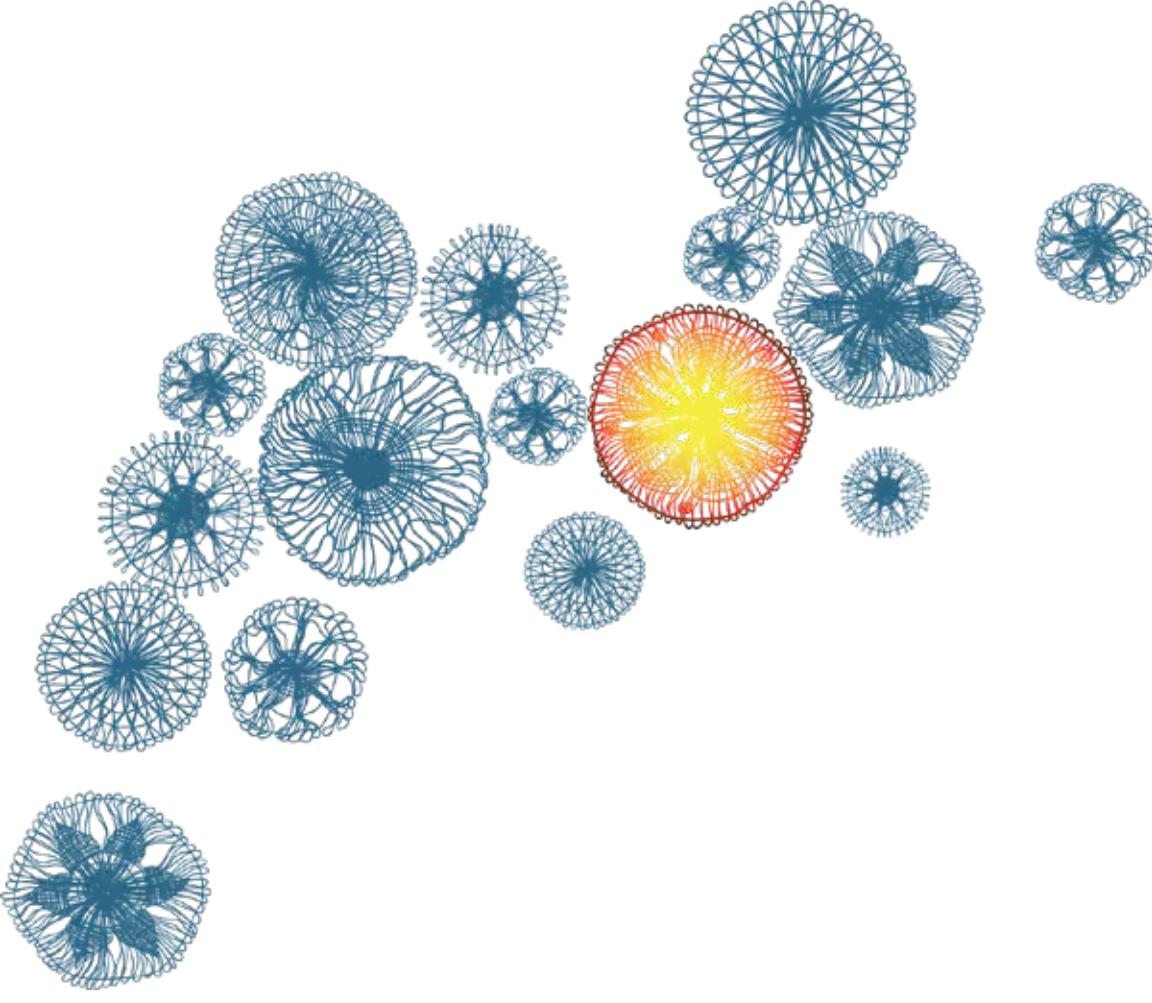
Janio Laurentino de Jesus Santos

Professor-Pleno e coordenador do Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia (UEFS), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e-mail: janiosantos@yahoo.com.br

Resumo: Este estudo analisa os impactos da expansão urbana de Feira de Santana-BA na dinâmica imobiliária do município limítrofe de São Gonçalo dos Campos-BA, com foco na construção de condomínios, loteamentos e conjuntos habitacionais. Os resultados indicam que a expansão feirense, impulsionada por agentes imobiliários e pelo Estado, avança sobre a zona rural de São Gonçalo, especialmente nas comunidades do Parque Viver e Jardim Aliança, reconfigurando a dinâmica urbana local. Identificou-se um aumento no fluxo de veículos, criação de novas centralidades, litígios territoriais devido à indefinição dos limites

municipais e problemas na oferta de serviços públicos, como água, luz e transporte, que são prestados de forma confusa entre os dois municípios. A pesquisa conclui que a expansão urbana de Feira de Santana, orientada pela lógica capitalista de produção do espaço, intensifica a segregação socioespacial e a mercantilização do solo, desafiando a gestão democrática do território e exacerbando conflitos urbanos na interface intermunicipal.

Palavras-chave: Expansão Urbana. Dinâmica Imobiliária. Conflitos Territoriais. Feira de Santana. São Gonçalo dos Campos.



O Espaço Dona Hellen de Agroecologia, Educação Popular e Cultura como prática de imaginação política e democrática

Ana Carolina Machado

Mestre (IPPUR/UFRJ), Coletiva de Assessoras Populares, anamachado.carol@gmail.com

Camila Savioli Silveira

Doutoranda (IPPUR/UFRJ), Coletiva de Assessoras Populares, savioli.camila@gmail.com

Heloisa da Silva Marques

Doutoranda (PROURB/FAU/UFRJ), Coletiva de Assessoras Populares, heloisa.marques.arqurb@gmail.com

Monaliza de Souza Ferreira

Coletiva de Assessoras Populares, dorafilmes.contato@gmail.com

Patrícia Brandão Sousa

Mestre (PROURB/FAU/UFRJ), Coletiva de Assessoras Populares, paty.brandao.arqurb@gmail.com

Saney Souza

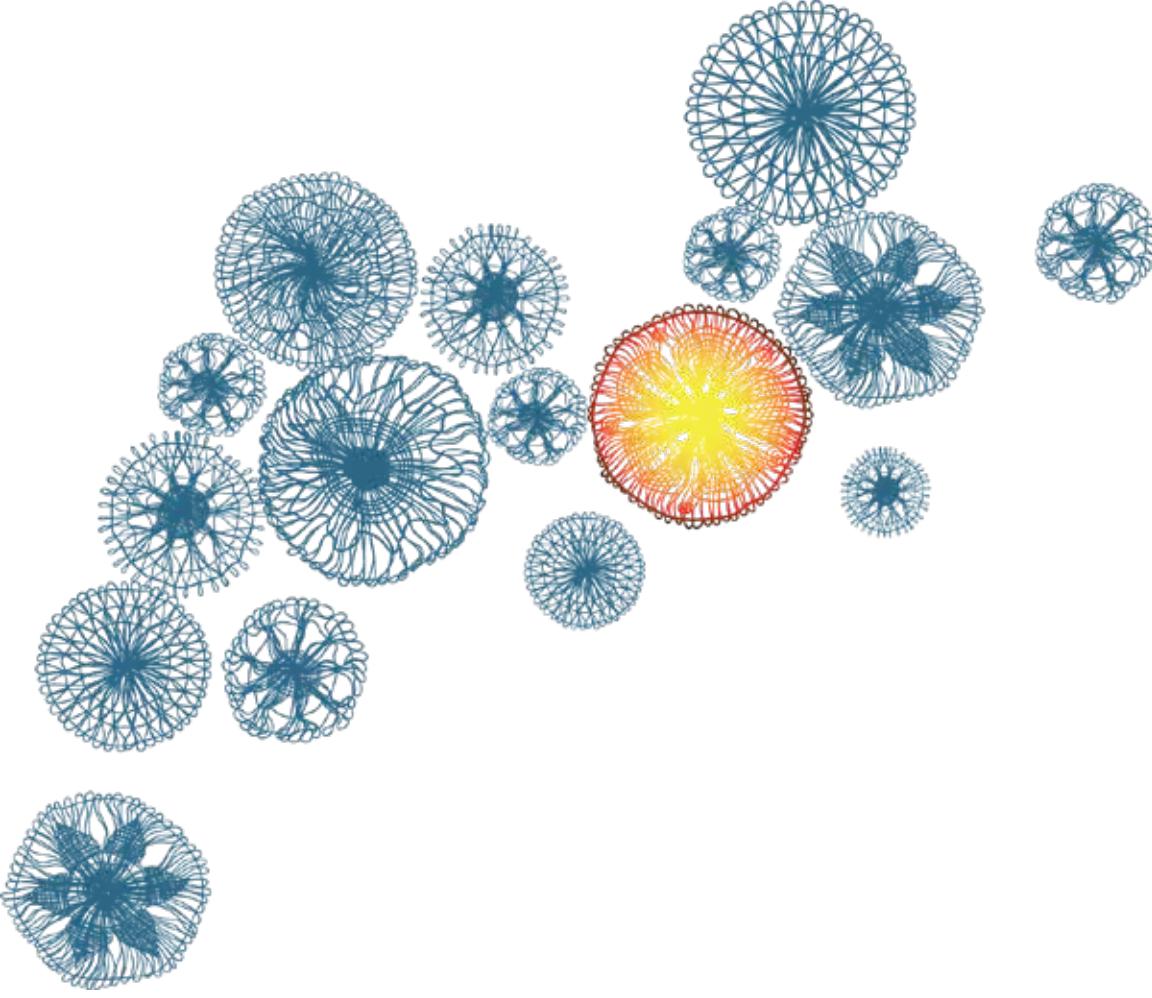
Graduanda (FSS/UERJ), Coletiva As Caboclas, saneyluzia@gmail.com

Resumo: O artigo pontua como estruturas racistas, patriarcais e eurocêntricas estão

profundamente enraizadas no capitalismo ocidental e se refletem no Brasil. A partir de Fanon, Fraser e Santos, destaca-se que raça e gênero não são apenas categorias sociais, mas princípios que organizam a divisão do trabalho e sustentam desigualdades históricas originadas no colonialismo e na escravidão. Essas hierarquias mantêm a marginalização da população negra e das mulheres, tanto pela exclusão econômica quanto pela invisibilização cultural. Diante da ausência de políticas públicas interseccionais eficazes, surgem resistências comunitárias chamadas contracolonizadoras. O exemplo central é a Coletiva As Caboclas, formada por mulheres negras no Bosque dos Caboclos, periferia do Rio de Janeiro. O grupo atua há décadas em defesa do direito à terra, à moradia, à educação e à soberania alimentar, por meio de hortas comunitárias, moeda social, pré-vestibulares e ações culturais que resgatam identidades negras e feministas. O artigo também aborda a discussão sobre uso semântico de assistência e assessoria técnica, através de Kapp (2018). Enquanto a primeira carregaria uma conotação de distanciamento entre aqueles assistidos e os que assistem, a segunda, representaria uma atuação refletida, como na experiência da parceria entre As Caboclas e a Coletiva de Assessoras Populares, baseada no “fazer junto”, que buscaremos relatar.

no texto. Deste modo, a atuação da assessoria teria como base o reconhecimento e busca do fortalecimento da autonomia comunitária. Por fim, aponta-se a limitação da atuação da assessoria técnica habitacional pela falta de política pública destinada a essa prática. En outro giro, conclui-se que a assessoria técnica popular, quando vinculada às lutas sociais, pode ampliar direitos, fortalecer resistências e transformar territórios em espaços de enfrentamento ao racismo, patriarcado e desigualdade estrutural.

Palavras-chave: protagonismo feminino; assessoria técnica; coletiva de mulheres.



Democracia e produção do espaço urbano: os limites e potencialidades da atuação estatal do IAPI em Salvador BA

Lucas Santos Silva

Bacharelando em Urbanismo, Universidade do Estado da Bahia, Lucas-silva221@outlook.com

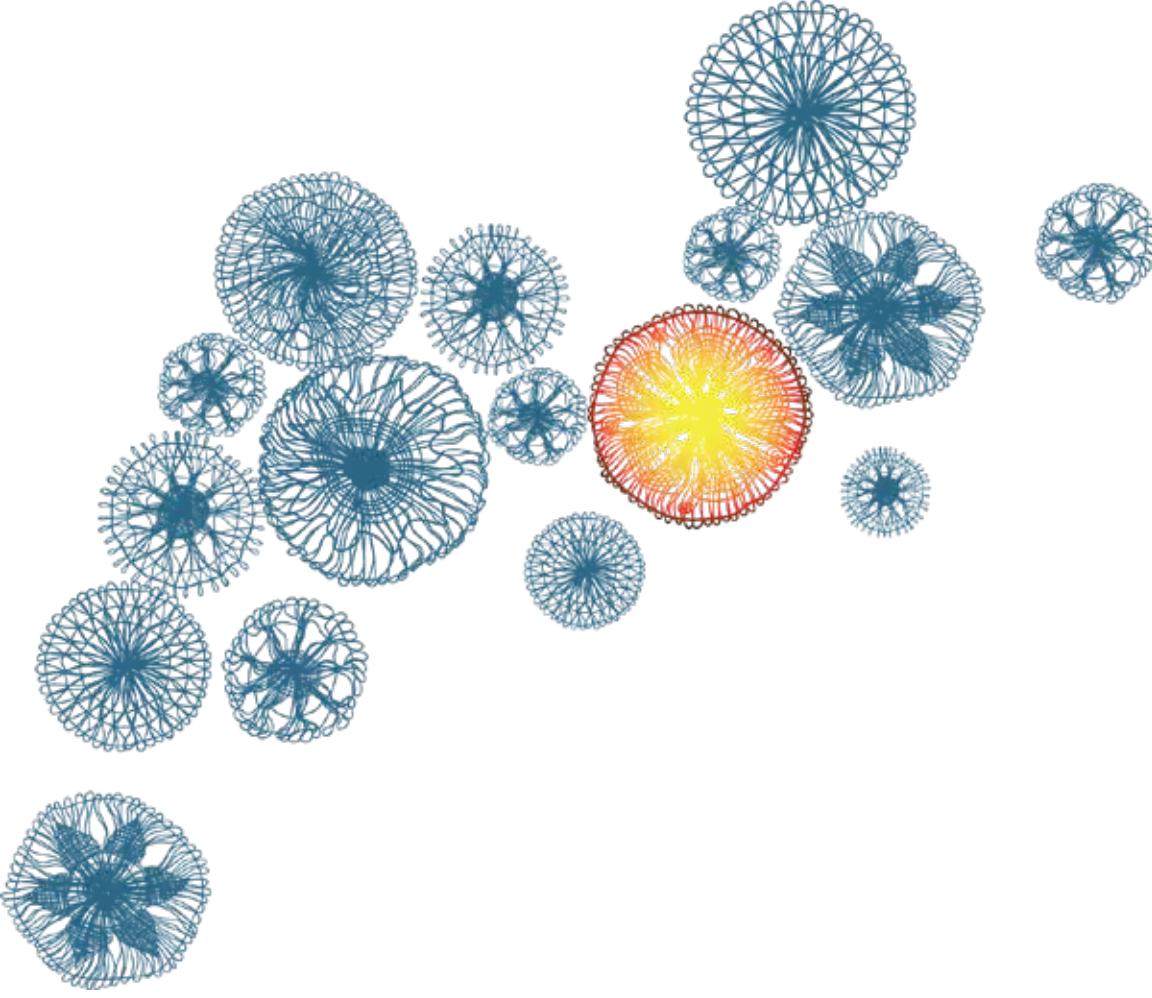
Maria Luiza Wense Fernandes Borges

Bacharelanda em Urbanismo, Universidade do Estado da Bahia, maria.lwfb@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisa o processo histórico de formação do bairro do IAPI, em Salvador, destacando como sua origem está associada às transformações urbanas impulsionadas pelas políticas higienistas do início do século XX, especialmente durante a gestão do governador José Joaquim Seabra (1910–1920). Essas políticas, voltadas à modernização do espaço urbano e à remoção de populações pobres do centro da cidade, promoveram intervenções como a abertura de avenidas de vale e obras de requalificação que desconsideravam as demandas habitacionais das classes populares. Como consequência,

houve o deslocamento forçado desses grupos para áreas periféricas, levando à ocupação progressiva das cumeadas da cidade, antes pouco povoadas. É nesse contexto que se inicia a formação do bairro do IAPI, cuja configuração urbana passa a se organizar e tornar o Conjunto Residencial Salvador (CRS), inaugurado em 1952. O CRS representa um marco no planejamento habitacional da Bahia por se tratar do primeiro conjunto habitacional do estado, concebido como uma resposta institucional à crise habitacional que afetava a capital naquele período. A implantação do conjunto não apenas proporcionou moradia a centenas de famílias, como também desempenhou papel estruturador na consolidação do bairro, contribuindo para definir sua configuração territorial e social. Assim, o texto evidencia que a constituição do IAPI resulta da combinação entre processos de exclusão socioespacial e políticas públicas de habitação, elementos fundamentais para compreender a formação urbana de Salvador no século XX.

Palavras-chave: Democracia. Habitação social. IAPI. Estado. Salvador.



Fragmentação socioespacial em cidades médias: uma leitura crítica do setor sul de Bauru/SP

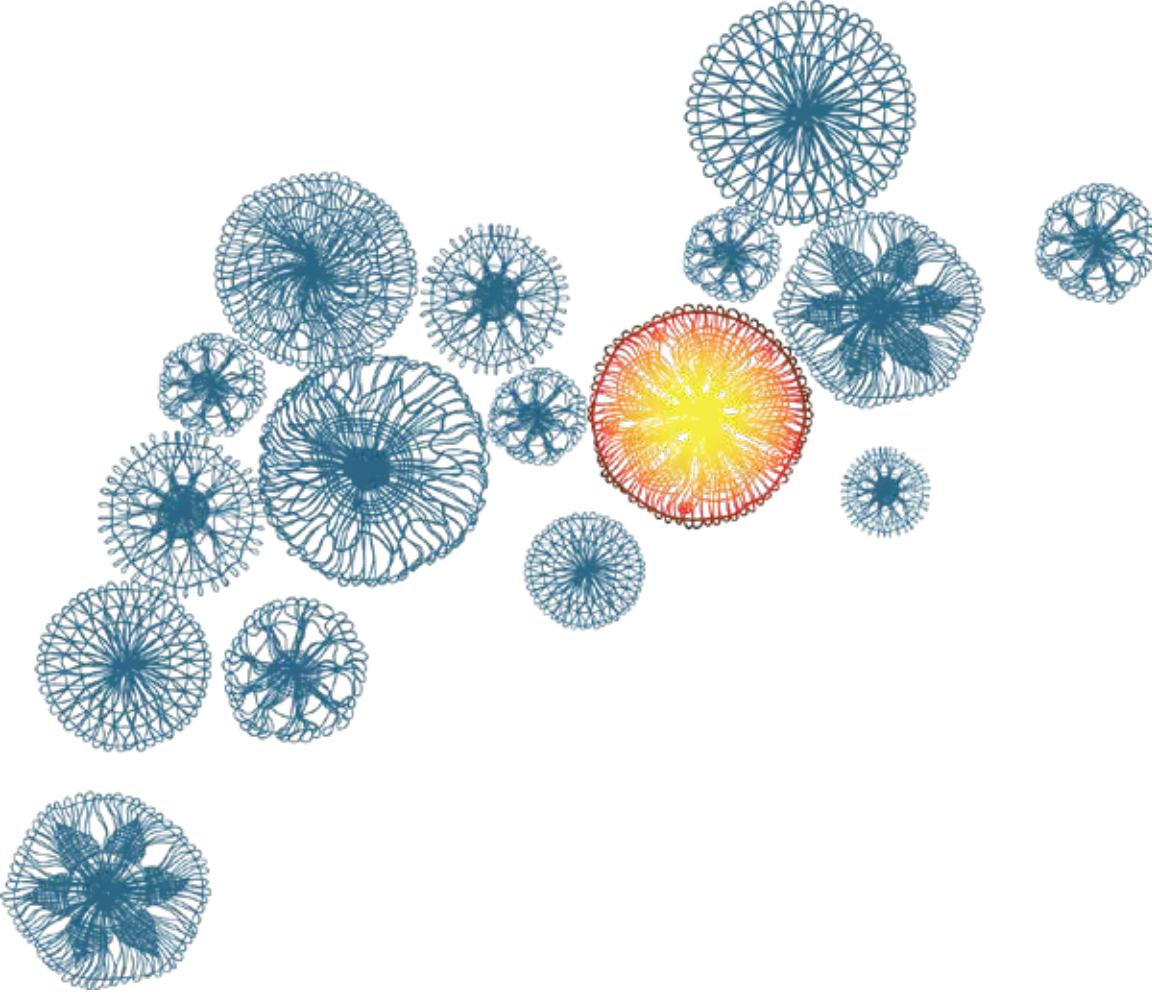
Maria Cecília Batista Feitoza Silva

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGARQ), Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Bauru, cecilia.batista@unesp.br

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a segregação socioespacial em Bauru/SP, com destaque para o papel desempenhado pelos loteamentos fechados de alto padrão implantados no setor sul da cidade. Nas últimas décadas, o processo de urbanização local tem reproduzido padrões de exclusão, em que o acesso diferenciado ao solo urbano evidencia as desigualdades sociais e econômicas. Enquanto áreas periféricas recebem conjuntos habitacionais populares, muitas vezes carentes de infraestrutura adequada, os empreendimentos destinados às camadas de maior renda reforçam a lógica de enclaves fortificados e de distanciamento em relação à cidade como um todo. Essa realidade insere-se em um contexto mais amplo de cidades médias

brasileiras, onde a atuação articulada de agentes públicos e privados sustenta a valorização seletiva do espaço urbano, contribuindo para a intensificação das barreiras físicas e simbólicas entre grupos sociais. A pesquisa parte da concepção do espaço urbano como produto social e busca compreender de que maneira a segregação espacial compromete a efetivação do direito à cidade e o fortalecimento da vida democrática.

Palavras-chave: Segregação socioespacial; cidades médias; loteamentos fechados; direito à cidade; produção do espaço urbano; Bauru (SP); fragmentação urbana.



Democracia tutelada: habitação operária e controle social em Valença-BA

Maria Luiza Wense Fernandes Borges

Bacharelanda em Urbanismo; Universidade do Estado da Bahia; maria.lwfb@gmail.com

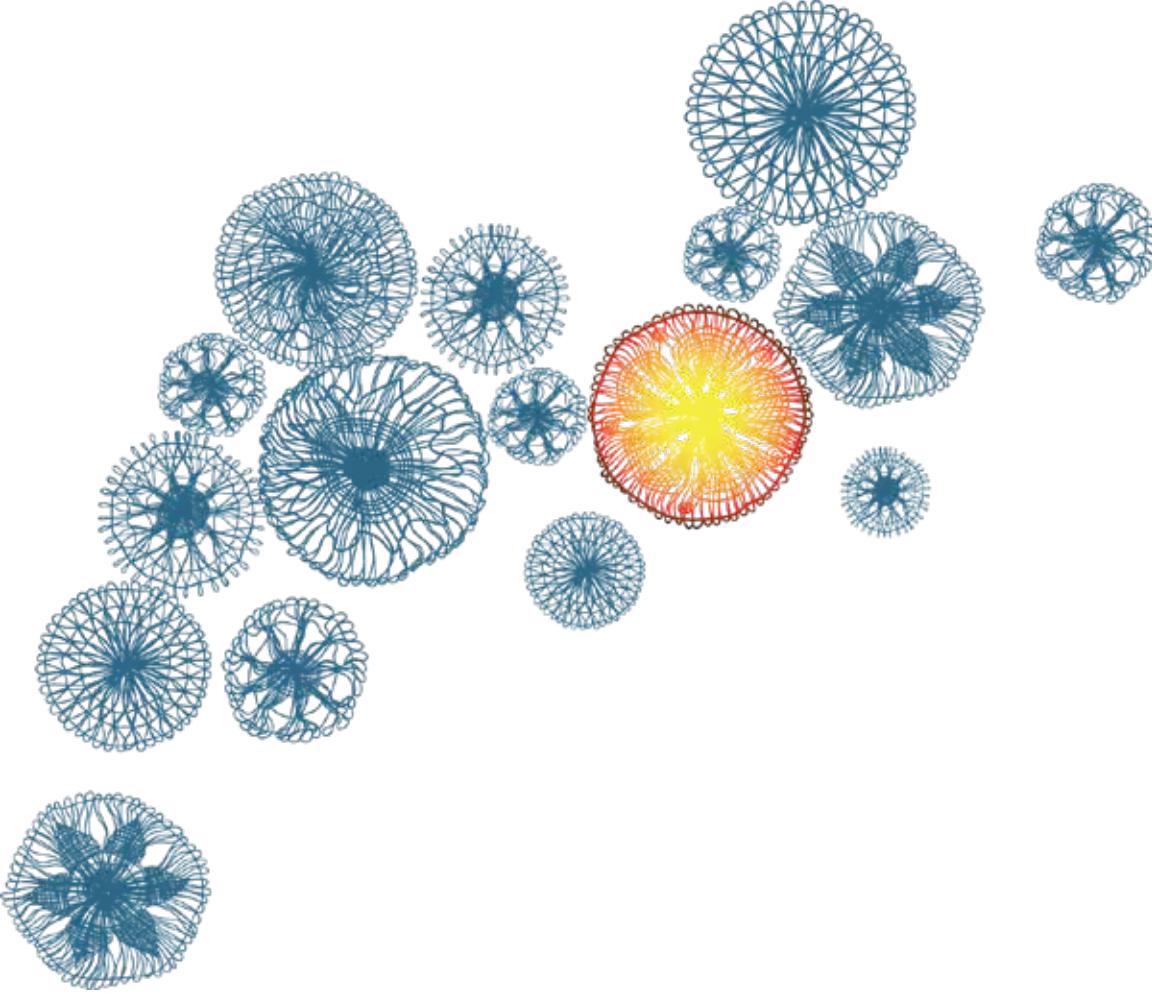
Lucas Santos Silva

Bacharelando em Urbanismo; Universidade do Estado da Bahia; Lucas-silva221@outlook.com

Resumo: Este artigo analisa a experiência da Vila Operária de Valença-BA, implantada em 1922 pela Companhia Valença Industrial (CVI), discutindo seus impactos sobre o exercício da democracia no espaço urbano. A pesquisa parte da constatação de que a industrialização, ao mesmo tempo em que promoveu avanços materiais, como a oferta de habitação popular e infraestrutura urbana, instaurou também mecanismos de controle social que limitaram a autonomia dos trabalhadores. Assim, a Vila Operária revela a ambivalência de um processo que, sob o discurso de modernização e progresso, produziu uma democracia restrita e tutelada. A moradia operária, embora tenha representado

um marco pioneiro na política habitacional da cidade, foi também um instrumento de vigilância e subordinação, já que a permanência nas casas estava vinculada ao vínculo empregatício e às normas de conduta estabelecidas pela fábrica. Desse modo, a democracia que se esboçava na ampliação do acesso à moradia e a serviços urbanos permaneceu incompleta, restringindo-se a uma experiência controlada pelo capital industrial. O artigo evidencia, portanto, como a industrialização em Valença produziu uma forma de “democracia urbana tutelada”, na qual conquistas sociais se entrelaçam com mecanismos de exclusão e disciplinamento.

Palavras-chave: Democracia. Habitação operária. Controle social. Companhia Valença Industrial. Valença (BA).



As relações institucionais e as governanças na gestão dos territórios da vulnerabilidade social: caso do Morro do Alemão e as determinantes habitacionais, socioeconômicas e culturais dos seus moradores

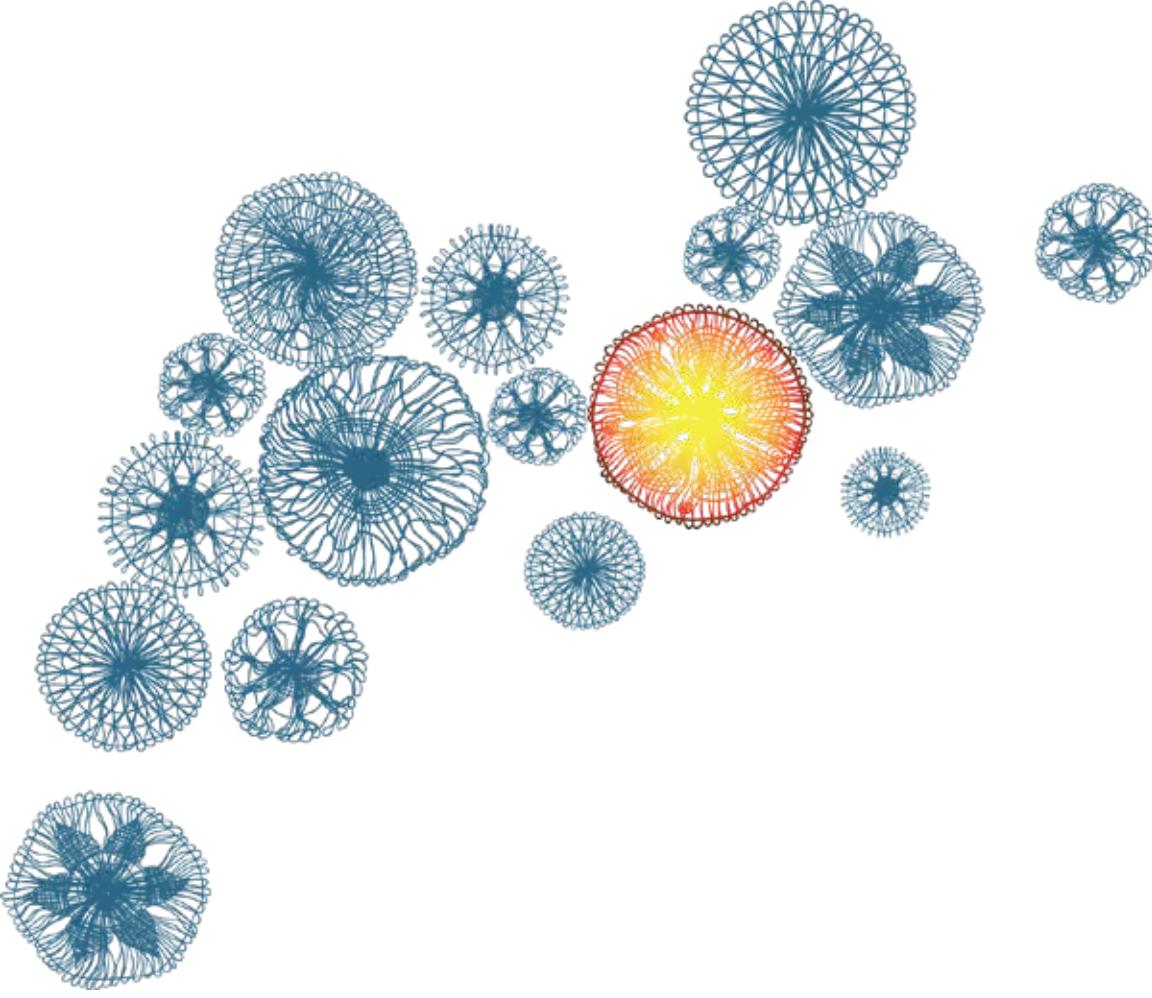
Maurício Wilson Camilo da Silva

Doutorando em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR UFRJ;
mauriciowcsilva@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho propôs o debate sobre os desafios das relações institucionais e das governanças na gestão dos territórios da vulnerabilidade social, tendo como as categorias de análise, as determinantes habitacionais, socioeconômicas e culturais das famílias instaladas nas adjacências da Avenida Central no Morro de Alemão. Para discutir, como as instituições se relacionam na gestão do território, os seus desafios na governança local, envolvendo não apenas as moradias e as ações sociais, econômicas e culturais dos moradores, também as diferentes formas pelo qual os moradores participam desses processos de gestão e governança. Os atributos analisados como parte desta discussão, levam

em conta os determinantes habitacionais, como acesso à moradia digna e infraestruturas, os determinantes socioeconômicos, como o circuito de troca local, articulado com a renda familiar e os serviços mais notáveis no cotidiano dos moradores. E entre os determinantes culturais, foram registradas atividades artísticas e educativas e que tornaram importantes para a nossa discussão. O debate proposto foi estruturada a partir do diálogo com os moradores, lideranças locais, instituições envolvidas na gestão da comunidade e suas relações com o poder público, incluindo os Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), como parte dos representantes do poder público e com mais acesso e realização nos territórios, por constituírem em grande parte, os próprios moradores ou habitantes oriundos dos bairros próximos.

Palavras-chaves: instituições; governanças; território; vulnerabilidade social; e Morro do Alemão.



Desigualdades socioespaciais e caminhabilidade em São Luís: uma análise por setores censitários a partir do Censo 2022

Melina Fujiwara

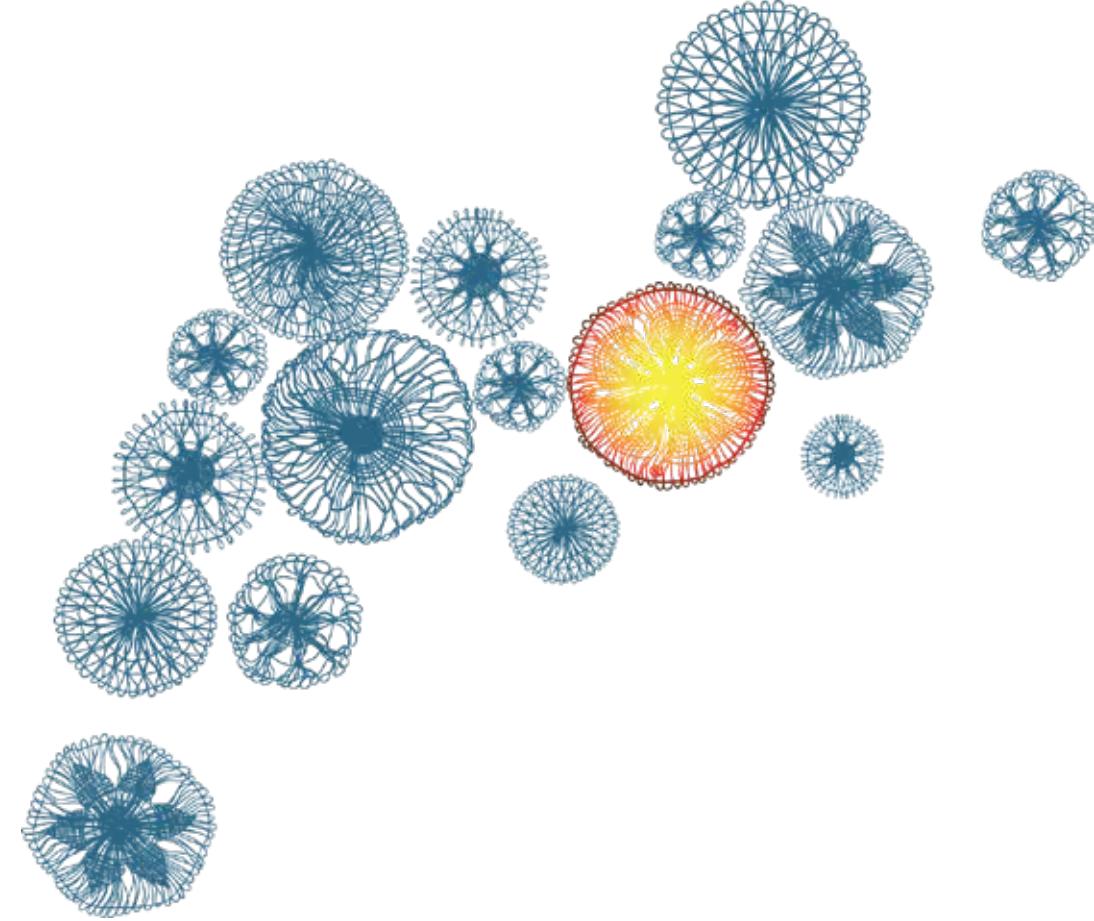
Arquiteto e Urbanista, mestre em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial - UFSC, fujiwaramelina@gmail.com

Diego Roland

Arquiteto e urbanista, mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional - UEMA, diegovmroland@gmail.com

Resumo: Este artigo investiga as desigualdades socioespaciais e a caminhabilidade em São Luís, Maranhão, utilizando dados do Censo Demográfico de 2022. Assim, busca entender como as condições socioeconômicas evidenciam desigualdades no acesso à infraestrutura urbana para a caminhabilidade na cidade. A metodologia adotada baseou-se na análise de dados desagregados por setores censitários, provenientes do Censo Demográfico de 2022 do IBGE. Para a visualização e interpretação desses dados, foram empregados mapas temáticos que abordaram a Densidade Demográfica, o Rendimento Nominal Médio

Mensal, a Distribuição por Cor e Raça, e as Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios. A abordagem analítica consistiu em sobrepor e correlacionar essas diversas camadas de informação. Este processo permitiu a identificação de padrões espaciais e a quantificação das disparidades na infraestrutura de caminhabilidade, estabelecendo relações entre as características socioeconômicas e demográficas das áreas estudadas e as características infraestruturais disponíveis para seus habitantes. Os resultados obtidos evidenciaram uma segregação e negação generalizada da mobilidade ativa. Observou-se que as melhores condições de infraestrutura urbana, tendem a se concentrar em áreas de maior renda e com predominância de população branca. Enquanto regiões periféricas e de menor renda, majoritariamente habitadas por populações pardas e pretas, exibem déficits infraestruturais mais acentuados. A pesquisa indicou que, embora a maioria resida em setores com calçadas, grande parte está comprometida por obstáculos, além da baixa arborização, acessibilidade descontínua, ciclovias fragmentadas e pontos de ônibus insuficientes. Essa precariedade generalizada evidencia o descompasso entre legislação e realidade urbana, perpetuando desigualdades socioespaciais e restringindo o pleno direito à cidade.



A perspectiva de gênero no planejamento urbano: um caminho para a construção de cidades mais inclusivas e democráticas na experiência da cidade de Arapiraca, Alagoas

Monick Ayslla de Oliveira Batista

Graduação, Universidade Federal de Alagoas, monick.batista@arapiraca.ufal.br

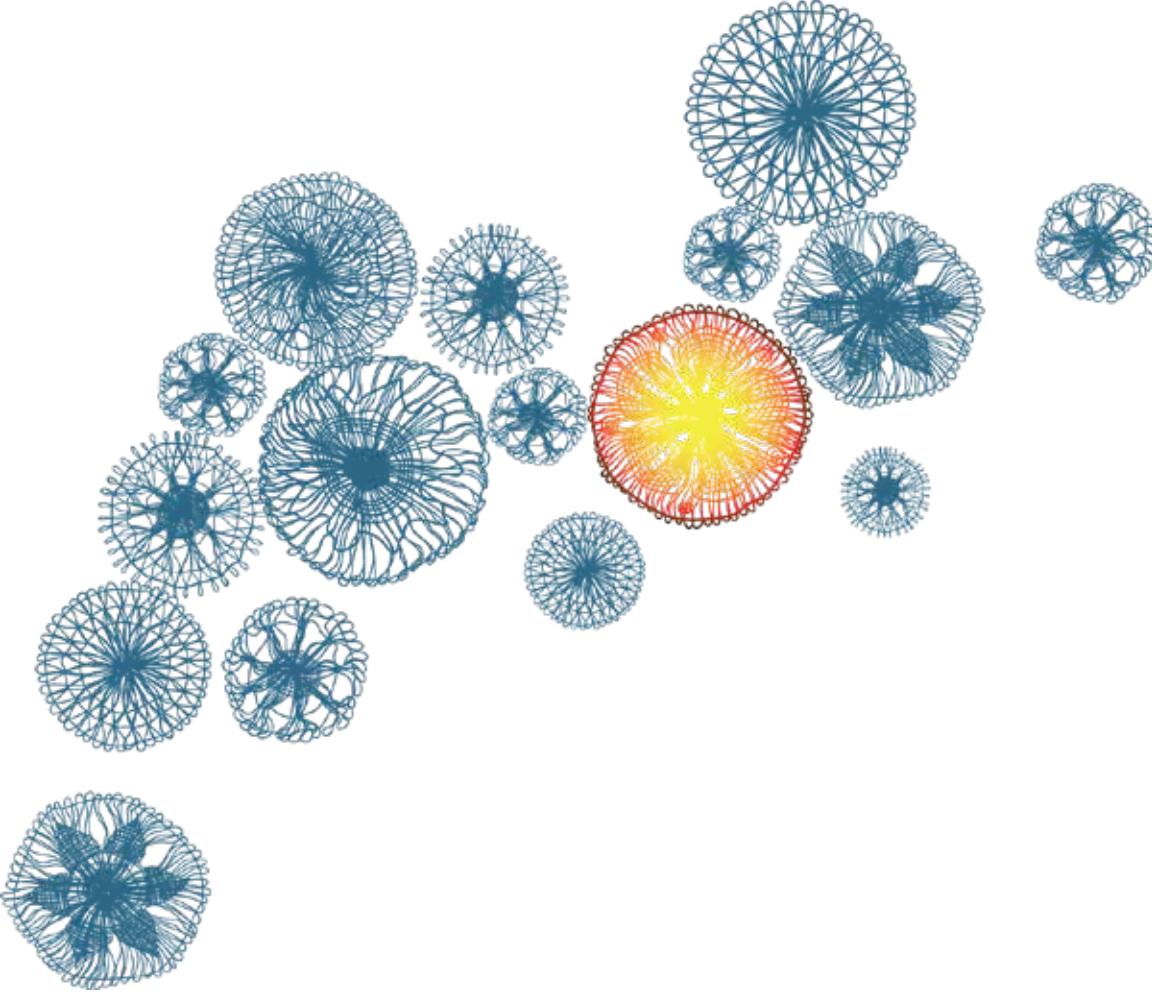
Alice de Almeida Barros

Doutorado, Universidade Federal de Alagoas, alice.barros@arapiraca.ufal.br

Resumo: O artigo discute a necessidade de repensar o urbanismo como parte da vida pública diante da crise democrática atual, destacando que a ausência da perspectiva de gênero fragiliza a democracia urbana, pois as cidades resultam de estruturas patriarcais que perpetuam desigualdades. A gestão do território vai além da administração de espaços, trata-se da divisão desses espaços e da garantia de direitos para grupos específicos. Historicamente, o espaço público foi associado aos homens, e o espaço privado, às mulheres, limitando sua presença na cidade. A frequente baixa presença feminina

em cargos de decisão mantém a desigualdade e compromete a democracia. Exemplos internacionais e nacionais ilustram o avanço no urbanismo com perspectiva de gênero. Viena, na Áustria, tornou-se referência, desde 1990, ao implementar políticas para tornar os espaços urbanos mais inclusivos, com redesenho de parques e praças, iluminação pública eficiente e transporte acessível. Montevidéu, no Uruguai, adotou medidas semelhantes, valorizando a diversidade e o protagonismo feminino. No Brasil, Santo André é mencionada por seu Plano Diretor de Direito das Mulheres de 1992, que reconheceu vivências distintas entre mulheres e homens no espaço. Em Arapiraca, Alagoas, o protagonismo feminino impulsionou serviços voltados às mulheres, como o Centro de Referência em Atendimento à Mulher (CRAMSV) e o Espaço NascereCrescer. Projetos recentes de arquitetas e urbanistas têm produzido benefícios em áreas de desenvolvimento social, educação, cultura e mobilidade, ampliando a qualidade de vida em toda a sociedade. Servidoras municipais atuantes demonstram como a presença feminina em cargos de liderança em Arapiraca impacta positivamente o desenvolvimento urbano. O artigo conclui que a democracia urbana se fortalece com a inclusão de todas as vozes e que o urbanismo feminista é uma estratégia para ampliar a participação, resgatar o espaço

público e aplicar os instrumentos democráticos de forma justa. A luta contra as opressões de gênero, raça e classe confirma o feminismo como prática política capaz de construir cidades com espaços de qualidade para toda a sociedade.



Construir no construído: (re)habitar imóveis ociosos no Centro de Vitória (ES)

Martha Machado Campos

Doutorado, UFES, marthamcampos@hotmail.com

Naomy Cristine Penha Rosa

Mestrado, UFES, naomy.rosa@edu.ufes.br

Andreia Fernandes Muniz

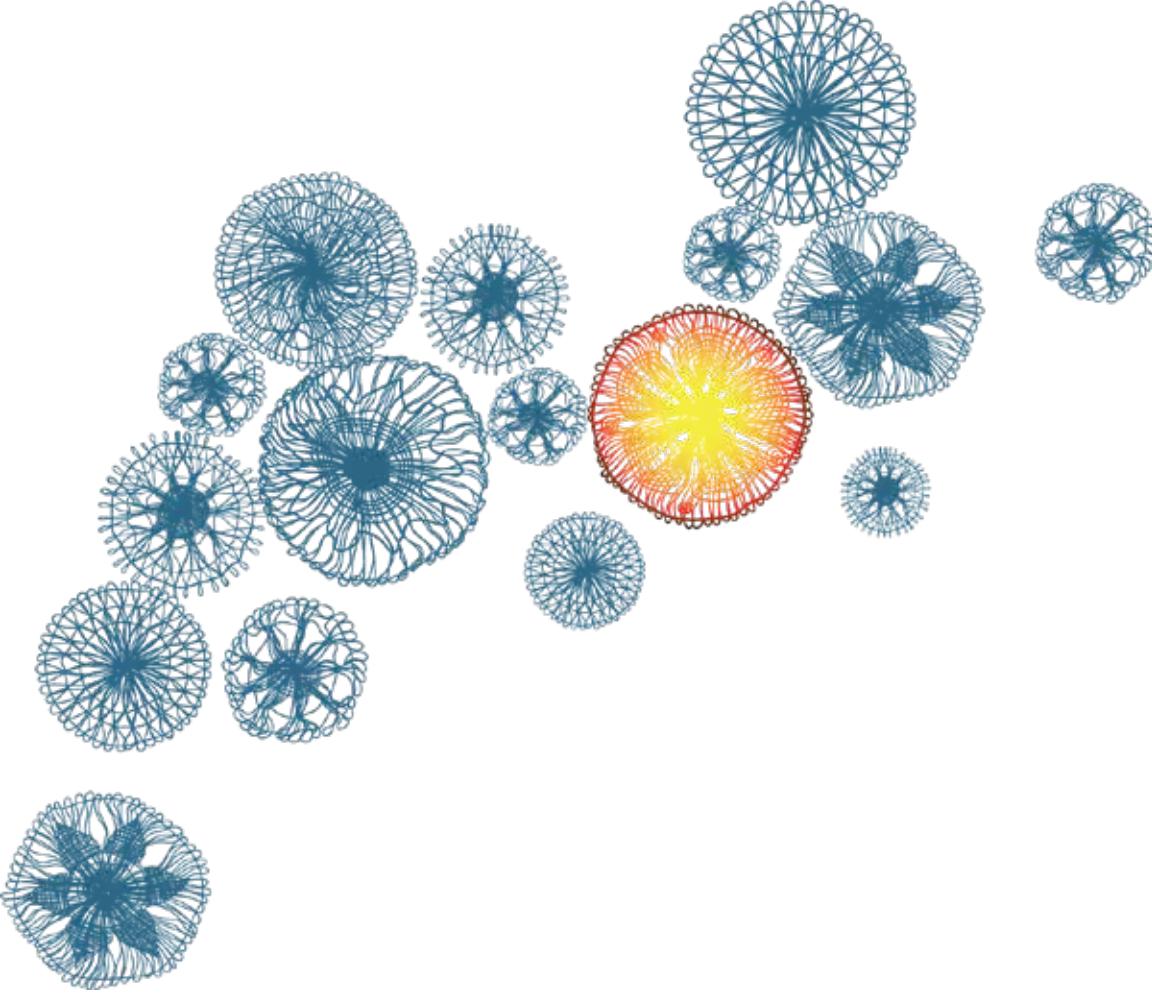
Doutorado, UVV, affernandesmuniz@gmail.com

Yukio Shimakura Junior

Ensino superior incompleto, UFES, yukio.shimakura@edu.ufes.br

Resumo: Este trabalho analisa as potencialidades e limitações da reconversão de imóveis ociosos em áreas centrais para habitação de interesse social, tendo como estudo de caso o Edifício Jerônimo Monteiro, no Centro de Vitória (ES). O estudo parte do contraste entre a alta vacância imobiliária local e o expressivo déficit habitacional, revelando contradições nas políticas públicas de moradia. A metodologia incluiu pesquisa bibliográfica e documental, mapeamento socioespacial, análise

arquitetônica e urbana e oficinas participativas com moradores, movimentos sociais, técnicos e representantes do poder público. Essas etapas possibilitaram compreender as características físicas e funcionais do edifício, bem como as dinâmicas sociais, econômicas e urbanas do seu entorno. A partir dos diagnósticos e contribuições das oficinas foram elaborados estudos projetuais para adaptação do edifício ao uso habitacional de interesse social. As diretrizes abrangeram diversidade tipológica das unidades, usos mistos, espaços coletivos, estratégias de sustentabilidade e fortalecimento da relação com o espaço urbano. O processo gerou desdobramentos institucionais, como a apresentação da proposta ao Fórum Estadual de Apoio ao Programa de Democratização de Imóveis da União, a criação de um Grupo de Trabalho para análise de viabilidade e a previsão de assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre a UFES e a Associação Habitacional da União por Moradia Popular do ES. Os resultados indicam que a reconversão de imóveis ociosos, aliada à participação social e ao alinhamento entre diferentes esferas de governo, pode se consolidar como estratégia efetiva para reduzir o déficit habitacional e promover a requalificação urbana.



Direito à cidade e regularização fundiária: uma análise do Programa Morar Legal em Vitória da Conquista (2017-2024)

Ilana dos Santos Nunes

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, FAINOR, illananunes0@gmail.com

Raquel Gomes Valadares

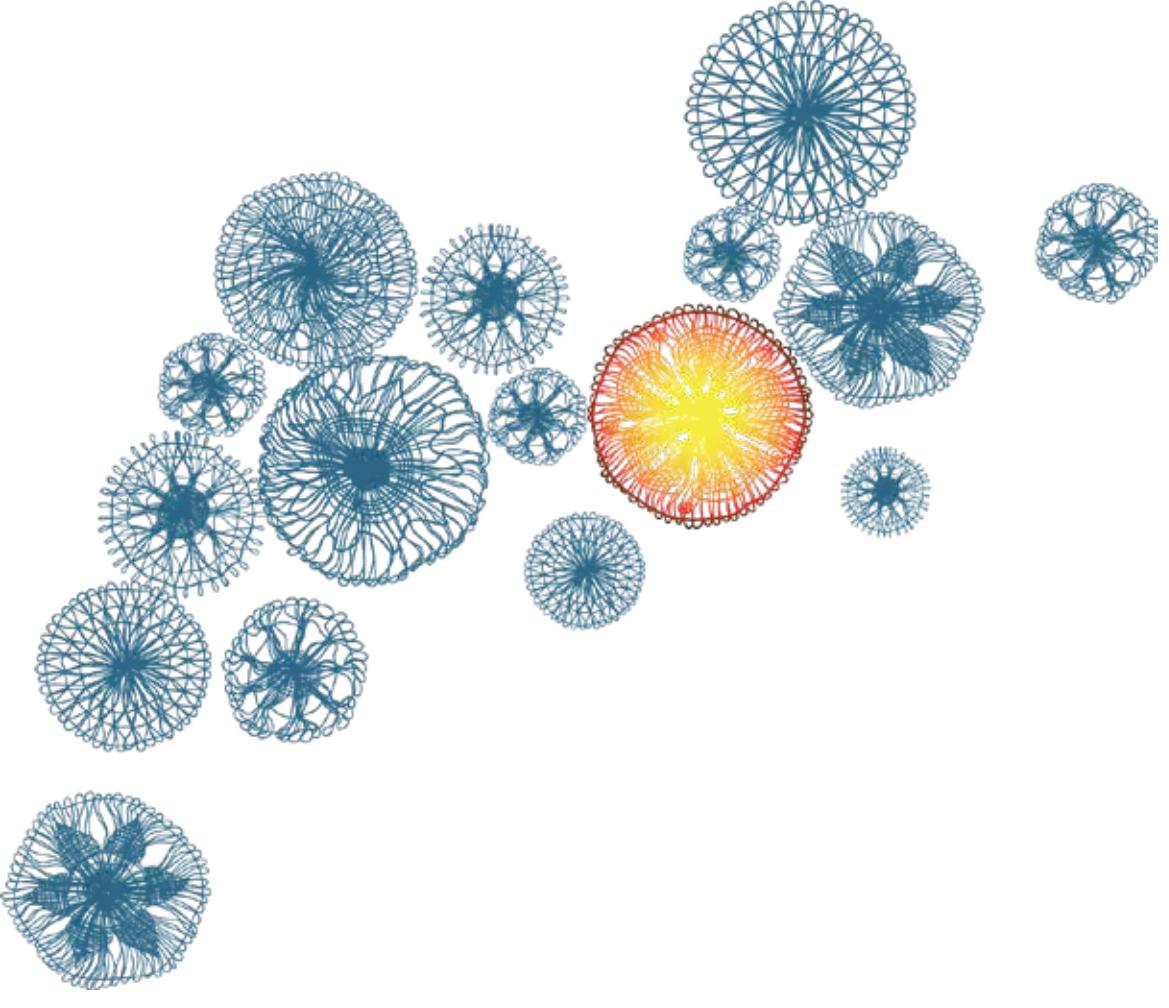
Doutora em Arquitetura e Urbanismo, FAINOR, advogada e docente, valadaresgr@gmail.com

Resumo: A regularização fundiária é definida como o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas a integrar assentamentos informais ao ordenamento legal, garantindo segurança da posse e promovendo o desenvolvimento urbano. No Brasil, a Lei nº 13.465/2017 consolidou a Regularização Fundiária Urbana (REURB), em duas modalidades: a REURB-E, voltada a famílias que não se enquadram como de baixa renda, e a REURB-S, destinada à população vulnerável, financiada pelo poder público (Brasil, 2017). Inserido nesse contexto, este estudo investiga o Programa Morar Legal, implementado em

Vitória da Conquista a partir de 2017, como política de efetivação do direito à cidade. O objetivo é analisar os efeitos do Programa Morar Legal, buscando verificar se os investimentos realizados contemplaram de fato o público mais carente, além de identificar as repercussões da política em diferentes áreas do município. A pesquisa adota abordagem qualitativa e documental, fundamentada em legislação nacional e municipal, relatórios da Prefeitura e informações divulgadas pelas Secretarias de Comunicação, Desenvolvimento Social e Infraestrutura Urbana. Foram sistematizados dados sobre bairros contemplados, número de beneficiários e critérios de inclusão, com atenção especial às modalidades de regularização aplicadas e à fundamentação socioeconômica utilizada. O recorte temporal compreende 2017 a 2024, período correspondente à criação e consolidação do programa. Identificou-se que onze bairros e loteamentos foram incluídos no programa, com predominância da modalidade REURB-S, voltada à população de baixa renda. As áreas beneficiadas localizam-se, em sua maioria, em regiões periféricas socialmente vulneráveis, reforçando o caráter social da política. Contudo, sua execução carece de maior detalhamento, transparência e amplitude, já que os critérios utilizados limitam o alcance da política e deixam de fora áreas de conflito ou com potencial de

especulação imobiliária. Reforça-se, assim, a necessidade de tratar a regularização fundiária como instrumento democrático e estruturante de garantia ao direito à cidade, articulando habitação, infraestrutura e inclusão social de forma equitativa.

Palavras-chave: Regularização Fundiária; Vitória da Conquista; Acesso democrático.



Déficit habitacional e domicílios não ocupados: contradições da expansão imobiliária em Vitória-ES

Sabrina Rodrigues Margoto

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGAU/UFES), sabrinirmargoto@gmail.com

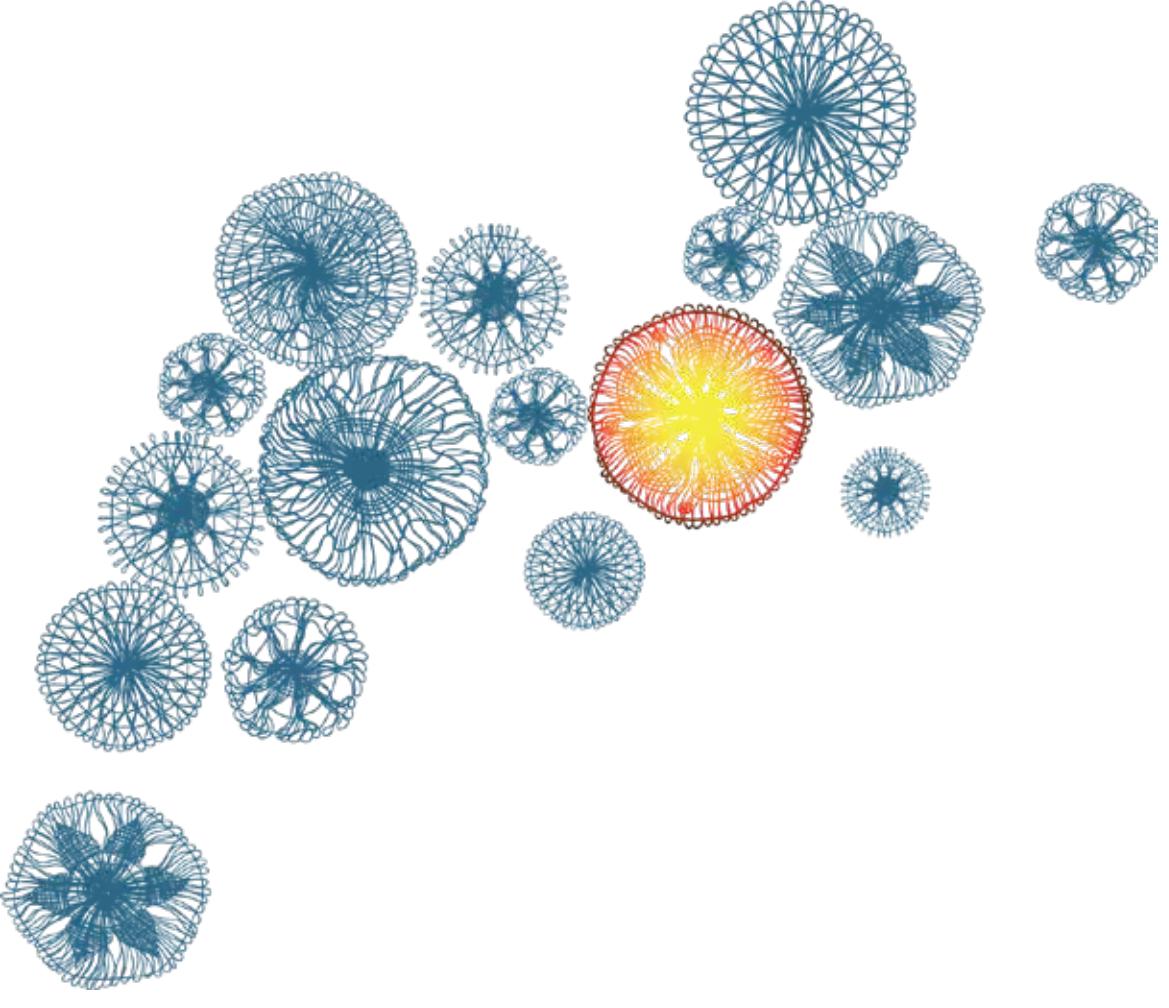
Liziane de Oliveira Jorge

Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Professora adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), lizianej@gmail.com

Resumo: O esvaziamento das áreas centrais, associado à descentralização de atividades comerciais e de serviços, configura um fenômeno recorrente nas metrópoles brasileiras, resultando no surgimento de novas centralidades urbanas. Esse processo de expansão urbana trouxe como consequência o abandono e a presença significativa de domicílios não ocupados, especialmente em edificações verticalizadas localizadas nos centros urbanos. Em contrapartida, desde o início do século XXI, os investimentos imobiliários passaram a se concentrar nas áreas de maior valorização, guiados pelas expectativas de

retorno financeiro do mercado imobiliário e pelas regulamentações urbanísticas. Essa dinâmica tende a direcionar a produção habitacional para segmentos de maior renda, deixando em segundo plano regiões de menor interesse econômico, como as áreas centrais degradadas. Como consequência, intensificam-se as desigualdades socioespaciais e limita-se o acesso à moradia digna para parte da população, refletindo no aumento dos preços de aquisição e aluguel do imóvel e transformando a moradia em objeto de especulação imobiliária. Sendo assim, este estudo propõe contrastar os números do déficit habitacional e de domicílios não ocupados com a produção habitacional na cidade de Vitória-ES. Busca-se compreender a atuação diferenciada do mercado imobiliário nas diferentes áreas da cidade e examinar a espacialização da ociosidade imobiliária. A relevância do trabalho está em evidenciar as contradições urbanas, como a coexistência do grande déficit habitacional e a presença de imóveis vagos. Além disso, contribui para o debate acadêmico sobre a democratização do espaço urbano e o papel do mercado imobiliário na intensificação das desigualdades. O estudo também pode subsidiar estratégias de política urbana voltadas à redução da ociosidade e à promoção de um acesso mais igualitário à moradia.

Palavras-chave: Produção habitacional; déficit habitacional; domicílios não ocupados; democratização do espaço urbano; desigualdade socioespacial; mercado imobiliário.



COMUNA OU NADA? Perspectivas e desafios do habitar no Estado Comunal da Venezuela

Sergio Antonino Bellino Roca

Arquiteto e Urbanista pela UNILA, especialista em Assessoria Técnica para Habitação e Direito à Cidade (RAU+E/UFBA) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) - UFBA, roca.sergioarq@gmail.com

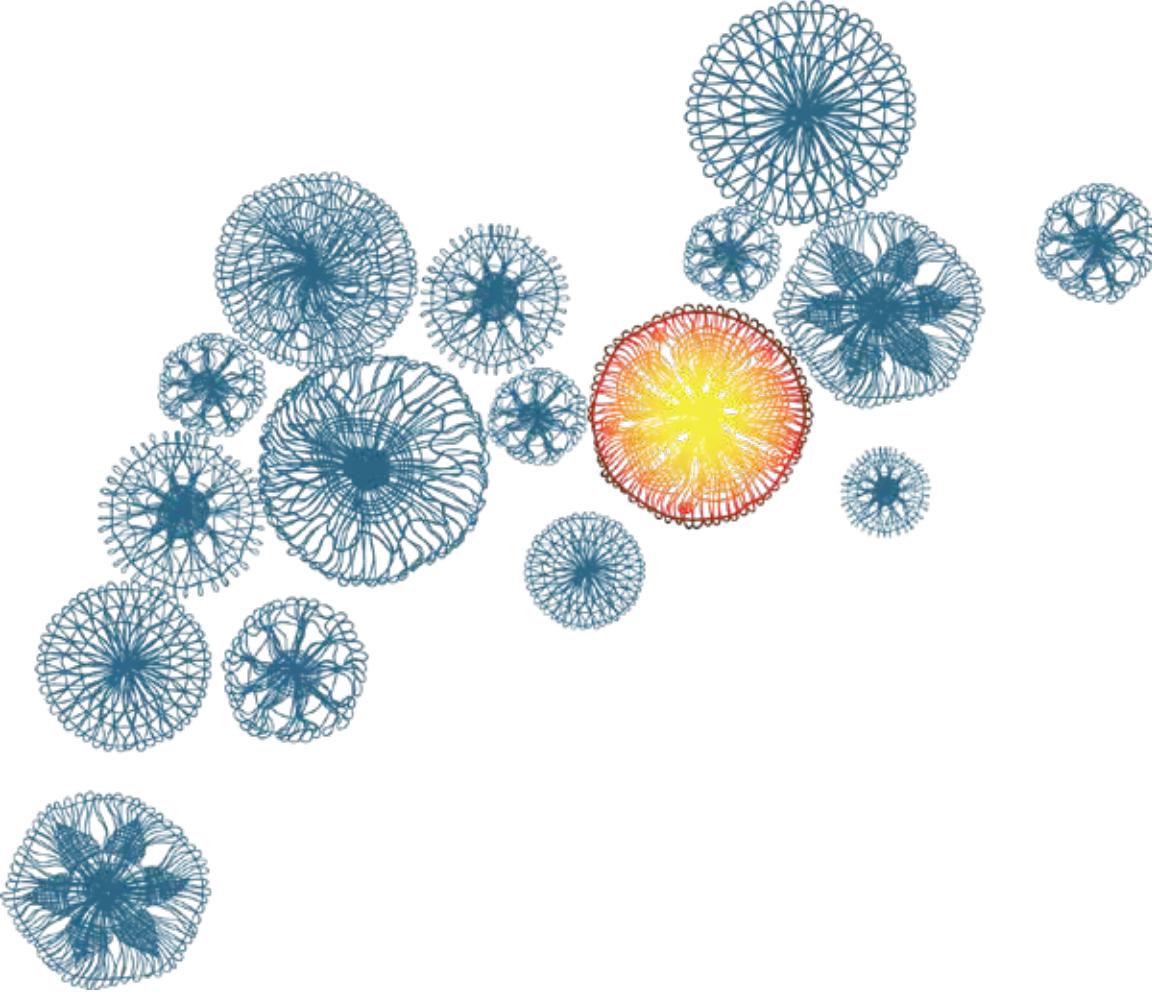
Oswaldo Francisco Freitez Carrillo

Arquiteto e Urbanista pela UNILA, mestre e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) - UFBA, oswaldofreitezc@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa a articulação entre as políticas habitacionais e a construção do Estado Comunal na Venezuela, no âmbito da radicalização da democracia participativa e protagônica impulsionada pela Revolução Bolivariana (Venezuela, 1999). A pesquisa foca na criação das Comunas (2010) e na sua relação com a *Gran Misión Vivienda Venezuela* (2011) e a *Gran Misión Barrio Nuevo Barrio Tricolor* (2013), compreendendo-as como instrumentos para enfrentar as desigualdades socioespaciais e os déficits de moradia. Baseados na Lei Orgânica dos Conselhos Comunais (2009), Lei Orgânica

das Comunas (2010) que define a Comuna como um “espaço socialista” e “entidade local”. Essa estrutura é concebida como um agrupamento de comunidades vizinhas com história e costumes compartilhados, que exercem soberania e participação como expressão do Poder Popular. Conforme teorizado por autores como Harnecker (2009), Álvarez (2010) e Azzellini (2018), onde a ideia central é que o poder não reside apenas nos órgãos tradicionais do Estado, mas emana diretamente do povo organizado em seus territórios, “governando de baixo para cima” (Freitez e Martínez, 2015). Nesse contexto, o Poder Popular é entendido como a capacidade das comunidades de se organizar para autogovernar seus territórios, produzindo formas alternativas de gestão coletiva da vida e comum. A metodologia adotada tem caráter qualitativo, exploratório e crítico, apoiada em pesquisa bibliográfica e documental, além da retomada do estudo de caso desenvolvido por Roca, (2018). Retomam-se, assim, o estudo de campo e as cartografias produzidas, a fim de compreender o Estado Comunal a partir da experiência da “Comuna Batalha de Santa Inês”, que apresenta como a autogestão, o direito ao habitar e à moradia digna materializam esse modelo. O artigo aborda também a articulação entre o Estado e a comunidade, por meio dos programas habitacionais, permitiu a construção

massiva de mais de 4,5 milhões de moradias entre 2011 e 2023 (MINHVI, 2023), contribuindo para a redução do déficit habitacional. A expansão quantitativa do movimento comunal, que hoje conta com 3.663 comunas, com maior presença em áreas urbanas e suburbanas, e forte presença de comunidades rurais e indígenas, aponta a relevância dessas estruturas nas políticas públicas de moradia e habitat. A pesquisa vem nos mostrando as tensões do modelo comunal, marcado pela tensão entre a centralização estatal, pela dependência da renda petroleira e por práticas clientelistas que reduzem a autonomia das comunidades (Guilherme e Bourdet, 1976; Souza, 2006). Ainda assim, as Comunas se configuram como experiências singulares de democracia direta, com potencial para fortalecer a organização comunitária, a autogestão e novas formas coletivas de habitar. Segundo Ortiz (2022), esse projeto busca articular sistemas urbanos inclusivos e sustentáveis, promovendo uma democracia espacial, cultural, política, econômica e social. Embora permaneça condicionado por desigualdades históricas e pela vulnerabilidade do rentismo do petro-Estado (Terán Mantovani, 2014; Azzellini, 2018), abre caminhos para alternativas de desenvolvimento baseadas em autonomia e democracia participativa.



Caminhar, eu preciso! Reflexões sobre caminhabilidade, gênero e envelhecimento

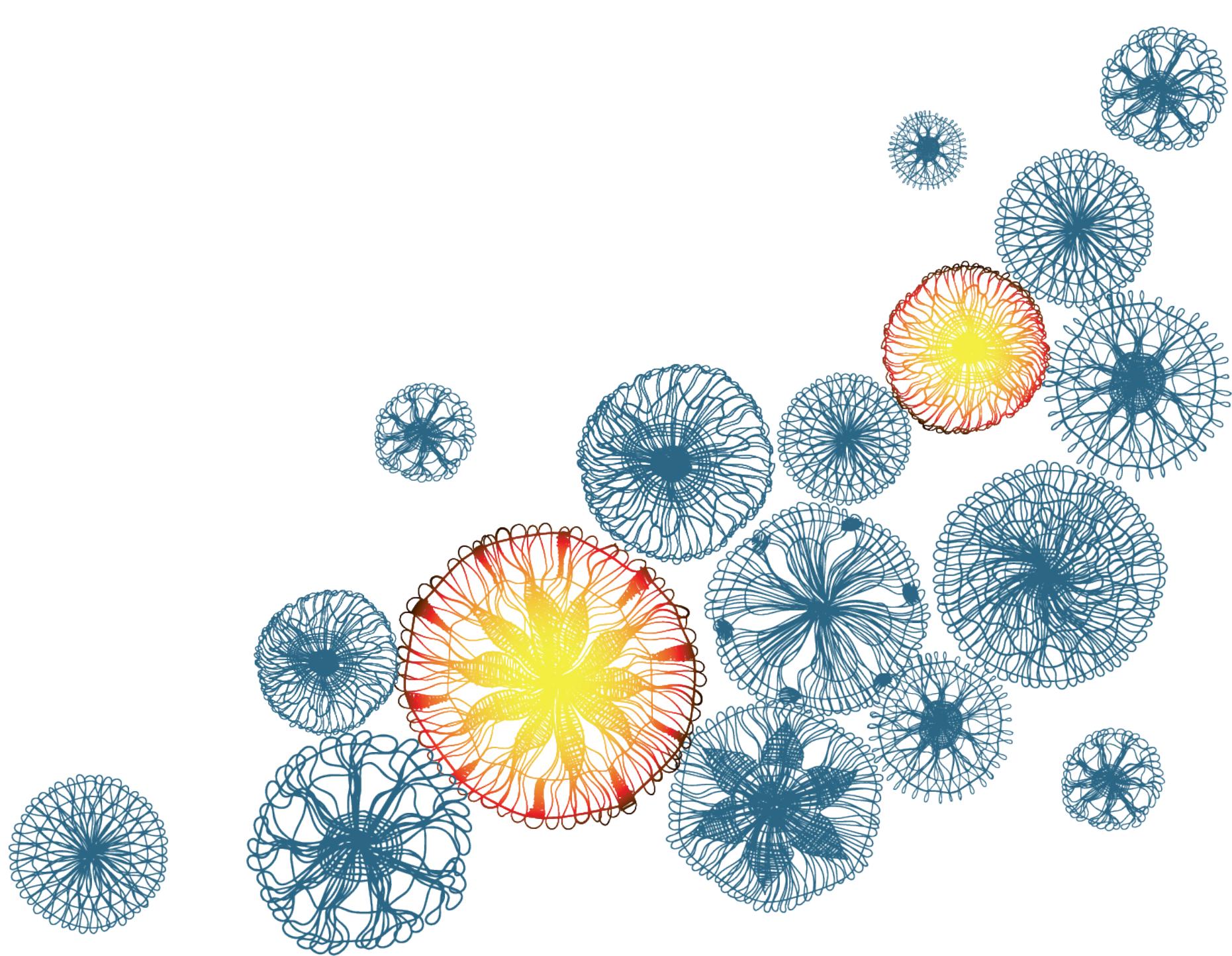
Verônica Vaz Oliveira Barbosa

Doutoranda, PPGAU UFBA, ¡DALE!, bolsista CAPES/BRASIL, barbosa.veronicav@gmail.com

Resumo: Trazemos uma reflexão sobre caminhabilidade, gênero e envelhecimento no contexto brasileiro, onde o planejamento urbano ainda prioriza carros e marginaliza pedestres. Apesar dos discursos contemporâneos defenderem cidades para pessoas, a infraestrutura para pedestre continua precária, especialmente para grupos de crianças, mulheres, pessoas com deficiência e idosos. O caminhar é essencial para a experiência urbana, mas enquanto os homens tradicionalmente ocupam o espaço público como flâneurs, mulheres enfrentam medo, trajetos complexos e limitações da dupla jornada, a ausência da acessibilidade agrava as desigualdades. Os espaços públicos devem acolher todas as fases da vida de uma pessoa, garantindo segurança e autonomia. Um planejamento verdadeiramente

inclusivo precisa superar as barreiras físicas e as dinâmicas sociais que impedem um pleno direito à cidade.

Palavras-chave: Caminhabilidade; gênero; envelhecimento; caminhar; direito à cidade.



urbBA [25]

EIXO
VIOLÊNCIA

O tema da violência será abordado considerando que, atualmente, vivenciamos o recrudescimento do espírito belicoso da barbárie moderna, seja no plano geopolítico mundial, seja no cotidiano das cidades. Sendo a violência um problema público, o que o urbanismo tem a dizer sobre ele, em termos reflexivos, normativos e propositivos?

Em meio ao esgotamento dos parâmetros sociais de arbitragem de conflitos e dos elementos sociais e políticos que minimamente referenciavam a construção da cidadania no Brasil, a violência figura como temática central e urgente. Mas, mesmo que a violência tenha seu acontecer na cidade, isto não a coloca imediatamente no campo do urbanismo. Convém então problematizá-la através de duas chaves de discussão, estreitamente articuladas: o risco e o crime.

O “urbanismo de risco” (Rolnik, 1999) em sua condição de violência, permite identificar, ao longo do tempo, contrastes profundos entre condições urbanas radicalmente distintas convivendo/conflitando, no interior da mesma cidade, configurando situações de maior insegurança para as populações vulnerabilizadas. Ao concentrar qualidades urbanas e impedir que elas sejam partilhadas por todos, os espaços mais bem equipados da cidade são constantemente ameaçados por investidas imobiliárias, por congestionamentos,

por assaltos... A desigualdade territorial na cidade brasileira seria portanto a condenação de toda a cidade a um urbanismo de risco e, muito provavelmente, a uma sociabilidade violenta.

Porsuavez,a“expansão domundo do crime”(Feltran,2014, 2021) remete a uma discriminação política dos espaços periféricos urbanos, seja internamente, enquanto marco discursivo e instância de poder, seja externamente, enquanto criminalização.

De onde emergem muitos temas que exigem atenção urgente. Dentre outros:

- relacionar violência e urbanismo militarizado e paramilitar como parte de uma estrutura de vigilância na qual a militarização do espaço e gramática bélica podem ser pensadas enquanto doutrina;
- interpretar a influência de grandes empresas de tecnologia (big techs) e suas manifestações no urbano a partir de um urbanismo digital de controle de dados;
- esquadrinhar os modos como a violência de Estado se manifesta em sua capacidade de moldar o espaço urbano e a vida nas cidades;
- problematizar a relação entre urbanismo, racismo e violências de gênero;
- tensionar a violência epistêmica e normativa que rege largamente o campo do urbanismo.

Espera-se ainda que este eixo traga experiências

comunitárias e populares voltadas à promoção da segurança e ao combate à violência, em diálogo com a justiça espacial, bem como acolha reflexões transdisciplinares e interinstitucionais que expressem a centralidade da questão hoje.

Referências:

FELTRAN, G. O Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, Set./Dez. 2014

FELTRAN, G. A política como violência. Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política Volume 17, número 2, julho a dezembro de 2021, p.228-257

ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência. São Paulo em Perspectiva, 13(4) 1999. p. 100-111

RESUMOS

Eixo Violência

Os artigos estão organizados por eixo e em ordem alfabética dos nomes d@s autor@s

O “X” na porta: violência simbólica, invisibilidade urbana e memória coletiva em territórios em disputa

André Augusto Araújo Oliveira, Aparecida Netto Teixeira, Laila Nazem Mourad

Corpos e Fabulações territoriais: uma inversão epistêmica contra a violência dos modelos urbanísticos contemporâneos

Andressa Pereira Maia, Aline Saraiva Leão Lima

A Democracia em Conflito: Violência Estatal, (Des) Planejamento Urbano e a Luta pelo Direito à Cidade

Carmen Rosane Pereira da Silva Costa

Juventudes na cidade: Identidades de resistência no Território do Bem

Gabriele Dias Roriz, Liziane de Oliveira Jorge

Família, propriedade privada e Estado

Guilherme Carpintero de Carvalho

O corpo negro sitiado: racismo e violência narrados na Literatura Contemporânea

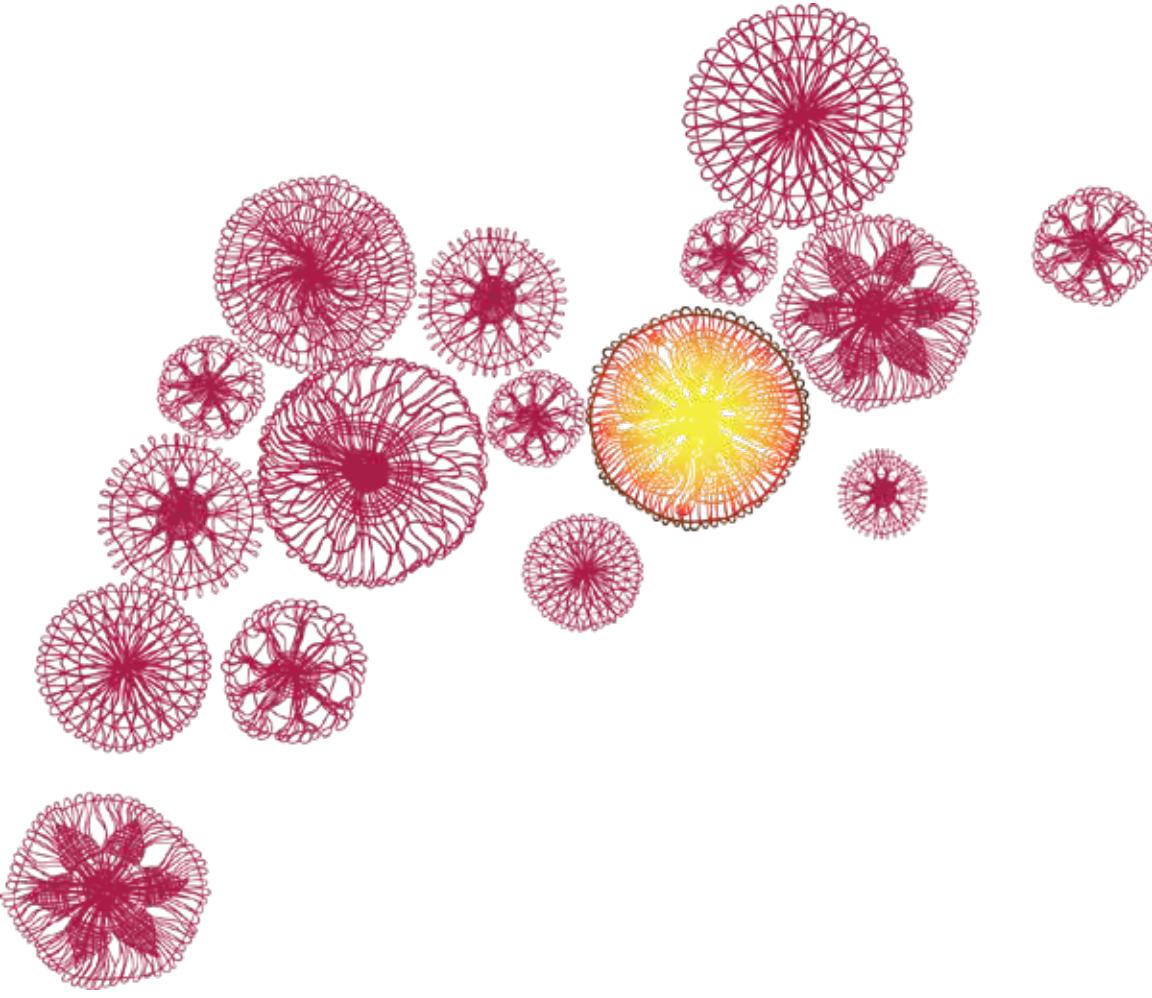
Iana Gabriele Souza de Andrade, Liliane Vasconcelos

Urbanização como Violência na Cidade Pós-colonial

Lara Caldas

Arquitetura do medo: O papel do crime e da polícia na configuração dos espaços urbanos

Vitória Tereza Ramos, Lívia Oliveira Coelho, Camily Vitória Santos da Paz



O “X” na porta: violência simbólica, invisibilidade urbana e memória coletiva em territórios em disputa

André Augusto Araújo Oliveira

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Paulo (IAUUSP), andreaugusto@usp.br

Aparecida Netto Teixeira

Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSal), aparecida.teixeira@ucsal.br

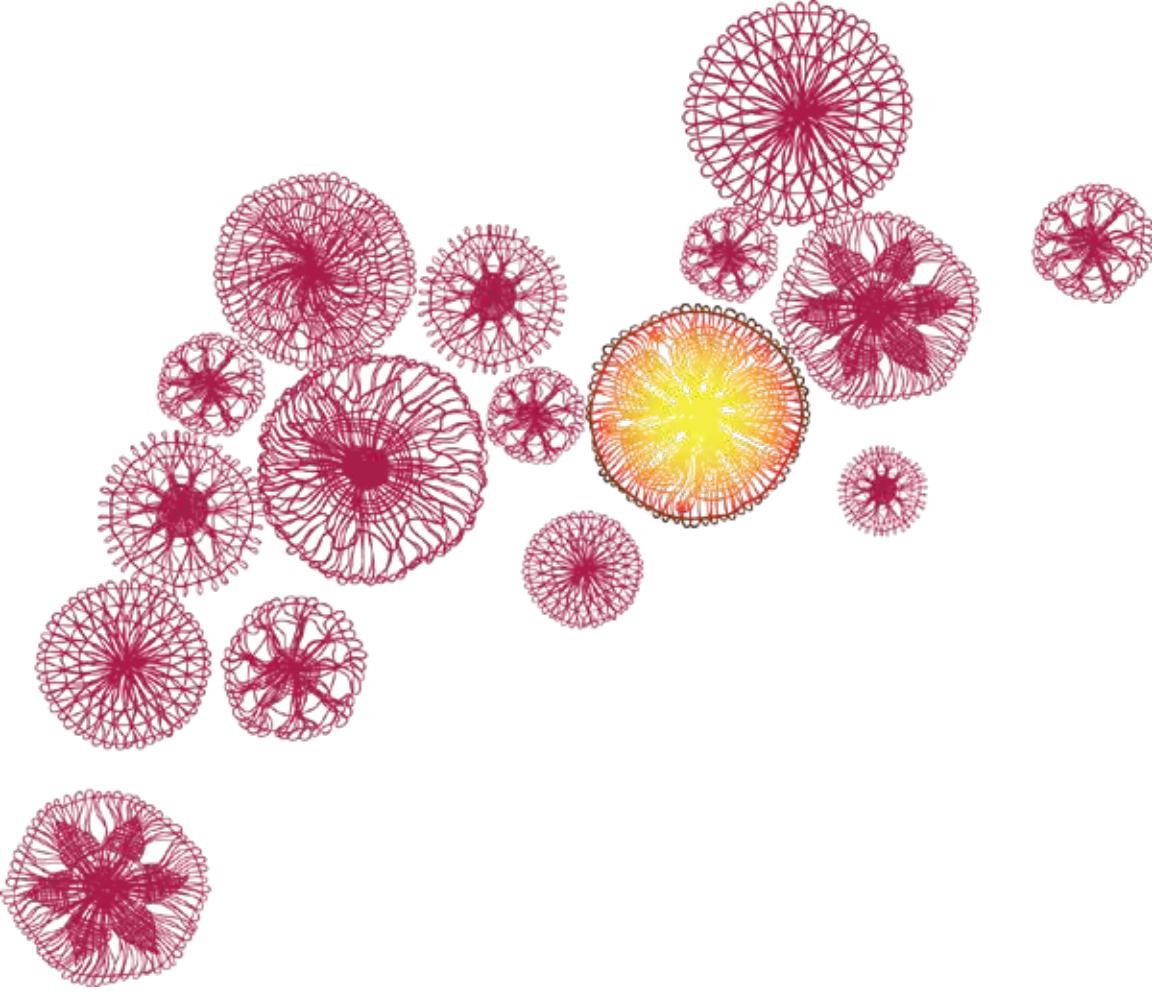
Laila Nazem Mourad

Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador (UCSal), laila.mourad@pro.ufsc.br

Resumo: Em processos de remoção forçada, o ato de marcar a casa com um “X” transcende a simples inscrição de tinta em uma habitação. Trata-se de um gesto de violência simbólica e material, carregado de ameaça, barbárie e de silenciamento. Este artigo busca analisar o impacto subjetivo e coletivo do “X” pintado nas portas e, também nas almas de famílias em contextos de vulnerabilidade urbana, refletindo sobre os significados desse símbolo como

instrumento de opressão estatal, seus efeitos emocionais – medo, indignação, resistência, tristeza – e, sobretudo, as possibilidades de ressignificação dessa marca, transformando-a em memória coletiva, ato de resistência e denúncia. A pesquisa parte de narrativas de moradores e observações realizadas em territórios afetados, articulando-as com referenciais teóricos sobre violência simbólica, necropolítica, invisibilidade urbana e direito à cidade. Ao longo do texto, buscou-se costurar experiências concretas de Salvador com reflexões críticas de autores como Achille Mbembe (2011), Milton Santos (2000), Lélia Gonzalez (1988), Henri Lefebvre (2001), Bell Hooks (1995), entre outros, compreendendo o “X” como linguagem de poder de opressão, mas também como espaço de ação contracolonial e de afirmação do direito à cidade.

Palavras-chave: Violência simbólica. Invisibilidade urbana. Direito à cidade. Memória coletiva. Remoção forçada.



Corpos e Fabulações territoriais: uma inversão epistêmica contra a violência dos modelos urbanísticos contemporâneos

Andressa Pereira Maia

Mestranda, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU/UFF), andressapereira.maia@id.uff.br

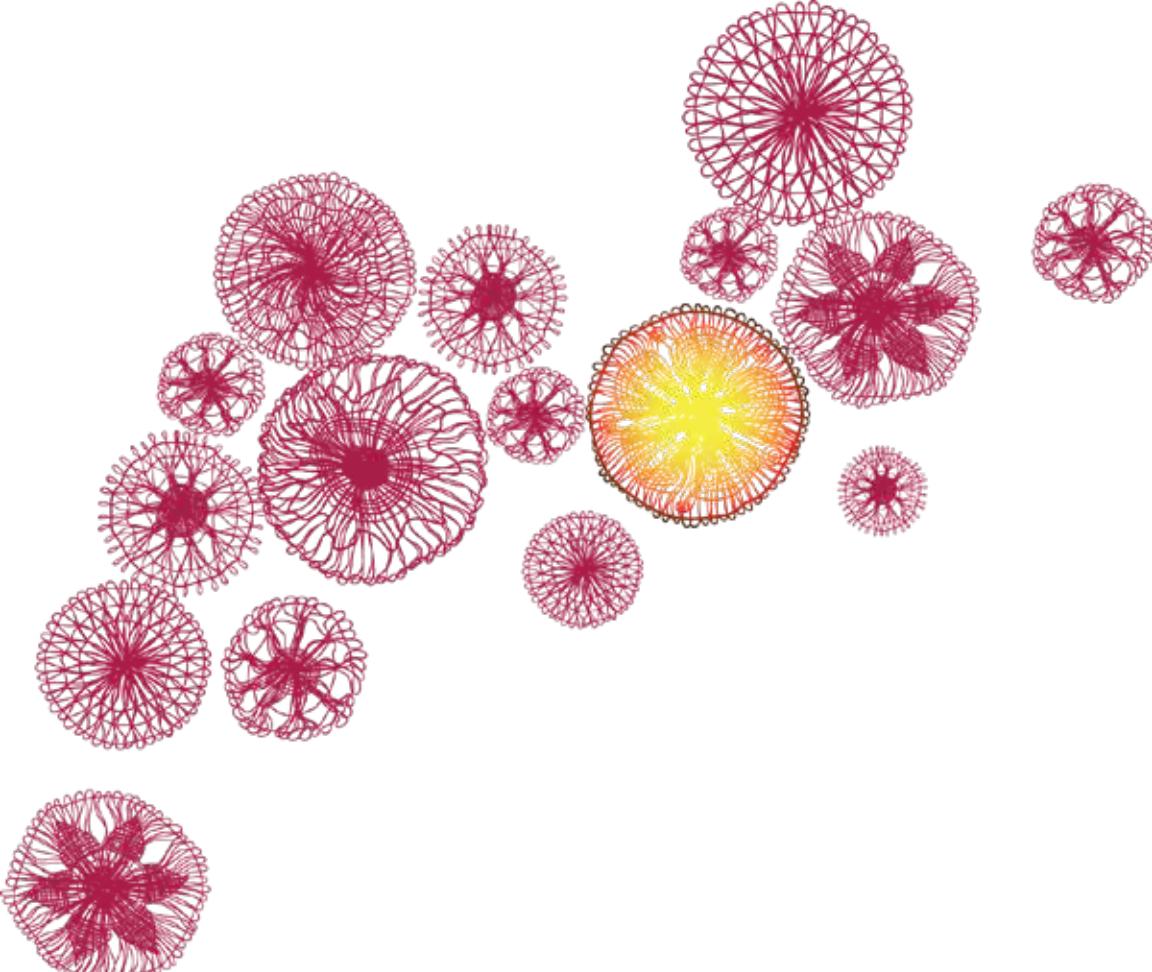
Aline Saraiva Leão Lima

Mestranda, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU/UFF), alinesll@id.uff.br

Resumo: Propomos, neste artigo, uma reflexão crítica sobre os paradigmas epistemológicos que dominam os campos da arquitetura e do urbanismo contemporâneos, destacando como a colonialidade do saber territorial perpetua violências simbólicas, tais como epistemocídio (SPIVAK, 2010; ORTIZ, 2022) e cosmófobia (SANTOS, 2023). Partindo da análise do sistema-mundo capitalista, moderno e colonial, investigamos como as cidades e os corpos dos habitantes são marcados por processos de diferenciação e hierarquização, que resultam em violência simbólica e exclusão. Enfatizamos

que a criação de categorias fixas e universais atuam como mecanismos de dominação e invisibilização de vivências diversas, ressaltando a necessidade de abordar a interseccionalidade como ferramenta analítica e política. Do ponto de vista metodológico, propomos o estabelecimento de cartografias alternativas, entendidas como fabulações e representações de realidades possíveis, por meio de diálogos com diversas formas de expressões artísticas e culturais. Defendemos que, ao colocar o corpo-território no centro do debate, é possível combater os limites teóricos impostos pelos modelos urbanos violentos e construir perspectivas de futuro mais justas e plurais. Em síntese, propomos uma inversão epistêmica no campo da arquitetura e do urbanismo, articulando corpo-território e cartografias como ferramenta política e analítica para resistir às narrativas universais e construir alternativas de justiça social, espacial e epistêmica. Ao valorizar a intersecção entre experiências corporais e configurações espaciais, indicamos caminhos para repensar o direito à cidade e promover práticas urbanas que acolham múltiplas formas de existência e resistência.

Palavra-chave: inversão epistêmica; corpo-território; espaço urbano; direito à cidade; fabulações.



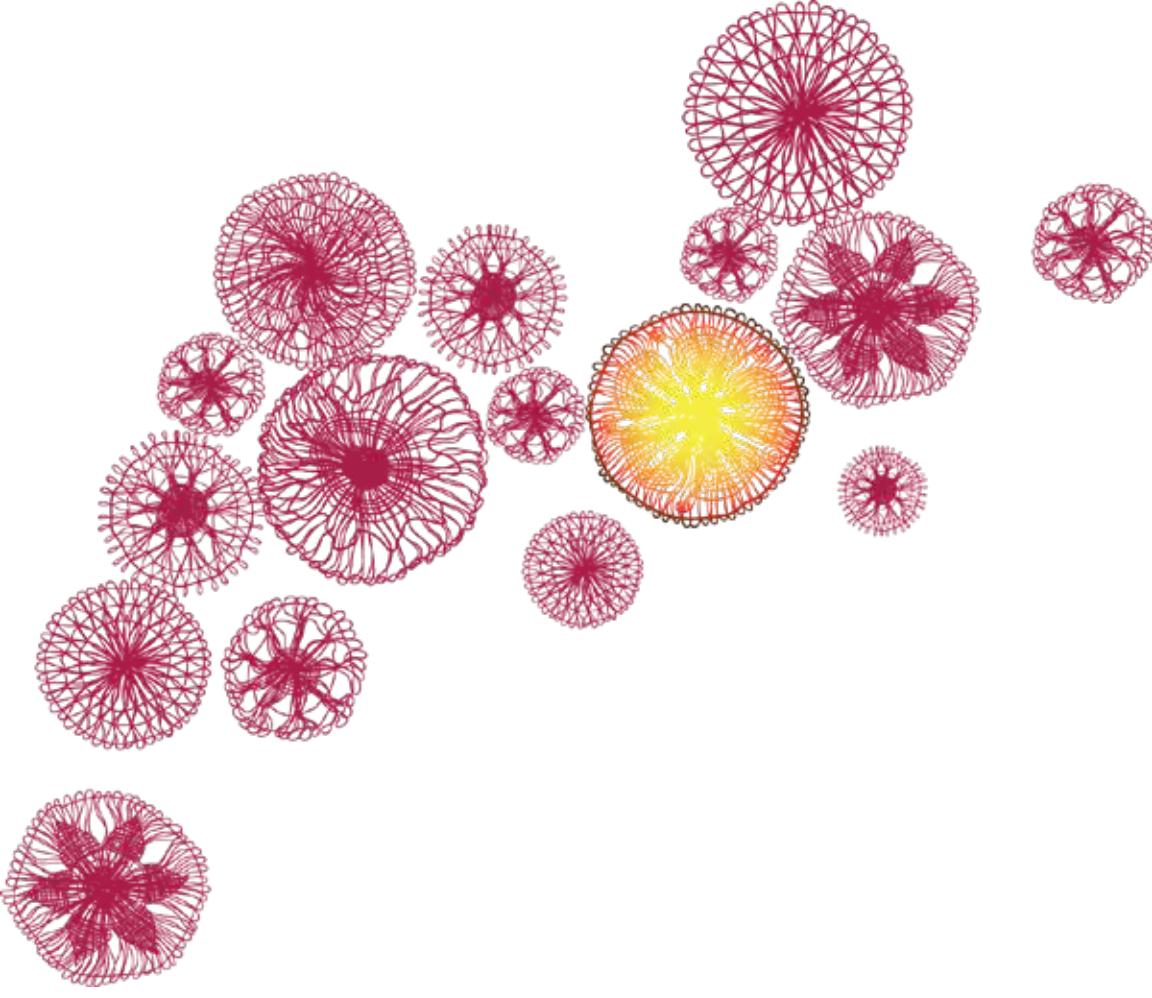
A Democracia em Conflito: Violência Estatal, (Des) Planejamento Urbano e a Luta pelo Direito à Cidade

Carmen Rosane Pereira da Silva Costa

Mestre e Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro- IPPUR/UFRJ. Pesquisadora do Laboratório ETTERN/IPPUR/UFRJ. carmenrosane.costa@gmail.com

Resumo: O presente texto examina a intrínseca relação entre o Desenvolvimento Regional Desigual no Brasil, o processo de desindustrialização e a manifestação da violência estatal. O trabalho argumenta que a transição de um período de forte industrialização (1930-1980) para a desindustrialização na Zona Norte do Rio de Janeiro, a partir de 1980, acentuou a desigualdade e a segregação socioespacial. O declínio da indústria causou o fechamento de fábricas e a perda de empregos, deixando um legado de instalações abandonadas que se transformaram em “favelas fabris” e em áreas de opressão pela violência do Estado. A metodologia empregada é de caráter qualitativo, com enfoque teórico e exploratório, baseando-se na análise da literatura acadêmica e de

documentos. A análise teórica, fundamentada em autores como David Harvey e Neil Smith, sustenta que essa desigualdade não é um acidente, mas um produto ativo das forças inerentes ao sistema capitalista. O texto também aborda como a Constituição de 1988, apesar dos avanços democráticos, manteve uma “brecha antidemocrática” que permitiu a continuidade de um modelo de Segurança Pública autoritário e militarizado. Em vez de implementar políticas sociais e de desenvolvimento para mitigar os impactos da desindustrialização, o Estado optou por programas de controle e coerção que reforçam a marginalização. Diante desse cenário de violência, o trabalho destaca a resistência e a agência dos movimentos sociais, com ênfase no Movimento Social Mães de Manguinhos. A luta dessas mulheres é vista como uma forma de Planejamento Insurgente (Miraftab, 2009), que emerge das bases e desafia a dominação estatal. Suas ações, ao transformarem o luto em luta e ao criarem uma “infraestrutura de pessoas” (Simone, 2004), demonstram a resiliência das comunidades em sua busca por justiça e pelo direito à cidade. O texto conclui que as políticas de Segurança Pública não são neutras, mas sim instrumentos de controle em um contexto de profunda desigualdade.



Juventudes na cidade: Identidades de resistência no Território do Bem

Gabriele Dias Roriz

Arquiteta e Urbanista, graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: gabriele.dias.roriz@gmail.com

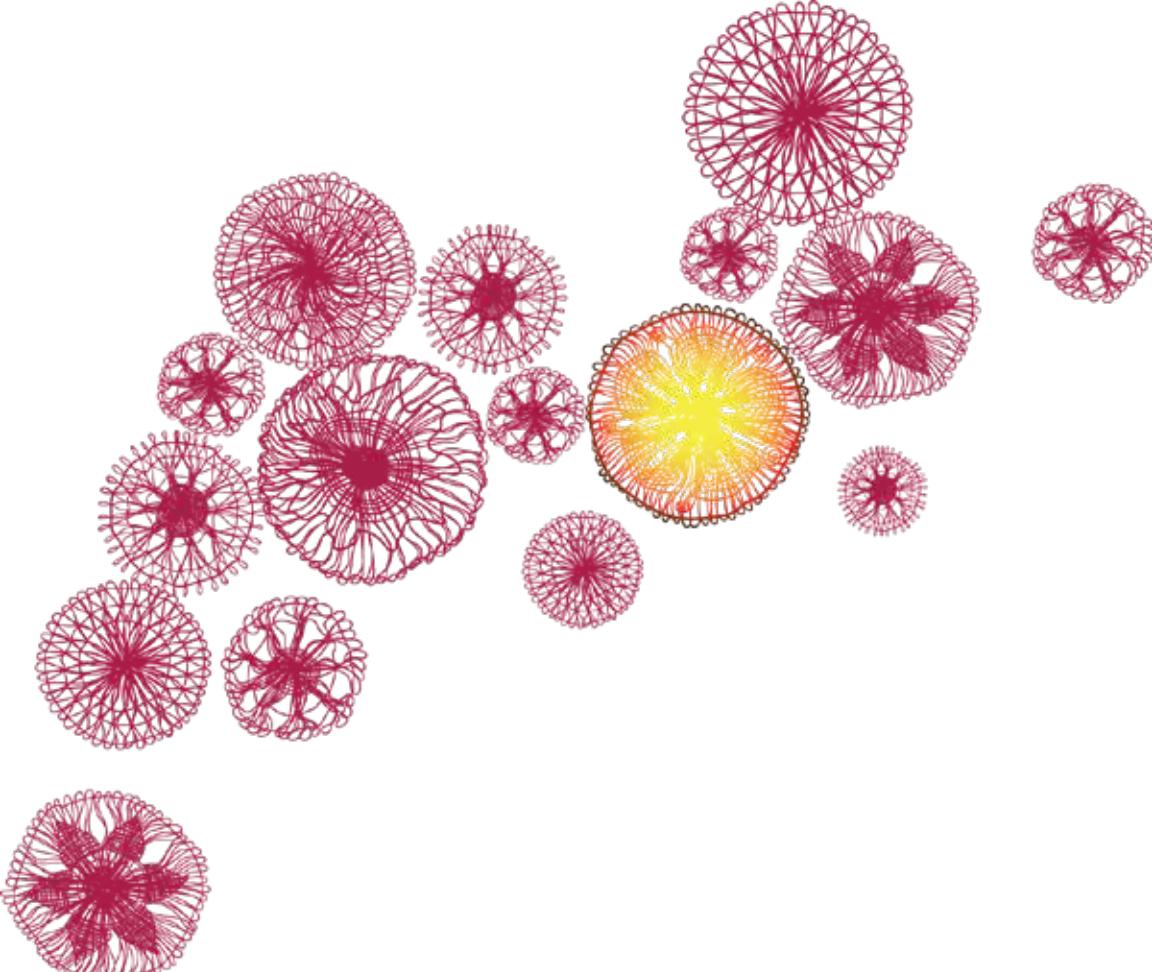
Liziane de Oliveira Jorge

Arquiteta e Urbanista, Profa Adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail:liziane.jorge@ufes.br

Resumo: Este trabalho identifica as práticas e identidades socioterritoriais das juventudes do Território do Bem, focando em suas potencialidades, demandas e redes de sociabilidade. Situado em Vitória, Espírito Santo, o Território do Bem é composto por bairros marcados por elevados índices de vulnerabilidade social e homicídios de jovens, em sua maioria negros, com forte protagonismo cultural e político. A pesquisa incorpora diferentes instrumentos dos estudos de Ambiente-Comportamento – entrevistas, mapas afetivos e mapeamento colaborativo – com o objetivo de captar distintas perspectivas das juventudes

sobre seu território. Os resultados apontam que os movimentos sociais atuam como agentes de transformação, promovendo conexões que ressignificam os espaços urbanos e fortalecem os vínculos afetivos e identitários dos jovens com o território. Espaços públicos emergem como locais de sociabilidade e pertencimento. Por outro lado, desafios estruturais como a violência policial, a precariedade dos equipamentos públicos e a infraestrutura limitada de mobilidade dificultam o acesso ao direito à cidade e impactam negativamente o sentimento de pertencimento. O estudo contribui para ampliar a compreensão das dinâmicas de pertencimento em territórios periféricos, evidenciando demandas e potências das juventudes. Os achados reforçam a urgência de políticas públicas voltadas para jovens, que reconheçam e valorizem suas experiências, saberes e formas de resistência.

Palavras-chaves: Juventudes; Território ; Pertencimento; Identidade; Violência



Família, propriedade privada e Estado

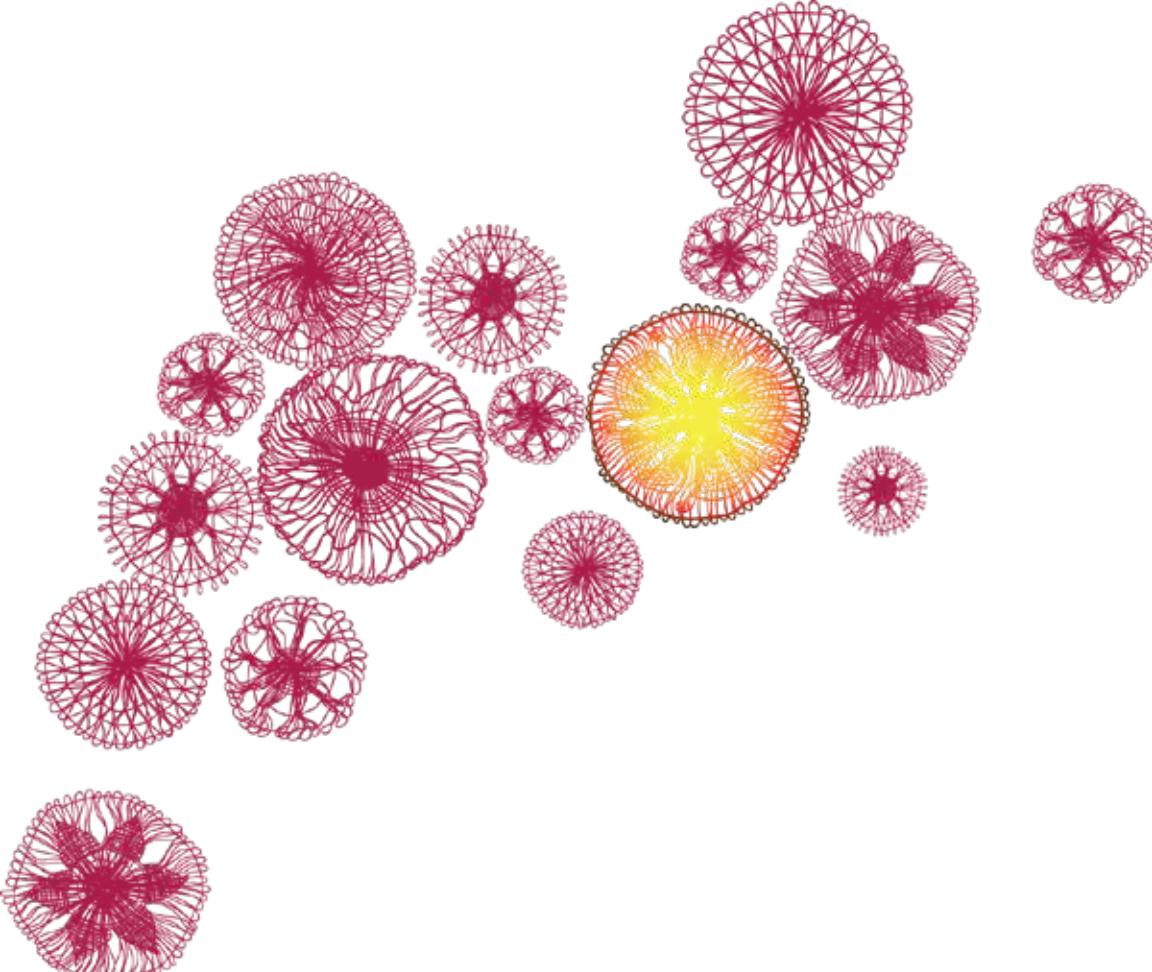
Guilherme Carpintero de Carvalho

Doutorando, PUR-FAU-USP, guilherme.carpintero@usp.br

Resumo: Este artigo analisa como a política habitacional brasileira reproduz violências normativas ao centralizar a família nuclear heterossexual como sujeito privilegiado de direitos. A partir da literatura crítica, compreendemos a família monogâmica como uma construção histórica articulada à propriedade privada e ao patriarcado (Engels, 2009; Federici, 2019). Longe de ser natural ou universal, esse arranjo se consolidou como referência dominante nas políticas públicas, normatizando gênero e sexualidade e invisibilizando formas diversas de parentesco e convivência. A contribuição original deste trabalho é a formulação do conceito de familialismo em políticas habitacionais, entendido como a responsabilização indireta das famílias pela provisão da moradia diante da ausência de políticas universais, ao mesmo tempo em que

se reforça a normatividade da família nuclear como modelo legítimo de acesso ao solo urbano. Inspirado em debates da assistência social (Carvalho e Stroher, submetido; Tavares et al., 2025), o conceito permite evidenciar como a titulação individual da propriedade funciona como tecnologia de governo que fragmenta coletividades e reforça desigualdades. A pesquisa empírica, baseada em entrevistas semiestruturadas, observação participativa e análise documental, contemplou duas dimensões: (i) a experiência da Ocupação Manoel Congo (RJ), em que uma conquista coletiva foi pressionada para se transformar em contratos individuais no Programa Minha Casa Minha Vida; e (iii) arranjos familiares não normativos (homoafetivos e poliamorosos), que enfrentam inseguranças jurídicas e conflitos sociais do reconhecimento de suas relações. O artigo pretende demonstrar que a política habitacional, ao insistir na titulação proprietária, reproduz e induz uma violência de normatização estatal.

Palavras-Chave: Familismo em políticas habitacionais, Violência normativa, Urbanismo e gênero



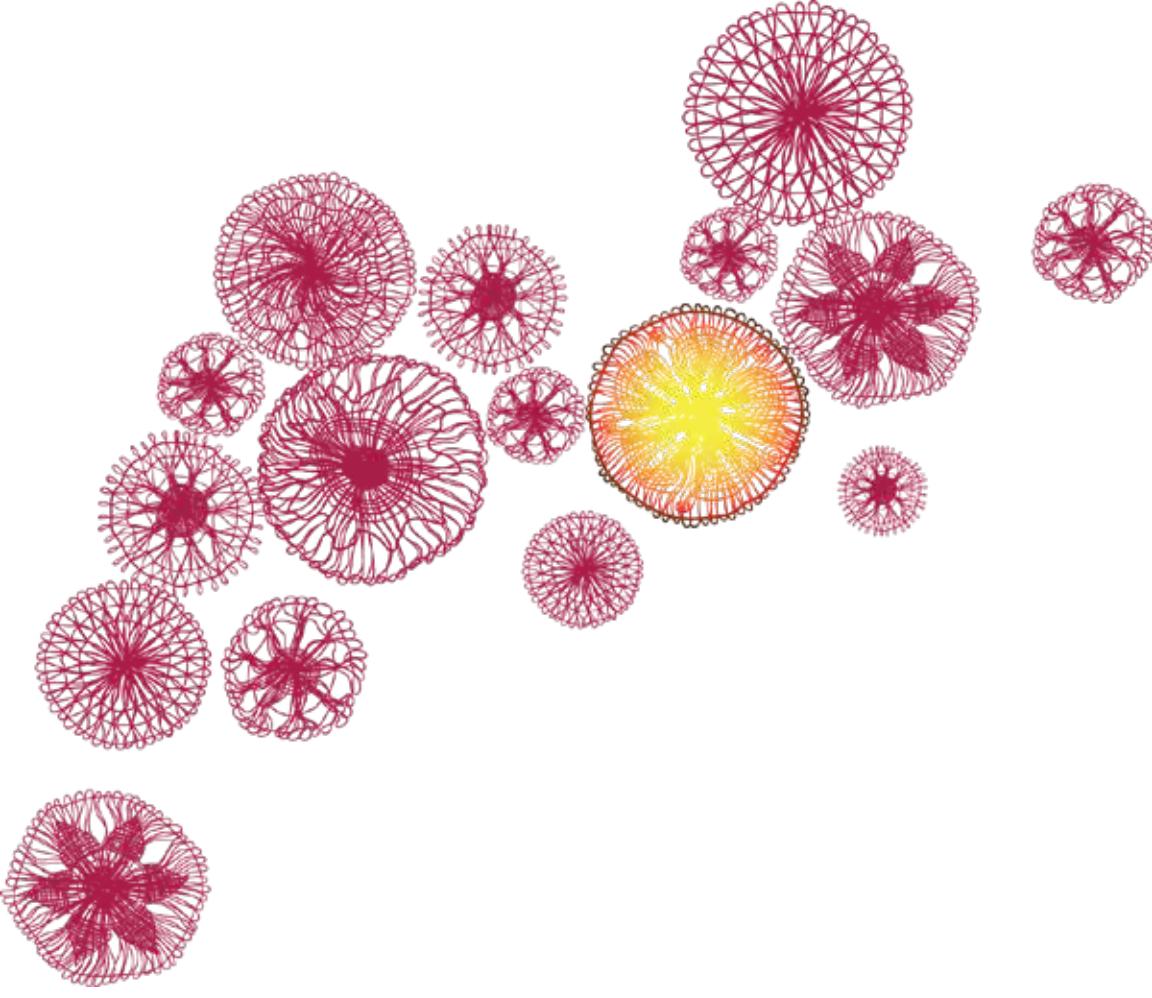
O corpo negro sitiado: racismo e violência narrados na Literatura Contemporânea

Jana Gabriele Souza de Andrade, Liliane Vasconcelos

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir a cidade de Salvador, problematizando o espaço e o território atravessados pela violência, física e simbólica, do racismo. O corpo negro sitiado é analisado nesta empreitada, uma vez que a cidade, frequentemente concebida como espaço de encontro, sociabilidade e vida, torna-se também palco de desigualdades, preconceitos e ameaças. Essas discussões são realizadas por meio da literatura, a partir dos contos *O primeiro beijo* e *Cuca Antiga*, ambos escritos por Davi Nunes, escritor negro e baiano que fala, entre outras coisas, sobre o corpo negro e sua trajetória em meio ao campo violento que Salvador lhe impõe. Presentes no livro *Zanga* (2018), se tornam instrumentos de análise para observar a urbe e o corpo negro representados nos escritos. Para tanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, que conta com um referencial

teórico multidisciplinar formado por autores que discutem os estudos urbanos e sociais, bem como o racismo. Como resultado, observa-se que os personagens retratados nos textos literários apontam questões referentes à cidade vivida, marcada por contradições, segregações e múltiplas formas de violência, nas quais o homem negro é alvo constante das opressões, sobretudo advindas da discriminação racial. A literatura, portanto, é a lente crítica em que é possível flagrar as agruras e espinhosidades impostas pelo racismo.

Palavras-chave: Cidade; Literatura; Violência; Salvador.



Urbanização como Violência na Cidade Pós-colonial

Lara Caldas

Arquiteta e Urbanista, Doutora em Ciência Política (UnB), pesquisadora de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e no Observatório das Metrópoles, núcleo DF

Resumo: Este artigo examina como a violência urbana e a hiperprivatização nas cidades pós-coloniais—especialmente na América Latina—contribuem para processos de desdemocratização. Fundamentando-se em debates teóricos sobre democracia e violência, argumenta-se que os quadros liberais democráticos sempre contiveram lógicas coloniais de exclusão, categorizando certos grupos como inherentemente ‘violentos’ e requerendo formas autoritárias de controle. Através da lente da ‘violência urbana’, o ensaio destaca como as práticas de securitização, enraizadas em imaginários pautados pelo medo, conduzem a estruturas urbanas segregacionistas, como condomínios fechados e periferias militarizadas. Estas divisões espaciais aprofundam ainda mais as hierarquias

sociorraciais, normalizando uma ordem dual de cidadãos versus 'outros', o que, em última análise, alimenta afetos políticos de extrema-direita e contribui para processos de desdemocratização.

Palavras-chave: desdemocratização, violência urbana, América Latina, cidades pós-coloniais

Arquitetura do medo: O papel do crime e da polícia na configuração dos espaços urbanos

Vitória Tereza Ramos

Graduanda em Direito pela Faculdade Pio Décimo de Canindé de São Francisco (FAPIDE). Diretora de Gestão de Pessoas da Liga Acadêmica Crime e Castigo de Direito Penal (LACCDP). vitoriatereza650@gmail.com

Lívia Oliveira Coelho

Graduanda em Direito pela Faculdade Pio Décimo de Canindé de São Francisco (FAPIDE). Diretora de Pesquisa e Extensão da Liga Acadêmica Crime e Castigo de Direito Penal (LACCDP). liviaoliveirac20@gmail.com

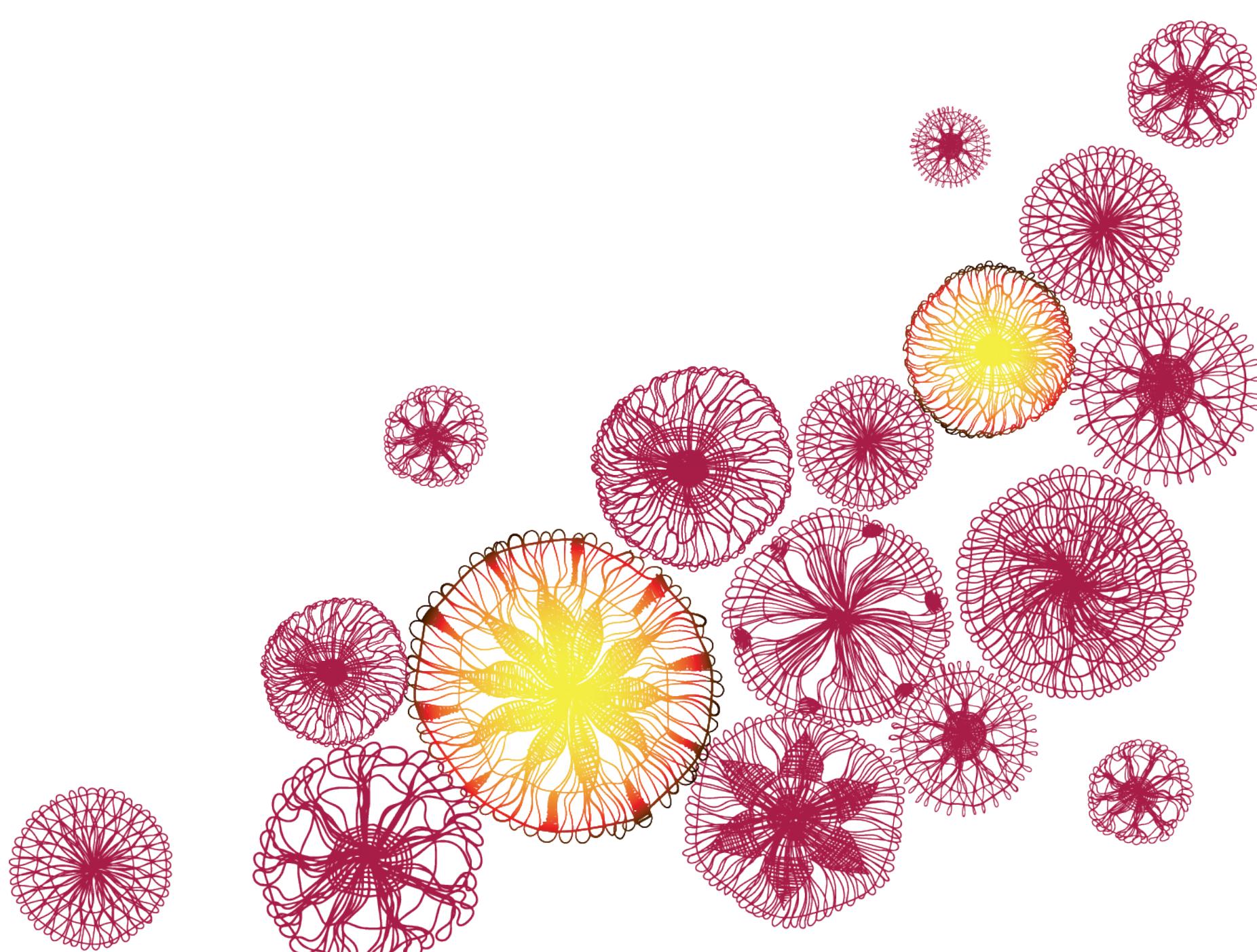
Camily Vitória Santos da Paz

Graduanda em Direito pela Faculdade Pio Décimo de Canindé de São Francisco (FAPIDE). Secretária Geral da Liga Acadêmica Crime e Castigo de Direito Penal (LACCDP). vitoriacamily537@gmail.com

Resumo: O presente artigo visa expor a relação entre arquitetura, medo e violência, evidenciando como a configuração dos espaços urbanos e a busca por segurança geram segregação socioespacial, desigualdades entre classes sociais, aumento da criminalidade, marginalização e policiamento autoritário. Por meio da análise de diversos escritores e pensadores, revela-se que o desenho e a arquitetura das cidades refletem projetos voltados a beneficiar apenas a parcela da sociedade mais favorecida economicamente, além de mostrar como isso influencia o cotidiano da população e afeta principalmente os mais vulneráveis, que, em meio à exclusão social, têm seus direitos fundamentais negligenciados por

meio de soluções urbanas "discretas". Evidencia-se que os projetos arquitetônicos constroem não só cidades, mas também barreiras de desigualdade que se tornam bastante visíveis. Além disso, discute-se o papel do policiamento ostensivo e do urbanismo militarizado como estratégias que, sob o pretexto de combater a criminalidade, intensificam o controle, a repressão e o afastamento de grupos sociais desfavorecidos. Por fim, argumenta-se a necessidade de repensar como o espaço urbano pode ser planejado para atender o princípio da equidade, através de políticas públicas que priorizem o convívio social de forma mais inclusiva e igualitária, promovendo, assim, a toda a população a garantia de seus direitos, rompendo com o medo como base do urbanismo e garantindo o bem-estar.

Palavras-chaves: Arquitetura; medo; urbanismo militarizado;



urbBA [25]

EIXO
**CRISE
CLIMÁTICA**

As crises permeiam a história do capitalismo. Certamente a crise climática, por seus efeitos deletérios, escala e difícil controle das manifestações como fenômeno ganha, além de importância, alargado espaço na agenda das instituições públicas e na pesquisa acadêmica, exigindo outras formas de relação com a natureza. São inspiradores nesse sentido os “gestos-barreira” de Latour (2020) ou “as transições até o pluriverso” de Escobar (2020). Essa crise pode ainda ser entendida e reconhecida, nas cidades, como aquela do “modelo de desenvolvimento urbano”.

Se a questão climática não é novidade, sua agudização no século XXI é evidenciada pelo aquecimento global, pelos desastres ambientais sequenciados e pela elevação do nível do mar. Enchentes, deslizamentos de terras, deslocamentos forçados de populações, desequilíbrios ecológicos passam a ser frequentes, com efeitos de grande magnitude, mediados pelos contextos em que ocorrem.

Discutir a crise climática na relação com o urbanismo implica observar as políticas públicas acionadas pois, enquanto o discurso de resiliência ganha força, governos desafetam e alienam áreas verdes, dilapidam bens públicos, flexibilizam os já flexíveis parâmetros urbanísticos e alteram regimes de proteção de áreas de preservação permanente urbanas. Em sentido oposto,

manifestam-se em cidades e territórios formas de ativismos políticos, sociais e culturais, ancorados em cooperação e solidariedades, que buscam enfrentar as múltiplas e articuladas crises, nutrindo possibilidades de pensar e viver coletivamente a partir de outras lógicas.

A crise climática instabiliza assim as próprias bases do urbanismo e é nas interfaces entre esse campo de conhecimento e de ação e suas variadas dimensões e empirias que se situam as questões que interessam a esse eixo temático:

- sistematizar criticamente a noção de crimes ambientais, inclusive o racismo ambiental e como isso vem sendo operado em diferentes escalas territoriais e federativas;**
- tensionar as políticas de transição energética, de prevenção de desastres e de adaptação climática, seus agentes, narrativas, contradições e conflitos;**
- problematizar as nomeações e narrativas construídas a respeito de cidades verdes, resilientes, inteligentes e/ ou sustentáveis, bem como as empresas certificadoras desses selos e sua articulação com políticas urbanas;**
- apreender iniciativas que consideram a natureza e seus elementos como agência e como sujeitos de direito em políticas territoriais e urbanas;**
- identificar formas de enfrentamento da crise climática, especialmente por parte da população negra e indígena, lideranças e moradores de comunidades urbanas que**

desenvolvem práticas agroecológicas, estratégias de segurança alimentar, defesa da água como bem comum em cidades e territórios;

- repertoriar referências discursivas, técnicas e práticas que coloquem em questão a cisão histórica campo-cidade e a reprodução naturalizada de assimetrias.

Referências:

ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la tierra: Transiciones: puentes transatlánticos para diseñar redes entre Sures y Nortes, Re-visiones, 2020.

LATOUR, Bruno. Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise. Disponível em: <http://casadopovo.org.br/wp-content/uploads/2020/03/bruno-latour.pdf>

MOUFFE, C. En Torno a lo Político. México: Fondo de Cultura Econômica, 2011.

RESUMOS

Eixo Crise Climática

Os artigos estão organizados por eixo e em ordem alfabética dos nomes d@s autor@s

À margem do rio e da cidade: vulnerabilidade urbana e insegurança ambiental frente à crise climática em Sapucaia do Sul/RS

Andressa Valentin

SEM MALDAR, AO TEU LADO: escuta aos rios Lucaia e dos Seixos por um reencontro com a cidade de Salvador

Bárbara Silva da Veiga Cabral, Andressa Lima de Melo

O aparente esverdecimento urbano diante da (in) existência de documentos normativos sobre as SbN em Curitiba/PR

Beatriz Fófano Chudzij

O Bem Viver como catalizador da justiça climática: a práxis do Acampamento Marielle Vive, em Valinhos (SP)

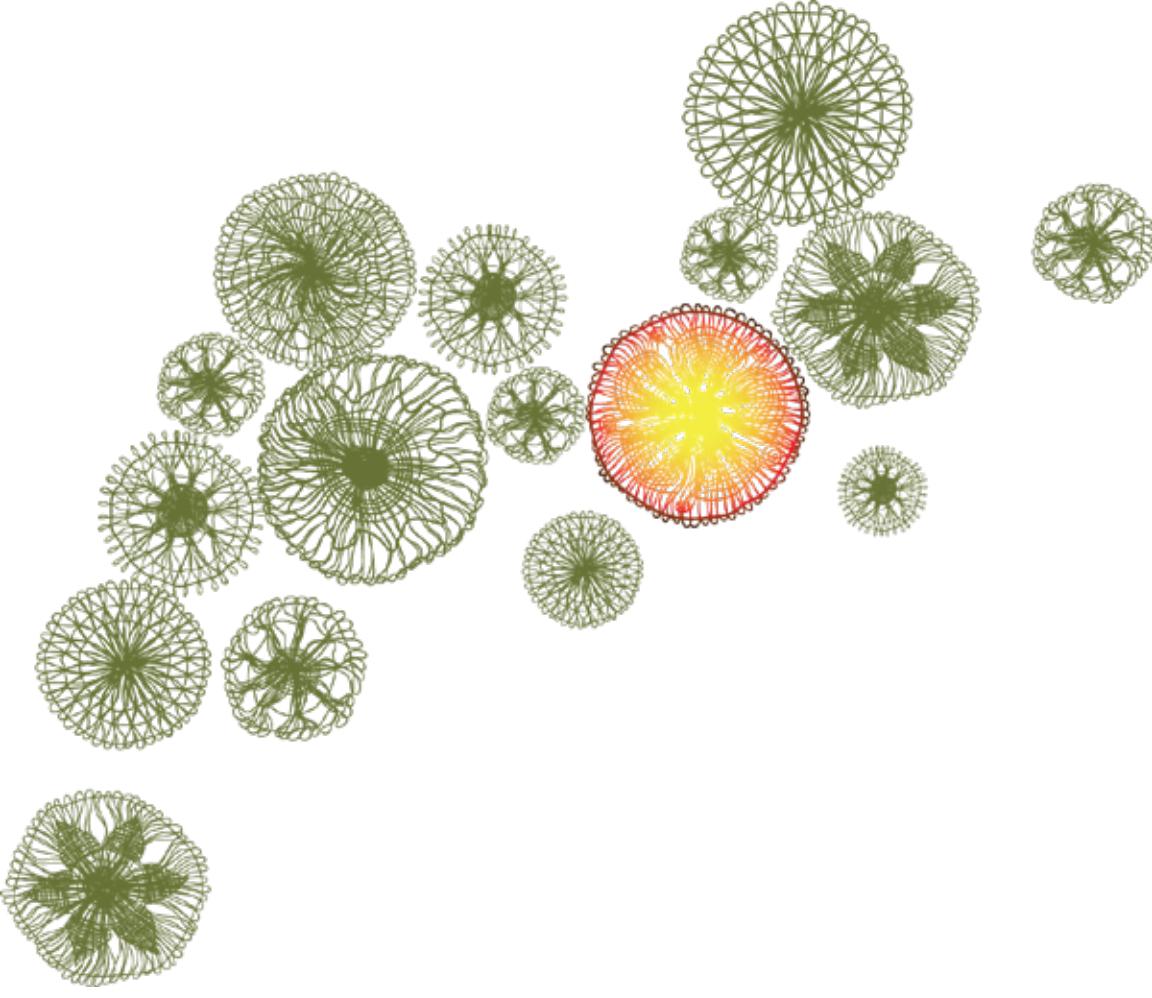
Daniele Aparecida Silva, Profa. Dra. Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina

Cidades vulneráveis: a crise climática e os desafios urbanos e ambientais no Semiárido Paraibano

Elaine da Silva Pereira

Arembepe entre o paraíso e a poluição: Contracultura, Industrialização e Emergência Climática

Maria Eduarda Azevedo Teles de Paiva



À margem do rio e da cidade: vulnerabilidade urbana e insegurança ambiental frente à crise climática em Sapucaia do Sul/RS

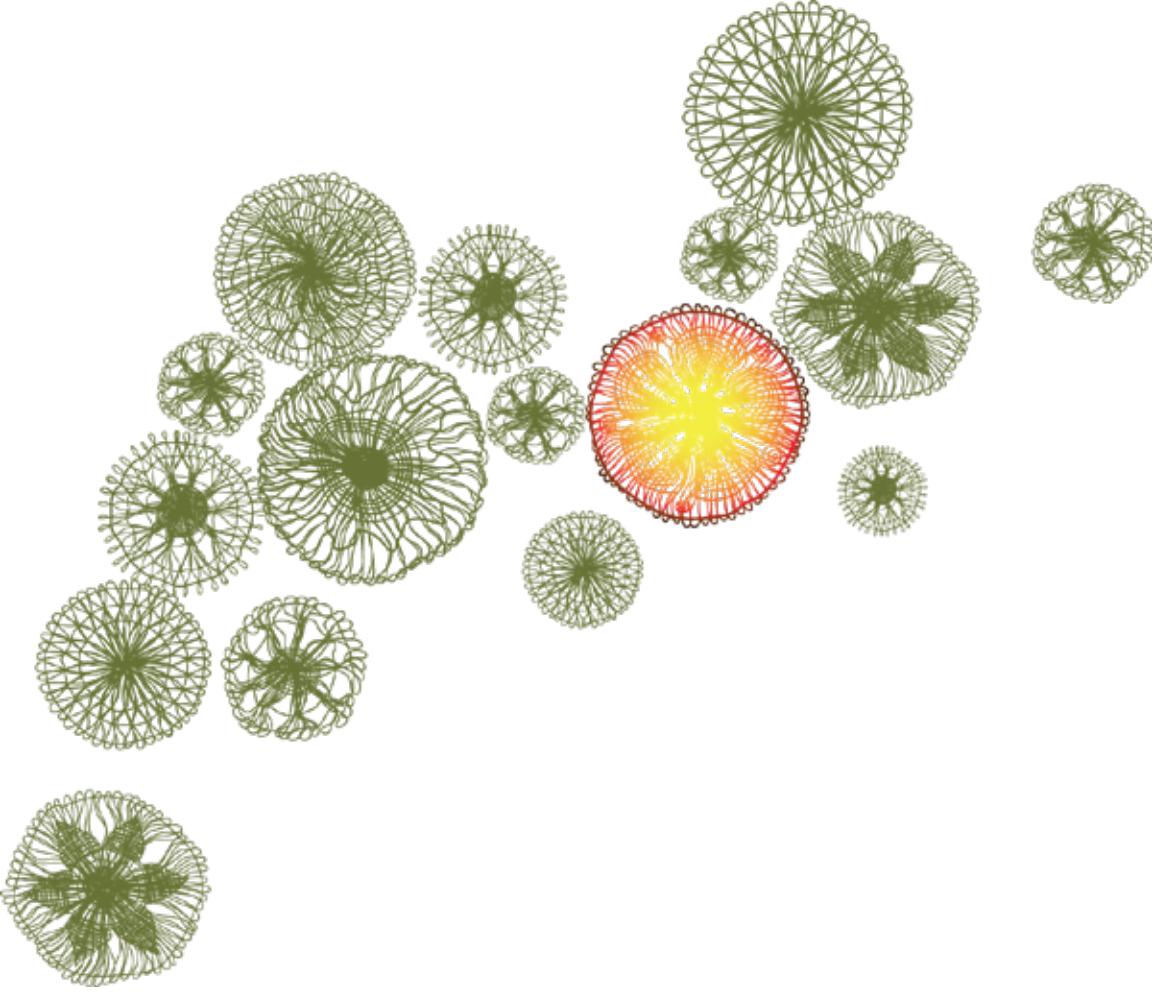
Andressa Valentin

Mestre em Planejamento Urbano e Regional, valentinmenezes@hotmail.com

Resumo: O presente artigo analisa a interseção entre crise climática, planejamento urbano e desigualdade socioespacial, a partir do estudo de caso de Sapucaia do Sul, na Região Metropolitana de Porto Alegre, afetada pelas enchentes de maio de 2024. O trabalho parte da premissa de que desastres ambientais são, em grande medida, socialmente construídos, resultantes da combinação entre fenômenos naturais e vulnerabilidades estruturais produzidas por decisões urbanísticas, políticas públicas ausentes ou insuficientes, e modelos de ocupação do território historicamente excludentes. A análise evidencia como infraestruturas regionais de transporte, como a BR-116 e a linha de trem da Trensurb, desempenham um papel ambíguo: conectam

polos metropolitanos e facilitam mobilidade, ao mesmo tempo em que configuram barreiras físicas e simbólicas que reforçam a segregação urbana. A pesquisa demonstra ainda que a população de baixa renda é empurrada para áreas ambientalmente vulneráveis, incluindo margens de rios e zonas de preservação, onde a precariedade urbana se sobrepõe aos riscos naturais. O estudo identifica, ainda, que a ausência de revisão do plano diretor de Sapucaia do Sul desde 2006 é um fator crucial para a produção de risco, evidenciando a incapacidade do município de implementar instrumentos de adaptação climática, zoneamento de risco e habitação digna. O artigo conclui que a crise climática atua como amplificadora de desigualdades históricas e que o planejamento urbano deve ser repensado como ferramenta de justiça socioambiental, proteção e inclusão territorial. Ao integrar dados empíricos sobre enchentes e vulnerabilidade social, a pesquisa contribui para debates sobre justiça climática e políticas públicas de mitigação e adaptação no contexto urbano brasileiro.

Palavras-chaves: Crise climática; Planejamento urbano; Justiça socioambiental; Sapucaia do Sul



SEM MALDAR, AO TEU LADO escuta aos rios Lucaia e dos Seixos por um reencontro com a cidade de Salvador

Bárbara Silva da Veiga Cabral

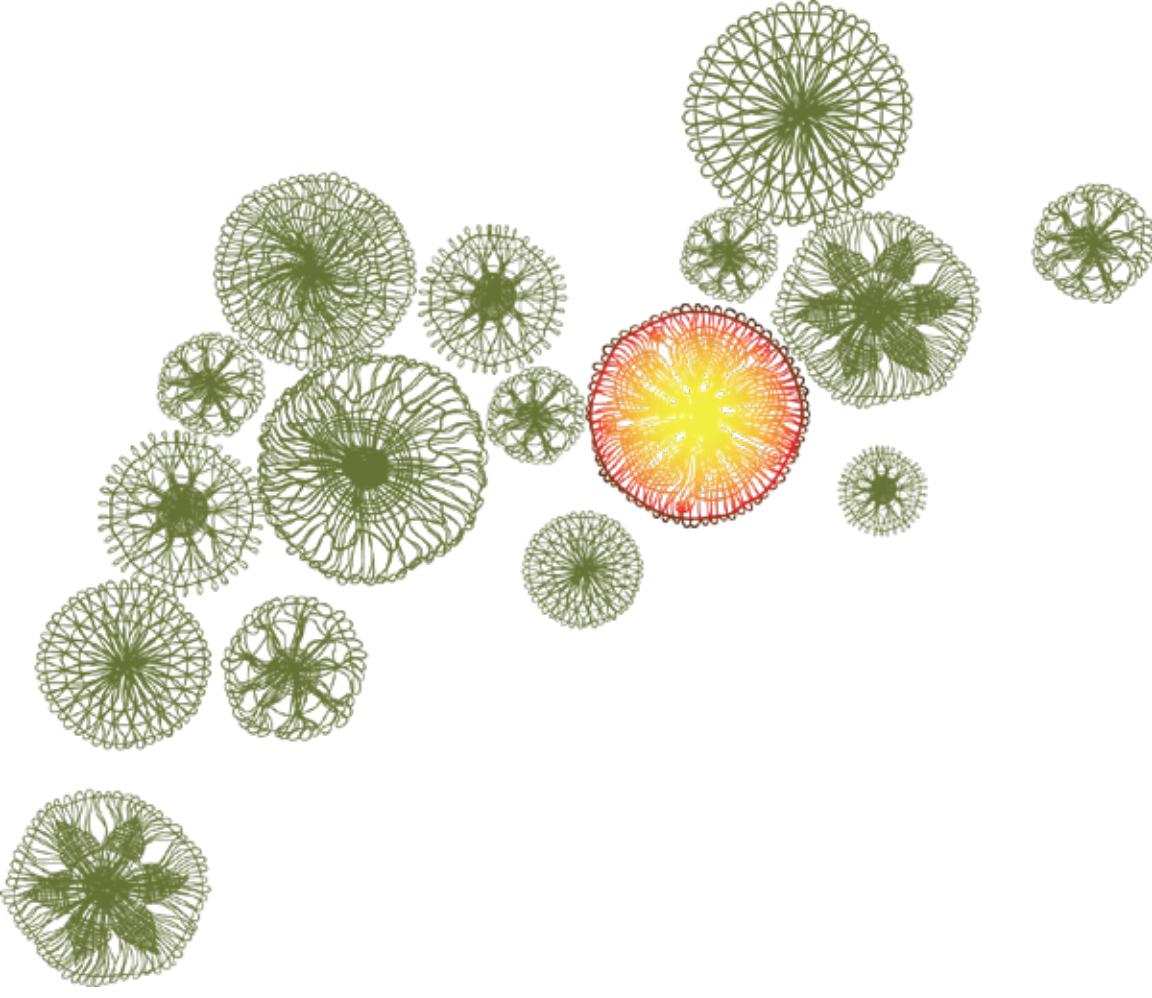
Doutoranda em Urbanismo (PPG-AU/UFBA), Mestra em Artes da Cena (PPGAC/UFRJ), Arquiteta e Urbanista (PUC-Rio), barbaracabral@ufba.br

Andressa Lima de Melo

Arquiteta e Urbanista (UFBA), Bacharela Interdisciplinare em Artes (UFBA), andressa.melo@ufba.br

Resumo: A urbanização da cidade de Salvador tem sido historicamente marcada por intervenções de infraestrutura que avançam sobre corpos hídricos em nome de um ideal de progresso e desenvolvimento urbano. Sejam eles de água doce ou salgada, cursos d'água têm progressivamente perdido espaço, sendo transformados por práticas urbanísticas hegemônicas e rodoviaristas que priorizam a expansão urbana e percebem esses seres como recurso ou empecilho. A partir da implantação das chamadas avenidas de vale nas décadas

de 1940, 1950, 1960 e 1970 pelo Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), uma série de rios foram canalizados e posteriormente tamponados: enterrados vivos pelo urbanismo dominante. Este artigo propõe um reflexão críticasobreosefeitosdourbanismo hegemonic, destacando o que ele faz apesar e contra os fluxos, e como a lógica de manejo colonial das águas está diretamente relacionada à crise climática emergente. Dando enfoque ao Rio dos Seixos e ao Lucaia, abordaremos de que modo a cosmopercepção ocidental centrada na visão tende a reduzir a natureza a recursos e desconsiderá-la como organismo vivo. Nesse sentido, propomos ampliar nossas formas de percepção, exercitando uma escuta efetiva das vozes do território, que inclui a escuta performativa ao VOZERIO (2023) nos Seixos e trechos de uma entrevista ao mais velho Valter Nabuco sobre o Lucaia, refletindo outros encontros e saberes. Por fim, fabulamos uma carta das águas a nós endereçada, na qual imaginamos suas memórias e o que têm a nos dizer sobre si, seus sonhos e interações.



O aparente esverdecimento urbano diante da (in) existência de documentos normativos sobre as SbN em Curitiba/PR

Beatriz Fófano Chudzij

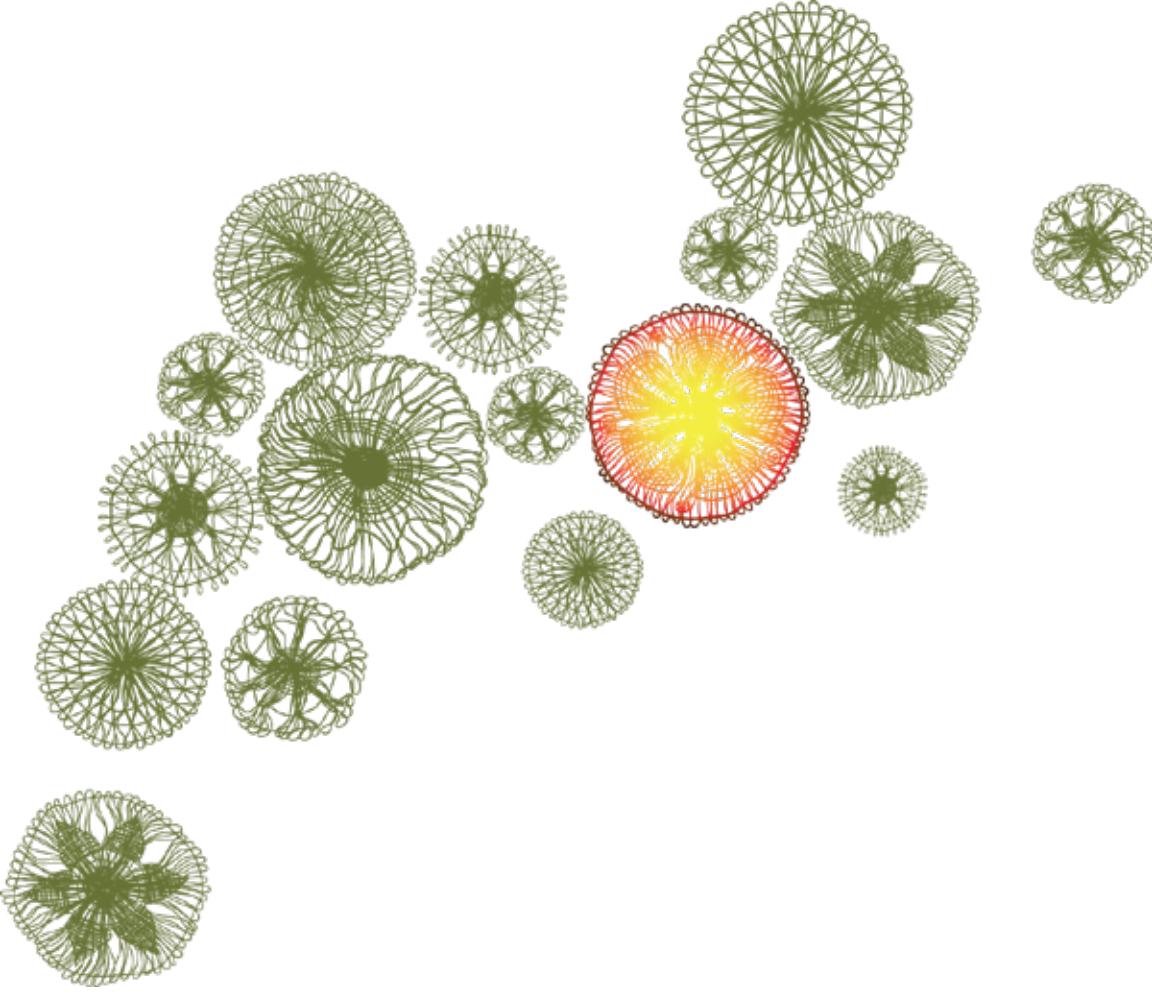
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano,
Universidade Federal do Paraná, beatrizchudzij@hotmail.com

Resumo: A crise climática é uma mudança para além do clima. Envolve uma metamorfose nas formas de pensar, agir e planejar o espaço urbano. Alternativas que aproximam a natureza nas cidades vem sendo desenvolvidas nas últimas décadas, como é o caso das Soluções baseadas na Natureza (SbN). Pautadas em técnicas que mimetizam processos naturais, as SbN aliam benefícios ao meio ambiente e à sociedade, sendo apontadas como uma opção frente às mudanças no clima. No entanto, as perspectivas que buscam “esverdear” o espaço urbano devem ser apreendidas criticamente, evitando seu emprego como soluções superficiais, já que precisam ser consistentes e engajadas com uma mudança de perspectiva frente a uma realidade tão premente, como a emergência

climática. Diante de tal cenário, objetiva-se problematizar as narrativas construídas a respeito dos títulos de cidade verde, resiliente, inteligente e sustentável que o município de Curitiba/PR vem recebendo nos últimos anos. Para tanto, fez-se uma exploração na literatura cinzenta-mais especificamente planos, manuais, guias, cartilhas e documentos técnicos - que aborda o conceito de SbN como instrumento de adaptação e resiliência da paisagem urbana. Para uma amostra comparativa, investigou-se os materiais publicados na última década (2015 a 2024) pela administração pública e organizações intergovernamentais de 40 cidades participantes da rede "C40 Cities", mais especificamente aquelas signatárias do projeto "*C40 Urban Nature Accelerator*", ou em tradução livre, "Acelerador da Natureza Urbana do C40" - dentre as quais Curitiba faz parte. A fim de compreender o impacto das SbN à gestão pública e à sociedade, optou-se pelo uso do método da revisão de escopo, seguindo uma abordagem quanti-qualitativa que integra o levantamento de dados à análise de conteúdo. Esse comparativo pontua como a temática das SbN é apresentada na literatura cinzenta de distintos contextos mundiais, demonstrando que nem sempre os discursos que constroem a imagem da cidade de Curitiba estão refletidos em normativas que auxiliam a instrumentalização

de iniciativas que consideram a natureza como estratégia efetiva frente à crise climática.

Palavras-chave: crise climática; Soluções baseadas na Natureza; marketing urbano; sustentabilidade urbana.



O Bem Viver como catalizador da justiça climática: a práxis do Acampamento Marielle Vive, em Valinhos (SP)

Daniele A. Silva

Mestra em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, Doutoranda PPGATC,
FECFAU-Unicamp, d155102@dac.unicamp.br

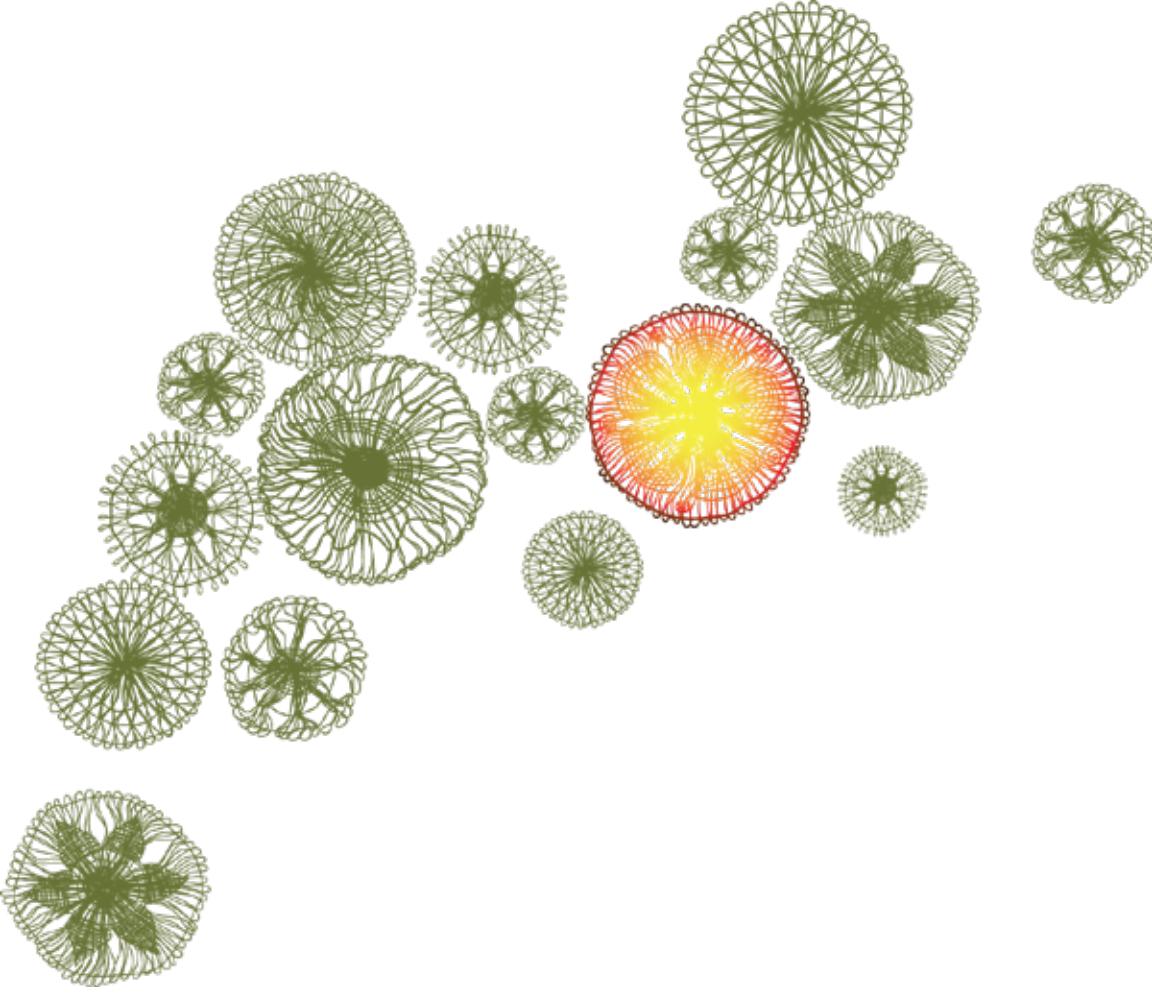
Silvia A. Mikami G. Pina

Doutora em Planejamento e Engenharia Urbana, Professora Titular
FECFAU-Unicamp, smikami@unicamp.br

Resumo: O atual modelo econômico neoliberal tem aprofundado crises socioambientais, intensificando desigualdades territoriais e vulnerabilidades climáticas, sobretudo em comunidades periféricas. Embora agendas globais proponham diretrizes para cidades sustentáveis, ainda é possível identificar uma lacuna entre tais marcos teóricos e sua efetiva implementação, particularmente quanto à integração entre áreas rurais e urbanas, ao respeito à natureza e ao enfrentamento da crise e da injustiça climáticas. Nesse contexto, o paradigma do Bem Viver se apresenta como uma relevante fonte de saberes e alternativa contra-hegemônica ao modo de produção atual.

Este artigo tem o objetivo de analisar como as iniciativas do Acampamento Marielle Vive, em Valinhos (SP), vinculam-se ao conceito de Bem Viver e em que medida contribuem para a promoção da justiça climática. A metodologia articula revisão bibliográfica e documental ao estudo de caso, fundamentado em protocolo de análise desenvolvido em pesquisa anterior. Os resultados evidenciam que a organização social do acampamento, ancorada na estrutura nacional do MST, possibilita práticas como agroecologia, bioconstruções, reflorestamento, gestão comunitária e articulação participativa, que materializam princípios do Bem Viver e apontam caminhos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Como contribuição, o estudo destaca a potência de experiências territoriais contra-hegemônicas na construção da justiça climática, oferecendo subsídios para reflexões decoloniais no campo do planejamento territorial.

Palavras-chave: Planejamento territorial integrado; Conexões urbano-rurais; Mudanças climáticas; Racismo ambiental.



Cidades vulneráveis: a crise climática e os desafios urbanos e ambientais no Semiárido Paraibano

Elaine da Silva Pereira

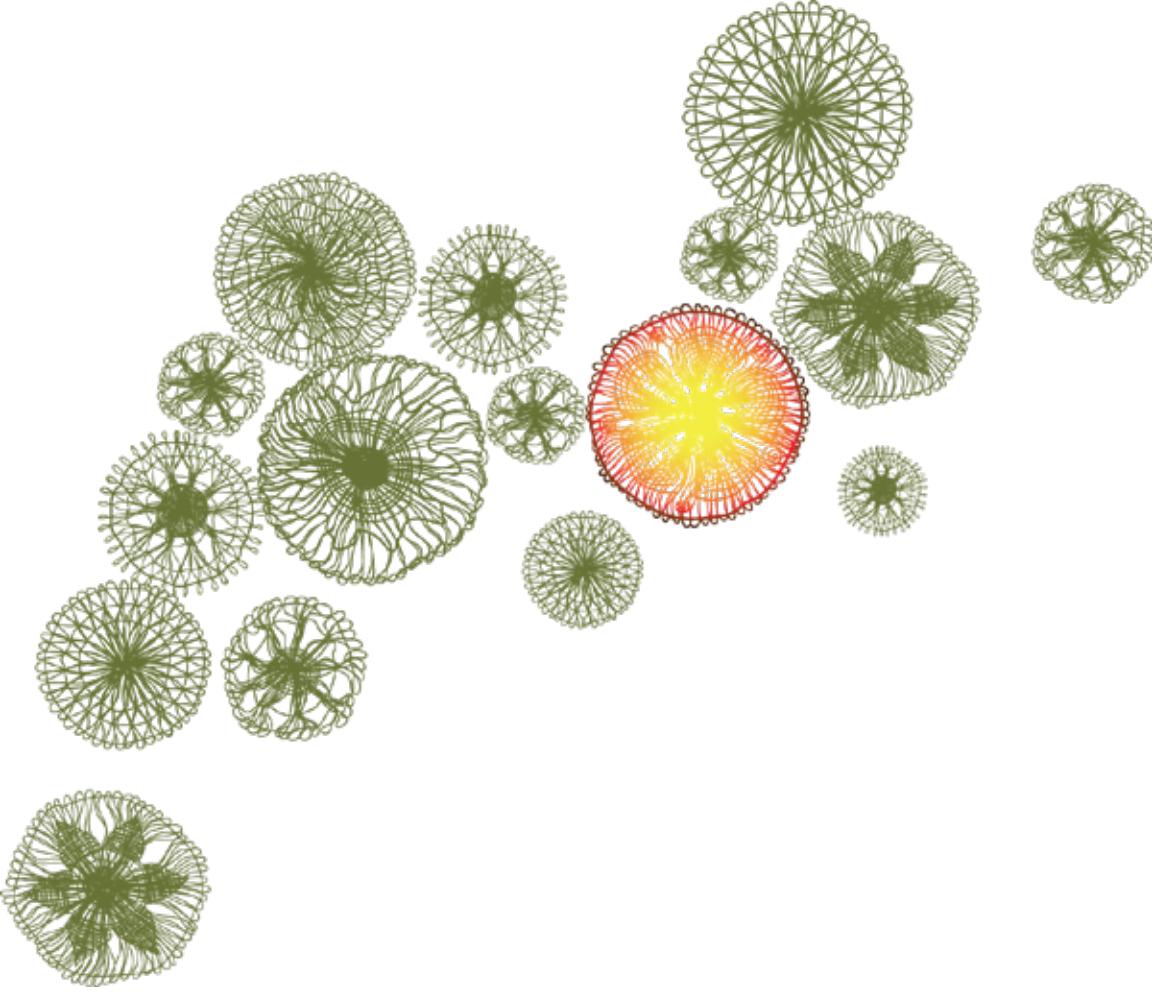
Mestranda, PPGDR – UEPB, ellaarqurb@gmail.com

Resumo: Os efeitos da crise climática tornam-se cada vez mais perceptíveis nos ambientes urbanos e naturais, o que evidencia o papel fundamental dos campos de estudo do Urbanismo e do Planejamento Urbano diante das novas realidades socioespaciais, especialmente aquelas decorrentes das mudanças climáticas. Nesse contexto, garantir territórios e paisagens resilientes constitui uma diretriz essencial a ser efetivada nos planos de ordenamento e configuração urbana, considerando as diferentes escalas e características territoriais de estados, regiões e municípios. No caso dos municípios de pequeno porte, essa problemática se torna ainda mais evidente. Com base nisso, o presente artigo tem como objeto de pesquisa as dinâmicas e os desafios enfrentados por cidades pequenas do Semiárido Paraibano, sendo selecionados

os municípios de Casserengue, Barra de São Miguel, São Mamede e Boa Ventura. O objetivo geral é analisar sistematicamente a situação urbana e ambiental desses locais, com base em dados demográficos, urbanos, ambientais e de desenvolvimento sustentável. A justificativa do estudo reside na necessidade de avaliar centros urbanos de menor porte a partir do conceito de justiça climática, reconhecendo as vulnerabilidades presentes em localidades mais afastadas dos grandes centros urbanos e conferindo-lhes o devido protagonismo. A escolha das cidades se fundamenta na intenção de contemplar territórios paraibanos situados em diferentes regiões do estado, que compartilham uma população total semelhante – uma das variáveis utilizadas na classificação como cidades pequenas. Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma revisão bibliográfica e documental. Na coleta e análise de dados, foram utilizados indicadores estatísticos gerais, com destaque para os dados do Censo IBGE 2022 e informações disponíveis em plataformas como o IDS – Índice de Desenvolvimento Sustentável. Os resultados demonstram que as cidades selecionadas enfrentam entraves urbanos e ambientais interrelacionados, como períodos prolongados de seca, deficiências em saneamento básico, infraestrutura urbana precária e escassez de

áreas verdes. Esses fatores comprometem as capacidades adaptativas desses territórios frente aos avanços das mudanças climáticas, gerando prejuízos econômicos decorrentes de temperaturas extremas e da escassez de recursos hídricos, além de formas de ocupação e usabilidade espacial específicas e fragilizadas.

Palavras-chave: Crise Climática; Justiça Climática; Política Urbana; Desenvolvimento Sustentável; Semiárido Paraibano.



Arembepe entre o paraíso e a poluição: Contracultura, Industrialização e Emergência Climática

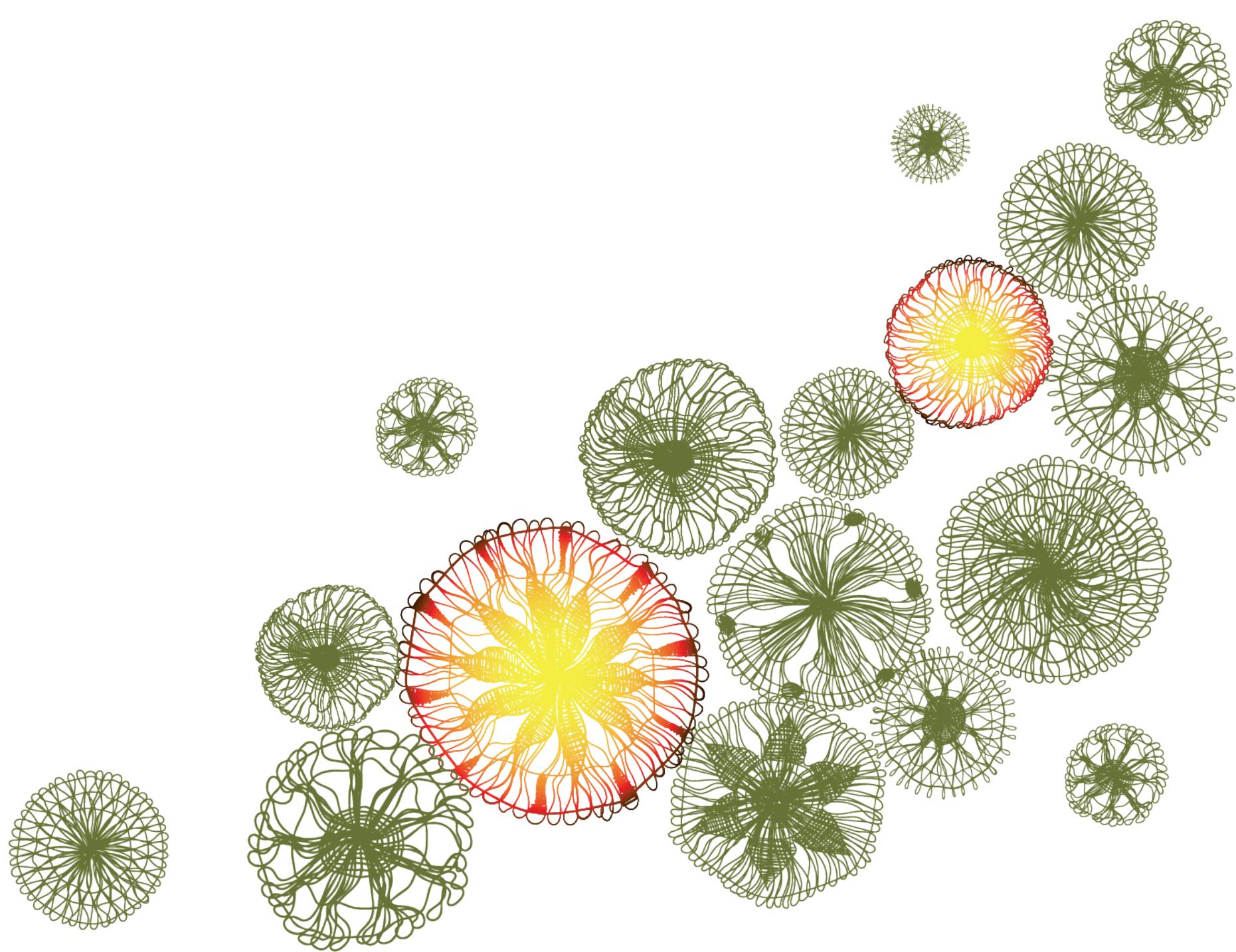
Maria Eduarda Azevedo Teles de Paiva

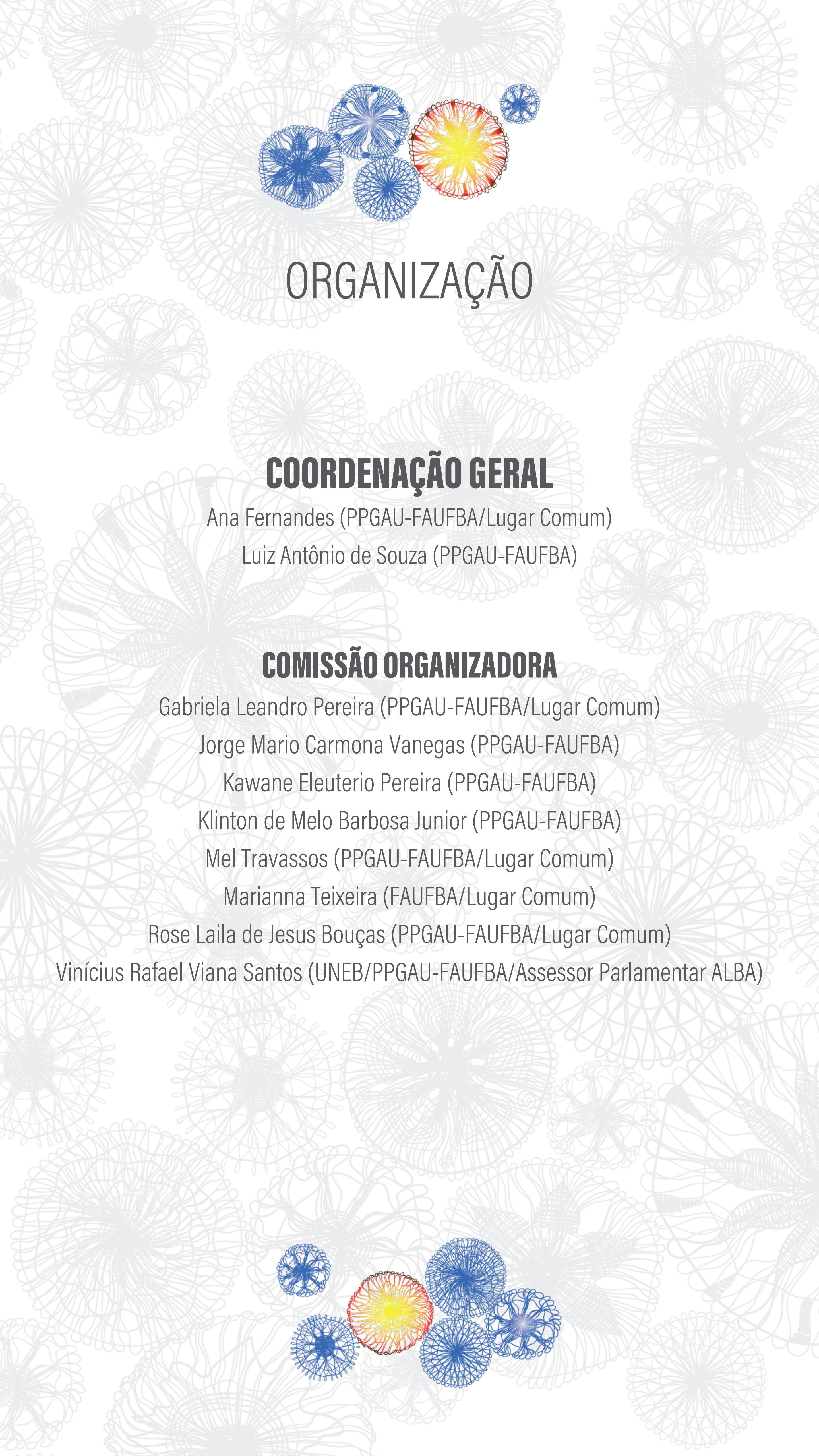
Mestre em Urbanismo pelo PPGAU/UFBA, doutoranda do PPGAU/UFBA,
duda.atp@hotmail.com

Resumo: A pesquisa analisa a transformação de Arembepe, vila litorânea da Bahia, entre 1966 e 1974, articulando dois acontecimentos centrais: a instalação da fábrica de pigmentos Tibrás (Titânio do Brasil S.A.) e o intenso fluxo de hippies que converteu o local em referência da contracultura. A partir de consultas à Hemeroteca Digital Brasileira, em periódicos como Jornal do Brasil e O Jornal, identificou-se que a Vila Arembepe alcançou seu auge midiático na década de 1970, período marcado por mudanças socioeconômicas e ambientais no vilarejo. O estudo mostra como a presença da indústria transformou uma vila de pescadores em uma vila operária, ao mesmo tempo em que a contracultura transformou Arembepe em uma espécie de “meca” dos desbundados, sendo consolidada com o surgimento da Aldeia

Hippie. A convivência entre industrialização e contracultura produziu tensões: denúncias da poluição causada pela Tibrás, em 1973, revelavam impactos na saúde da população e no ecossistema local, antecipando debates contemporâneos sobre preservação ambiental. O artigo propõe uma leitura intertextual que conecta práticas culturais, disputas territoriais e emergência climática, assim como o estudo da intersecção entre território, cultura e natureza. A trajetória de Arembepe, que passa da utopia comunitária à poluição de suas fontes naturais, é vista como uma espécie de laboratório para refletir sobre políticas urbanas, memória coletiva e possibilidades de negociação entre arte, natureza e território.

Palavras-chave: Contracultura, Arembepe, Industrialização, Território





ORGANIZAÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL

Ana Fernandes (PPGAU-FAUFBA/Lugar Comum)

Luiz Antônio de Souza (PPGAU-FAUFBA)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Gabriela Leandro Pereira (PPGAU-FAUFBA/Lugar Comum)

Jorge Mario Carmona Vanegas (PPGAU-FAUFBA)

Kawane Eleuterio Pereira (PPGAU-FAUFBA)

Klinton de Melo Barbosa Junior (PPGAU-FAUFBA)

Mel Travassos (PPGAU-FAUFBA/Lugar Comum)

Marianna Teixeira (FAUFBA/Lugar Comum)

Rose Laila de Jesus Bouças (PPGAU-FAUFBA/Lugar Comum)

Vinícius Rafael Viana Santos (UNEB/PPGAU-FAUFBA/Assessor Parlamentar ALBA)

COMISSÃO CIENTÍFICA

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Angela Franco (IHAC-UFBA/ PPGAU-FAUFBA)

Any Brito Leal Ivo (PPGAU-FAUFBA)

Liana Viveiros (PPGAU-FAUFBA)

Mayara Araújo (PPGAU-FAUFBA)

Thais de Bhanthumchinda Portela (PPGAU-FAUFBA)

Wagner Moreira Campos (IDEAS/Lugar Comum)

MEMBROS DO COMITÊ CIENTÍFICO:

DEMOCRACIA

Adriana Nogueira Lima (UEFS /PPGAU-FAUFBA/Lugar Comum)

André Luiz de Araújo Oliveira (UFSB)

Carla Galvão Pereira Arantes (FFCH-UFBA)

Celso Favero (UNEB)

Claudio Carvalho (UESB)

Fernando Gigante Ferraz (PPGAU-FAUFBA)

José Carlos Espinoza Huapaya (PPGAU-UFBA)

Leandro de Souza Cruz (UNB)

Marcos Oliveira de Carvalho (FACOM-UFBA/Lugar Comum)

Mary Weinstein (UESB)

Renato Francisquini (FFCH-UFBA)

Rose Laila de Jesus Bouças (FAUFBA/Lugar Comum)

Sara Côrtes (Faculdade de Direito - UFBA)

Thaís Troncon Rosa (PPGAU-FAUFBA)

MEMBROS DO COMITÊ CIENTÍFICO:

VIOLÊNCIA

Alessandra Rapacci Mascarenhas Prado (Faculdade de Direito - UFBA)

Ariadne Muricy Barreto (UEFS)

Gabriela Leandro Pereira (PPGAU-FAUFBA/Lugar Comum)

Glória Cecília dos Santos (PPGAU-FAUFBA/Lugar Comum)

Marcia Misi (UEFS)

Mariana Thorstensen Possas (FFCH-UFBA)

Milton Júlio de Carvalho Filho (IHAC-UFBA)

Riccardo Cappi (UNEB/UEFS)

Samuel Vida (Faculdade de Direito-UFBA)

Sanane Santos Sampaio (FAUFBA/Lugar Comum)

Xico Costa (PPGAU-FAUFBA)

Larissa Grazielle Silva dos Santos

MEMBROS DO COMITÊ CIENTÍFICO:

CRISE CLIMÁTICA

Aline Maria Costa Barroso (PPGAU-FAUFBA)

Ariadne Moraes (PPGAU-FAUFBA)

Camila Gomes Sant'Anna (FAUFBA)

Ednice de Oliveira Fontes Baitz (UNEB)

Heliana Faria Mettig Rocha (PPGAU-FAUFBA)

Joel Pereira Felipe (UFSB)

Luiz Roberto Santos Moraes (Escola Politécnica - UFBA)

Maria Elisabete Pereira dos Santos (ADM-UFBA)

Myrian Cardoso (UFPA)

Nayara Cristina Rosa Amorim (PPGAU-FAUFBA)

Patrícia Campos Borja (Escola Politécnica - UFBA)

Patrícia Lustosa Brito (Escola Politécnica - UFBA)

Regina Soares de Oliveira (UFSB)

Silvana Lamenha Lins Olivieri (PPGAU-FAUFBA)

Winnie Bruna de Souza Pereira (UFES)

CRÉDITOS

IDENTIDADE VISUAL

Mel Travassos (PPGAU-FAUFBA/Lugar Comum)

REDES SOCIAIS (CARDS E POSTAGENS)

Mel Travassos (PPGAU-FAUFBA/Lugar Comum)

Jorge Mario Carmona Vanegas (PPGAU-FAUFBA)

Klinton de Melo Barbosa Junior (PPGAU-FAUFBA)

WEBSITE (ESTRUTURA E MANUTENÇÃO)

Mel Travassos (PPGAU-FAUFBA/Lugar Comum)



urbBA [25]

SEMINÁRIO URBANISMO NA BAHIA

REALIZAÇÃO:



LUGARCOMUM

IHNC

APOIO:



PROEXT



CAU
BAHIA
CONSELHO DE
ARQUITETURA
E URBANISMO

PATROCÍNIO:



BAHIAGÁS
COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA

GOVERNO DO ESTADO



GOVERNO PRESENTE TRABALHA PRA GENTE